



UFRJ

O POPULISMO COMO ARCAÍSMO E ESTATISMO,
NA *FOLHA DE S.PAULO* E NO *JORNAL DO BRASIL*

Roberto Bitencourt da Silva

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador : Prof. Aluizio Alves Filho

Rio de Janeiro

Março 2003

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

O POPULISMO COMO ARCAÍSMO E ESTATISMO,
NA *FOLHA DE S.PAULO* E NO *JORNAL DO BRASIL*

Roberto Bitencourt da Silva

Orientador : Prof. Doutor Aluizio Alves Filho

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política.

Aprovada por:

Presidente, Prof. Aluizio Alves Filho

Profa. Elina Gonçalves da Fonte Pessanha

Prof. Gisálio Cerqueira Filho

Profa. Isabel de Assis Ribeiro de Oliveira

Rio de Janeiro

Março 2003

Bitencourt da Silva, Roberto.

O populismo como arcaísmo e estatismo, na Folha de S.Paulo e no Jornal do Brasil / Roberto Bitencourt da Silva. – Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2003.

x, 161f.: il.; 30 cm

Orientador: Prof. Aluizio Alves Filho

Tese (mestrado) – UFRJ/ Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/ Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, 2003.

Referências Bibliográficas: f. 151-157.

1. Populismo. 2. Grande Imprensa. 3. Ideologia. 4. Política. 5. História. I. Bitencourt da Silva, Roberto. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. III. Título.

O POPULISMO COMO ARCAÍSMO E ESTATISMO,
NA *FOLHA DE S.PAULO* E NO *JORNAL DO BRASIL*

Roberto Bitencourt da Silva

Orientador : Prof. Dr. Aluizio Alves Filho

Resumo da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

O populismo é uma noção utilizada pelos círculos acadêmicos extremamente ambígua e controversa. A polêmica que caracteriza a noção não se restringe à academia, assumindo importantes contornos político-simbólicos nas relações de força entre grupos e classes sociais. O nosso trabalho tem como objetivo empreender um estudo de casos concretos acerca do deslocamento realizado no uso da noção, do meio acadêmico para o jornalístico. Tendo esse propósito, a dissertação ocupa-se da análise da apropriação da noção de populismo operada pelo discurso da *Folha de S.Paulo* e do *Jornal do Brasil*, buscando identificar a representação simbólica construída nos discursos dos respectivos jornais, no ano de 1994, que marca a eleição de Fernando Henrique Cardoso à presidência. Privatização, abertura comercial, combate à inflação e reformas pró-mercado são alguns dos temas que demarcam o ano eleitoral em tela. Nesse quadro histórico-político, visamos, ademais, tanto investigar quais os tipos de fenômenos, propostas e atores políticos classificados como populistas quanto os motivos políticos e ideológicos que possam ter contribuído para tais designações.

Palavras-chave: populismo, grande imprensa, ideologia.

Rio de Janeiro

Março 2003

O POPULISMO COMO ARCAÍSMO E ESTATISMO,
NA *FOLHA DE S.PAULO* E NO *JORNAL DO BRASIL*

Roberto Bitencourt da Silva

Orientador : Prof. Aluizio Alves Filho

Abstract da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Populism is an extremely polemic and ambiguous concept. The controversy that characterizes this concept is not restricted to academic circles, and has an important role, both political and symbolic, in the relations among groups and social classes. This research goal is to undertake a study of concrete cases concerning the displacement carried through in the use of the concept, from the academic arena to the journalistic one. The dissertation focus on the analysis of how the notion was used by two major journals, *Folha de S. Paulo* and *Jornal do Brasil*. It aims to identify the symbolic representation constructed in the speeches of the respective periodicals, in the year of 1994, that marks the election of Fernando Henrique Cardoso as president. Privatization, commercial opening, combat to inflation and pro-market reforms are some of the issues that demarcate the electoral year in focus. In this political and historical picture, the research also aims to investigate what types of phenomena, proposals and political actors are classified as populist and what are the ideological and political reasons that might have contributed to such assignments.

Keywords : populism, great press, ideology.

Rio de Janeiro

Março 2003

AGRADECIMENTOS

À minha família pelo carinho, amor e força inesgotáveis: às sempre divertidas, prazerosas e sábias idéias de *seu* Joel, à atenção constante e especial de *dona* Iara, à paciência e apoio de Joelma e aos bons papos e copos com Adílson.

Ao meu orientador Aluizio Alves pelas fecundas sugestões oferecidas ao longo dessa pesquisa e pela oportunidade do convívio e aprendizado com um intelectual que propicia aos seus alunos preciosos recursos analíticos, capazes de gerar um olhar mais *orgânico* sobre nossa realidade social. *Olhar* este voltado à tão necessária análise das especificidades dos dilemas e obstáculos enfrentados, historicamente, pelo povo brasileiro à sua autodeterminação. Minha participação em seis disciplinas ministradas por Aluizio, em quatro na graduação e em duas no mestrado, revela o meu respeito à excelência e à importância de suas aulas. À professora Isabel Ribeiro, tanto pela paciência e dedicação oferecidas à elaboração da dissertação, que culminou na contribuição de inestimáveis observações aqui incorporadas, quanto pela excelência de suas aulas ministradas na graduação e no mestrado. Sua criatividade, humor e saber são indiscutíveis fontes para uma menos árdua compreensão de diversos temas e autores e um convite à dedicação acadêmica dos alunos. Um agradecimento especial a esses professores, que não só contribuíram para o ordenamento do texto e à resolução de muitas dúvidas e inquietações, como, também, contribuíram significativamente para a formação acadêmica do autor, desde a graduação.

À professora Elina Pessanha e ao professor Gisálio Cerqueira pela participação na banca de avaliação.

À professora Eli Diniz, uma intelectual séria e extremamente atenciosa com os alunos. Por suas aulas ministradas no mestrado, sempre claras e instigantes, uma razão a mais para acreditar no êxito de nossa recente, mas promissora, Pós-Graduação em Ciência Política.

À professora Ingrid Sarti pela atenção dispensada aos alunos na Coordenação do Programa e que se estende até o presente momento. Já envolvida com outros compromissos, sua atenção ainda traduz-se no interesse e preocupação com o ordenamento da dissertação segundo os padrões exigidos pela Universidade.

À professora Maria Regina, uma intelectual compromissada com a Educação e, em particular, com a formação de professores de Sociologia para os ensinos fundamental e médio. Oferecendo uma inestimável atenção aos seus alunos, Regina é uma grande fonte de incentivo para a atuação de jovens cientistas sociais na academia e no ensino básico.

Aos alunos das escolas em que trabalhei até os dias que correm: Ciep de Porto Real, Barbosa Figueiredo e CAp. Em geral, uma fonte permanente e inquestionável de aprendizado e estímulo à reflexão.

Aos velhos e novos amigos, em especial Alexandre *Mauricinho*, Ana Gil, Bianca, Bosco, Ezequiel, Ledílson, Leonardo, Lia, Lis, Luís Fernando, Luis Otávio, Malu, Márcio *Baby*, Naná, Neto, Wainer e ao agora futuro compadre, Alexandre Benjamim. Companheiros de copos, dificuldades, estudos, festas e futebol.

Aos amigos que tanto colaboraram para a realização dessa dissertação, por intermédio de freqüentes diálogos, pela leitura e avaliação de alguns *fragmentos* e até mesmo pela oferta de emprego: Cristiano Monteiro, Douglas França, Felipe Conte, Luis Mauro *Cabeça*, Márcio Magalhães *Paçoca*, Marcius Vinícius, Mônica Lima e Simone Mendonça. Ao grande amigo Marcos Roberto por suas constantes leituras e oportunas sugestões oferecidas no curso do trabalho. Agradeço também a João Marcelo que, no início da minha empreitada, concedeu breves, porém relevantes informações acerca de sua dissertação defendida no Iuperj, sobre o mesmo objeto do presente estudo, mas com propósitos distintos.

Aos amigos do PPGCP, em particular Ana Lúcia, Anselmo, Fernanda, Fernando, Flávio, Giovanni, Poméia e Renato. Um agradecimento em especial à grande amiga Rosane Cristina, pelo carinho, atenção e rigor dispensados na avaliação do texto. No Programa esse foi o grupo de companheiros e companheiras de reflexão, de copo e da aventura de termos integrado a primeira turma. Apesar dos percalços, podemos dizer que valeu a pena.

SUMÁRIO

. INTRODUÇÃO _____	1
--------------------	---

PRIMEIRA PARTE

. CAPÍTULO I : MODELOS DE INTERPRETAÇÃO SOBRE O POPULISMO _____	7
---	---

Apresentação _____	7
--------------------	---

1) Modelo clássico: populismo e industrialização _____	10
--	----

1.1 - Primeiro momento _____	12
------------------------------	----

1.2 - Segundo momento _____	16
-----------------------------	----

1.3 - Contestação de algumas teses _____	23
--	----

1.4 - Mantendo o fôlego: o neopopulismo _____	29
---	----

2) Ênfase na ideologia _____	30
------------------------------	----

3) Paradigma econômico _____	37
------------------------------	----

. CAPÍTULO II : IDEOLOGIA E MEIOS DE COMUNICAÇÃO _____	44
--	----

1) A noção de ideologia _____	45
-------------------------------	----

2) Sobre a imprensa _____	49
---------------------------	----

3) Notas metodológicas _____	54
------------------------------	----

SEGUNDA PARTE

. CAPÍTULO III : QUADRO DE REFERÊNCIAS HISTÓRICAS E IDEOLÓGICAS ____	59
--	----

. CAPÍTULO IV : O POPULISMO NA <i>FOLHA DE S. PAULO</i> E NO <i>JORNAL DO BRASIL</i> _____	64
--	----

1) Folha de S.Paulo _____	67
---------------------------	----

1.1 - Sobre o leitor _____	67
----------------------------	----

1.2 - A representação : <i>o quê e como se diz</i> _____	68
1.2.1 - Editoriais _____	69
1.2.2 - Noticiário cotidiano _____	74
1.2.3 - Seções de opinião e debate _____	80
1.3 - Posições e atores políticos representados : <i>de quem se diz</i> _____	89
1.3.1 - Presidente Itamar Franco _____	90
1.3.1.1 - Editoriais _____	90
1.3.1.2 - Noticiário cotidiano _____	95
1.3.1.3 - Seções de opinião e debate _____	98
1.3.2 - Lula e PT _____	101
1.3.2.1 - Noticiário cotidiano _____	101
1.3.2.2 - Seções de opinião e debate _____	106
1.3.3 - Brizola e PDT _____	113
1.3.3.1 - Editoriais _____	113
1.3.3.2 - Noticiário cotidiano _____	115
1.3.3.3 - Seções de opinião e debate _____	117
2) Jornal do Brasil _____	122
2.1 - Sobre o leitor _____	122
2.2 - A representação : <i>o quê e como se diz</i> _____	122
2.2.1 - Editoriais _____	122
2.2.2 - Noticiário cotidiano _____	126
2.2.3 - Seções de opinião e debate _____	130
2.3 - Posições e atores políticos representados : <i>de quem se diz</i> _____	134
2.3.1 - Presidente Itamar Franco _____	134

2.3.1.1 - Noticiário cotidiano e seção de opinião e debate _____	134
2.3.2 - Lula e PT _____	136
2.3.2.1 - Editorial e noticiário cotidiano _____	136
2.3.3 - Brizola e PDT _____	139
2.3.3.1 - Editoriais _____	139
2.3.3.2 - Noticiário cotidiano _____	143
2.3.3.3 - Seções de opinião e debate _____	145
. CONCLUSÕES _____	147
. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS _____	151
. ANEXO I : Eleições 1994 - Evolução da intenção de voto para a Presidência da República _____	158
. ANEXO II : Notas sobre a grande mídia em 2002 - o mesmo símbolo, os mesmos significados _____	159

INTRODUÇÃO

O termo populismo faz parte do vocabulário político desde meados do século XIX. Originalmente o *populismo* foi a designação adotada por movimentos populares tanto na Rússia quanto nos EUA.

Na Rússia, intitulavam-se populistas os que defendiam a valorização das tradições e formas de organização comunitárias do povo (simbolizado pela figura do camponês), rejeitando radicalmente o sistema capitalista.

Também no século XIX, os EUA vivenciaram uma experiência política, geralmente, classificada como populista. Tratava-se de uma organização dos pequenos proprietários rurais do Oeste do país, que questionavam o avanço do grande capital no campo. Pretendiam um intervencionismo governamental no âmbito econômico, a fim de defender os valores e a produção rurais. Distinguindo-se do caso russo, não questionava o capitalismo em si mesmo. Mas, de qualquer modo, constituía-se numa reação à expansão do universo urbano e financeiro que consolidava-se¹.

No Brasil, a palavra começou a ganhar expressão político-acadêmica a partir da crise institucional que culminou com a deposição do presidente João Goulart, em 1º de abril de 1964. De um lado, como forma de classificação desse período realizada por atores vinculados ao regime militar, visando construir a idéia de ilegitimidade de algumas práticas, idéias e lideranças políticas em exercício na democracia suprimida. Por outro, com intenções distintas, intelectuais que se opuseram ao golpe, e para explicá-lo, formularam algumas interpretações onde o *populismo* era apresentado como um dos fatores que estavam na base da ruptura institucional ocorrida. Em comum os dois grupos utilizavam o termo populismo com sentido depreciativo.

Contudo, é a partir do processo de abertura do regime militar, com o advento da competição político-eleitoral baseada no sistema pluripartidário, que a expressão populismo

¹ Ver IANNI, Octavio. *A formação do estado populista na América Latina*. PRADO, Maria Lígia. *O populismo na América Latina*.

virá alcançar uma grande projeção no Brasil, constituindo-se em uma das noções políticas e sociológicas centrais no debate e disputa político-eleitoral. A sua apropriação por parte de lideranças, partidos políticos e meios de comunicação de massa tem sido marcada, em essência, por um conteúdo extremamente negativo. Tem servido, à esquerda e à direita, como instrumento de crítica no embate político, utilizado para a designação de múltiplas idéias, projetos e formas de ação política.

É, pois, precisamente a noção de *populismo* que se configura como objeto central da nossa investigação. A partir da elaboração de um mapeamento teórico sobre as distintas abordagens acerca do fenômeno, temos como objetivo empreender uma análise sobre o deslocamento no uso dessa noção do meio acadêmico, aí inicialmente utilizada de modo sistemático, para os círculos políticos e jornalísticos. A dissertação buscará mais especificamente, analisar como o populismo é representado por dois jornais da grande imprensa brasileira, a saber: o *Jornal do Brasil* e a *Folha de S. Paulo*, tendo por referencial as edições do ano de 1994. Por ora, basta informar que a grande imprensa constitui-se num gênero de jornal que opera dentro dos requisitos básicos da *indústria cultural* (Adorno e Horkheimer; 1985), buscando contemplar os interesses dos mais diversos segmentos do público, dispondo diferentes seções e cadernos, tendo em vista a ampliação da margem de vendas e anunciantes. Concorre como principal eixo para atingir essa meta a busca por credibilidade social. Seu público básico é integrado por setores letrados e detentores de níveis de renda mais elevados na sociedade brasileira². É, portanto, dentro dessa perspectiva, que pareceu-nos pertinente optar pelos referidos jornais.

O presente trabalho parte do pressuposto de que um estudo realizado num período delimitado de tempo pode contribuir para a compreensão de fatores estruturais das formas de pensar e interpretar a realidade numa época histórica determinada. Portanto, a escolha do ano de 1994 deve-se ao fato de ter se constituído num ano em que foram realizadas eleições majoritárias cruciais para a sociedade brasileira, capaz de revelar, relativamente, a gênese dos caminhos que seriam percorridos até o presente momento, ou a sua *ante-sala*.

²Tratamos desse assunto no Capítulo II.

A década de 90 do século passado é marcada pela predominância político-ideológica do neoliberalismo, ainda prevalente. Ao realizar-se as eleições presidenciais em 3 de outubro de 1994, o país havia vivenciado o *impeachment* de Fernando Collor de Mello, cujo governo estava comprometido com as políticas de corte neoliberal, ou, para usar um jargão do discurso dominante muito corrente na época: políticas voltadas à imperiosa necessidade de modernizar as estruturas econômico-sociais e do Estado brasileiro. As chamadas políticas modernizantes, de adaptação da economia nacional às exigências da competição internacional, estavam em curso na América Latina. O mandato de Collor de Mello foi concluído por Itamar Franco, o que gerou uma certa frustração no empresariado nacional. Franco era caracterizado por uma relativa indisposição frente às chamadas reformas estruturais. Um personagem marcado por uma espécie de *populismo recalcitrante*, no dizer de um editorial da *Folha de S.Paulo* de 31/12/1994.

O ano de 1994 é, então, o momento em que o debate sobre a reformulação das relações da economia brasileira com o sistema internacional, assim como as estabelecidas entre Estado e sociedade, ganha corpo e consistência temática. E o populismo? Dentro do quadro e horizonte político e ideológico assinalado, a noção fora bastante utilizada no debate sobre os dilemas e rumos a serem seguidos pelo país, envolvendo acadêmicos, políticos, jornalistas e lideranças de importantes representações classistas.

O objetivo primordial a ser perseguido na dissertação será, desse modo, investigar quais os conteúdos explorados na noção de populismo e que concepções e atores foram definidos como populistas - assim como o que viria a significar politicamente esse rótulo no processo da competição eleitoral para a Presidência da República.

Uma observação deve ser ressaltada: não nos propomos a empreender uma exposição, ou comparação, das formas de construção teórico-acadêmica da noção de populismo com o fim de elaborar um tipo ideal, puro, sobre o fenômeno. Visa-se sim, mapear os modelos teóricos de interpretação com o intuito de identificar nos jornais as possíveis matrizes interpretativas, ou seus resíduos, apropriadas e presentes nas informações veiculadas.

Orientam nossa dissertação duas hipóteses fundamentais, que pretendemos demonstrar:

- i. O fenômeno designado como populismo foi representado no ano eleitoral de 1994, pelo *Jornal do Brasil* e a *Folha de S. Paulo*, como uma expressão político-econômica arcaica, que se encontrava, dentro do cenário político, em uma posição antagônica às chamadas medidas racionais, responsáveis e corajosas demandadas pelo esforço de modernização nacional. Esquemáticamente, pode-se dizer que havia sido consolidado no debate jornalístico uma contraposição entre "populismo/atraso" *versus* "reformas estruturais/modernização". O populismo a designar, genericamente, demagogia, irresponsabilidade e estatismo e as reformas estruturais simbolizando racionalidade, responsabilidade e flexibilidade requeridas (nos planos ético e pragmático) pela nova configuração do capitalismo.
- ii. Os referidos jornais, distantes da auto-propaganda noção de neutralidade, tenderam a identificar como representantes do *atraso populista* candidaturas, partidos e programas desvinculados do projeto neoliberal, ou, ao menos diretamente, das políticas reformistas da época, como Luiz Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores-PT) e Leonel Brizola (Partido Democrático Trabalhista-PDT); incluindo-se aí, não como candidato, mas como representante-mor do governo, o próprio presidente Itamar Franco. O efeito desqualificatório, devido aos componentes simbólicos negativos imputados à noção de populismo, percorre, inequivocamente, o uso dessa noção na classificação desses atores e suas práticas e projetos.

Como decorrência dessas hipóteses emerge a necessidade de se empreender uma análise, mesmo breve, e de caráter estritamente subjetivo, sobre a motivação que guiou o uso e forma de utilização da noção de populismo no discurso jornalístico em tela. Partimos, pois, do pressuposto de que essa noção política configurou-se, também, num dispositivo lingüístico, simbólico, apropriado no confronto político por uma orientação ideológica particular: o neoliberalismo.

Apoiando-nos numa reflexão desenvolvida por Pierre Bourdieu, podemos argumentar que o propósito da dissertação é relevante para a identificação dos mecanismos de *produção e (...) circulação desse discurso* [neoliberal] (Bourdieu, 1998: 42). Dessa forma, em última instância, o trabalho visa apreender, também, o sutil processo de difusão do pensamento neoliberal, efetuado por intermédio do uso de todo um complexo jogo de palavras e símbolos. O populismo, por seu turno, não escapou desse jogo.

Pretende-se assim elaborar um trabalho que possa contribuir para o debate sobre a relação entre mídia impressa e política.

Quanto ao ordenamento, a dissertação está dividida em duas partes, uma de natureza teórica e outra voltada para a análise de casos concretos. Na primeira parte, composta por dois capítulos, iniciamos pelo exame dos diferentes usos acadêmicos da noção de populismo. No capítulo II, discorremos sobre algumas características dos meios de comunicação e dos jornais em especial. Será salientada a relação estabelecida entre os jornais e a ideologia dominante, assim como, destacadas algumas notas sobre o método a ser utilizado na análise do discurso dos jornais.

A segunda parte é aberta com a introdução de alguns fenômenos que integravam a conjuntura ideológica e histórica da época. Concluída essa etapa, dedicamo-nos, então, no capítulo seguinte, à análise dos editoriais, seções de opinião e noticiários políticos e econômicos do cotidiano. Finalizando, apresentamos as principais conclusões da pesquisa.

PRIMEIRA PARTE

CAPÍTULO I :

MODELOS DE INTERPRETAÇÃO SOBRE O POPULISMO

APRESENTAÇÃO

O populismo é uma das noções que foram operacionalizadas pelo *campo intelectual* (Bourdieu; 2001) mais correntes na linguagem da mídia. Um de seus traços mais característicos é a multiplicidade de significados que envolvem a noção. Mesmo como conceito *fabricado* na academia, ele é bastante problemático. A ausência de um certo consenso metodológico em sua construção tipológica - com a ordenação de características relativamente identificáveis e de uso comum - conduz à interpretações muito díspares. Com efeito, a ambigüidade e a controvérsia marcam a apropriação acadêmica dessa noção. Configura-se, pois, numa idéia ou fenômeno difuso, vago, que aponta para uma direção; mas, não muito precisa e consensual.

A polêmica envolvendo a noção de populismo vem de longe. Uma das notórias interpretações pioneiras emerge no seio do debate político da Rússia de fins do século XIX, com Lenin. Para este autor, o populismo, em suas diferentes expressões intelectuais, organizacionais e partidárias que surgem a partir da década de setenta, pecava pela inconsistência na análise do processo histórico-social do país e também por seu *romantismo*³.

³ Segundo Lenin, os *populistas* entendiam o capitalismo como algo estranho à realidade nacional, *resultado de medidas artificiais, de uma "desviación del camino"* (Lenin, 1979: 22). Tal concepção não denotaria, portanto, um caráter progressista e científico, pois o mundo envolvido pelo capitalismo - e as estruturas e fenômenos por este engendrados - não mais viria a comportar o tipo de organização produtiva (a auto-produção agrária) e o estilo de vida reivindicados pelos *populistas*. Caberia, com efeito, buscar entender os fatores concretos que integravam o sistema capitalista, baseando-se efetivamente na apropriação da análise marxista, a fim de projetar a estratégia política adequada para sua superação.

Esta contestação teórico-política realizada por Lenin esteve imersa numa luta pela conquista da hegemonia na esquerda do espectro político russo, pela "verdadeira" defesa dos interesses populares de supressão do *status quo*. Dentro disso, vale destacar que, a despeito das diferenças estruturais, no espaço e no tempo, das experiências classificadas como *populistas*, a dicotomia, explícita na argumentação de Lenin, estabelecida entre o *irrealismo/fragilidade analítica* (representados pelo *populismo*) e o *socialismo científico* percorreu posteriores análises marxistas sobre o fenômeno, inclusive no Brasil.

No Brasil, de acordo com Jorge Ferreira, o surgimento do símbolo populismo no embate político nacional só viria a ocorrer a partir de 1945. Antes disso, *as palavras "populismo" e "populista" (...) não se encontravam disponíveis no vocabulário* (Ferreira, 2001: 113). Mesmo assim, como sugere o autor, até 1964 era marcado por raras aparições nos discursos político e jornalístico. De qualquer modo, em contraste com os vigentes conteúdos pejorativos associados a noção, construídos após a implantação do regime militar, o autor argumenta que,

a palavra tinha um outro significado do atual - talvez o oposto. A expressão, embora pouco utilizada, pode ser traduzida, na linguagem de nossos dias, no que chamamos de "líder popular", de alguém que representa, autenticamente, os anseios políticos "populares" ou dos "movimentos populares" (Ferreira, 2001: 116).

Dito de outra forma, o significado *popular e progressista* que atravessava a noção de populismo era explícito.

Reconhecendo as dificuldades que surgiram ao longo da pesquisa, e que, provavelmente, estarão aqui refletidas, procuramos nos basear nas formulações interpretativas mais significativas, ou melhor, detentoras de abordagens que alcançaram livre trânsito e prestígio nos círculos acadêmicos, assim como, relativamente, na imprensa e no meio político.

Achamos conveniente priorizar os estudos que tem por cerne os fenômenos ocorridos, ou supostamente ocorridos, na América Latina. Seguimos essa linha metodológica por considerá-la mais adequada para o entendimento da representação da noção em nossa realidade nacional. Como afirma Octavio Ianni,

junto com a heterogeneidade dos países latino-americanos subsistem semelhanças e paralelismos. Há um andamento histórico-estrutural que parece ser comum ao conjunto da América Latina, ao lado das peculiaridades políticas, econômicas, sociais e culturais de cada país (Ianni, 1991: 15).

Evidentemente, buscar-se-á relacionar as interpretações de natureza mais abrangente, que ultrapassam os limites brasileiros, com nosso caso nacional particular. Ademais, é preciso ressaltar que as formulações sobre o *populismo brasileiro* apresentam, em grande parte, nítidas influências de análises sobre outros países do subcontinente. Não se pode desconsiderar, outrossim, que, entre outros, os jornais apresentam - nos muitos

componentes simbólicos presentes na noção - referências exógenas que abarcam em elevado grau o conjunto dos países latino-americanos. Referências estas elaboradas, também, e por outro lado, em conformidade com as interpretações dadas nos centros hegemônicos do capitalismo. Assim, parece-nos mais apropriado utilizar, além dos estudos nacionais, análises sobre outras realidades latino-americanas a fim de iluminar as referências e marcos teóricos adotados por pesquisadores brasileiros.

Para a caracterização dos modelos de interpretação sobre o populismo é importante salientar a contribuição oferecida por Maria Helena R. Capelato, efetuada com a apresentação de um mapeamento teórico em seu artigo *Populismo latino-americano em discussão* (2001)⁴. No curso da pesquisa, percebemos o quão interessante e operacionalizável este poderia se configurar. Portanto, em substancial medida, balizamos neste mapeamento. No entanto, há uma pequena diferença no mapeamento disposto nesta dissertação, a saber: acrescentamos tanto um outro tipo de modelo interpretativo, o *paradigma econômico*, assim como alguns elementos analíticos de abordagens que contestam algumas teses *clássicas* sobre o populismo brasileiro.

Os tipos de construções teóricas considerados são marcados, em maior ou menor grau, por descontinuidades e rupturas. Este fenômeno ocorreu no seio do *campo intelectual*, inequivocamente, devido as diferentes matrizes teóricas e situações conjunturais, com dilemas e anseios específicos, em que estão informados e inseridos diversos estudos⁵.

Assim, a trajetória do populismo como noção destinada à compreensão de algumas realidades do subcontinente latino-americano e do Brasil, em especial, pode ser posta à luz com os modelos de interpretação (detentores, internamente, de sintonias analíticas e temporais) que sugerimos a seguir: (1) *modelo clássico - populismo e industrialização*; (2) *ênfase na ideologia*; e (3) *paradigma econômico*.

⁴ Mapeamento este disposto em (extensa) nota de rodapé entre as páginas 132-134 de seu artigo, encontrado na coletânea organizada por Jorge Ferreira, *O populismo e sua história: debate e crítica*.

⁵ Sobre a relação palavra/pensamento/estrutura histórico-social, Karl Mannheim, pertinentemente, argumenta que: *a palavra e o significado a ela ligado constituem verdadeiramente uma realidade coletiva. A mais leve nuance no sistema total de pensamento repercute na palavra individual e nos matizes de significado que comporta* (Mannheim, 1972: 109).

1 - MODELO CLÁSSICO: POPULISMO E INDUSTRIALIZAÇÃO

O conjunto de abordagens e de autores aqui definidos como *clássicos* integram os estudos originários acerca do populismo na América Latina. Estes estudos foram realizados a partir de meados da década de cinquenta, pelos intelectuais argentinos Gino Germani e Torcuato Di Tella, tendo por centro a experiência peronista. Outra razão que nos leva a classificar estas formulações como *clássicas* é o fato de que muitas das idéias, definições e (pré)conceitos sobre o fenômeno, encontrados, freqüentemente, em trabalhos acadêmicos e no uso generalizado do senso comum, são extraídos, em grande parte de modo fragmentado, do grupo de interpretações e autores localizados nessa seção.

Subdividimos as abordagens classificadas como *modelo clássico* em *primeiro e segundo momento*. Essa divisão em tais análises sobre o populismo latino-americano deve-se a nossa tentativa:

- i. Apresentar algumas especificidades de natureza metodológica no interior do *modelo clássico*.
- ii. Expor com maior clareza a aplicação (ou apropriação) das *ferramentas*⁶ interpretativas formuladas nos estudos sobre o peronismo na análise da política brasileira.

No essencial, a demarcação possui um caráter eminentemente cronológico, sendo que as teses iniciais do *primeiro momento* surgem e ganham expressão acadêmica entre os anos cinquenta e meados dos sessenta, priorizando a investigação do caso argentino. Já o *segundo momento*, caracteriza-se por uma busca em estender a análise para diversos países latino-americanos, mormente o Brasil, o que nos interessa, em especial, considerar. As reflexões deste *segundo momento* obtêm ressonância acadêmica nos decênios de 1960 e 1970, com grande prestígio no uso político e acadêmico até os nossos dias.

Os dois momentos considerados possuem afinidades muito claras no tratamento do fenômeno, tais como: o etapismo e o gradualismo do processo de desenvolvimento das estruturas econômico-sociais da América Latina; a associação entre populismo e

⁶ Como designa, sugestivamente, o professor Aluizio Alves Filho os marcos e referenciais analíticos utilizados para a compreensão de um objeto determinado.

industrialização; a percepção de uma debilidade das organizações partidárias; e a concepção de um proletariado com origem rural, sem tradição sindical e manipulado por lideranças carismático-demagógicas.

Vejamos algumas distinções analíticas desses dois momentos.

As construções interpretativas presentes no *primeiro momento* identificam o populismo, denotando um certo viés funcionalista, como uma experiência que serviu, prioritariamente, para a integração das massas populares ao sistema político, não acarretando necessariamente em estímulo material para o desenvolvimento econômico. Especificamente no caso argentino, os efeitos da inflação e do pagamento de indenizações com a estatização de empresas teriam gerado problemas nesse campo. Outro elemento bastante característico é a referência ao modelo democrático-representativo dos países capitalistas desenvolvidos como estágio civilizatório superior, que se presta como referência à avaliação dos caminhos e dilemas latino-americanos. Pautada por uma certa exterioridade frente a dinâmica de operação internacional do capitalismo, esta abordagem enfatiza, basicamente, variáveis domésticas.

Quanto ao *segundo momento*, os principais traços particulares são: uma análise que integra as relações estabelecidas entre os países latino-americanos e o sistema capitalista internacional, como forma de compreender as contradições e horizontes do processo de desenvolvimento do subcontinente latino-americano; o entendimento do populismo como uma super-estrutura do processo de consolidação do mercado interno ou da industrialização substitutiva de importações, assim como uma fase no desenvolvimento das relações interclasses. Um outro conteúdo analítico que faz parte desse subgrupo, em alguma medida, é a concepção do socialismo como etapa avançada e requerida para o desenvolvimento e autodeterminação dos povos latino-americanos⁷.

Dando seqüência a esta seção, apresentamos (no item 1.3), algumas reflexões realizadas por intelectuais brasileiros, que visam problematizar uma e outra premissa do

⁷ Esse último traço é bastante característico, fundamentalmente, nas obras de Octavio Ianni (1975 e 1991), Darcy Ribeiro (1978), Wanderley G. dos Santos (1963) e, possivelmente, Francisco Weffort (a dúvida deve-se ao fato de que seus trabalhos sobre o populismo abrangem um período relativamente longo, anos 60 e 70, estando concentrados no livro *O populismo na política brasileira*, sem referências muito claras. Em todo caso, o capítulo I, "Política de massas", de 1965, dá margem a entender que sua posição se coaduna com a inferência acima).

populismo no Brasil. Esse conjunto de abordagens críticas dialoga, explicitamente, com as teses e perspectivas de Octavio Ianni e Francisco Weffort. Consiste num conjunto de trabalhos produzidos, talvez de forma mais sistemática, a partir dos anos oitenta. Por ora, basta entendermos como um tipo de abordagem profundamente marcado, como um todo, por uma insatisfação com as teses *clássicas* sobre o conceito de populismo e, em particular, com as interpretações decorrentes do uso dessa noção na análise do período de 1930 a 1964 da história política brasileira.

Por fim, discorreremos brevemente sobre a retomada, sistemática, dessas teses, ocorrida em princípios dos anos noventa. Mostrando o fôlego e a força da perspectiva *clássica*, alguns intelectuais apropriaram-se de uma e outra tese, com o fim de analisar a emergência de lideranças personalistas e *carismáticas* na América Latina, comprometidas com políticas de corte neoliberal. Associando a adoção de medidas neoliberais ao *populismo* de alguns líderes, cunhou-se a expressão *neopopulismo*.

1.1 - Primeiro momento

As análises iniciais sobre o processo de desenvolvimento das estruturas econômicas e sociais dos países latino-americanos, particularmente da Argentina, que tratam do populismo, partem da existência de um tipo de sociedade definida como tradicional (agrária) que visa transformar-se em sociedades urbano-industriais, nos moldes ocidental-europeus. Seu marco analítico-comparativo é constituído pelo modelo democrático-representativo das sociedades industriais avançadas. Os trabalhos mais destacados e conhecidos que seguem essa linha analítica foram desenvolvidos por Gino Germani (1973), Torcuato Di Tella (1969 e 1998) e Jorge Graciarena (1967). Serão, desse modo, os autores aqui postos em relevo.

Para Germani, o advento do populismo, designado pelo autor como *movimentos nacional-populares*, constitui-se como um reflexo do processo de incorporação dos setores populares ao sistema político, num quadro de aceleradas mudanças estruturais, experimentado por países que passaram por um processo de industrialização tardia. A diferença primordial entre a estabilidade político-democrática da Europa Ocidental

(notadamente a Inglaterra) e o que ele chama de *autoritarismo populista*, deve-se ao processo gradual, pacífico, de integração das massas verificado no primeiro, e à massificação e integração abruptas das camadas populares na América Latina (com variações nas seqüências e ritmos no interior do subcontinente). O processo gradual de incorporação das massas ao sistema político configurar-se-ia, assim, em instrumento mais sólido e apropriado para a institucionalização das práticas democráticas. Na América Latina tal fenômeno não viria a ocorrer...

Com a crise mundial de 1929 a Argentina, de acordo com o autor, se depara com um intenso processo de urbanização e industrialização. O crescimento populacional urbano deriva, essencialmente, nas palavras de Germani,

do êxodo em massa pelo qual vastas camadas populares das zonas subdesenvolvidas - massas que até este momento, em grande parte, estiveram marginalizadas da vida política do país - se radicaram nas grandes cidades e, em particular, em Buenos Aires (Germani, 1973: 265).

É, pois, com a emergência desses fenômenos, gerando um incremento dos conflitos sociais, que as exigências pela integração política das massas viriam a recrudescer.

Um fator particular que favoreceu a ascensão do peronismo, um tipo peculiar de movimento nacional-popular, foi a natureza e origem do proletariado urbano em formação: este constituiu-se por massas provenientes do campo, que não possuíam uma socialização adequada à criação de organizações sindicais e partidárias, capazes, efetivamente, de representar seus interesses. As massas populares acabariam por se encontrar numa situação de disponibilidade, *fazendo com que elas se tornassem um elemento disposto a ser aproveitado por qualquer aventureiro que lhes oferecesse alguma forma de participação* (Germani, 1973: 266).

Distanciava-se, assim, da organização e participação genuínas das camadas trabalhadoras encontradas nos regimes democráticos, modelares.

Tal condição seria propiciada, de acordo com Germani, pelo processo de rápida mudança estrutural, ou desenvolvimento industrial. Esta seria caracterizada pelo fenômeno da assincronia, ou seja, coexistência de práticas, estruturas, crenças e valores correspondentes aos modelos da sociedade tradicional e moderna. O indivíduo em

adaptação aos horizontes modernos, urbano-industriais, ainda apresentava componentes tradicionais, místicos e arcaicos.

Jorge Graciarena acrescenta uma variável para a reflexão acerca dessa configuração dos setores proletários urbanos, a saber, o desequilíbrio existente entre a taxa de urbanização e a capacidade industrial de absorção da força de trabalho migrante. Segundo o autor:

no hay suficientes ocupaciones industriales para absorber ocupacionalmente a los migrantes rurales en el sector moderno de la economía. Éstos realizan, por lo tanto, tareas mal remuneradas e inestables en el comercio y los servicios que tienen muchas de las características de las ocupaciones tradicionales. Por eso, este tipo de tareas no es una vía adecuada para la integración urbana de los migrantes rurales, que permanecen de esta manera marginales económica y socialmente por largos períodos (Graciarena, 1967: 110).

Em síntese, essas são algumas das características presentes na interpretação do fenômeno populista, em sua vertente latino-americana:

- i. Movimento autoritário, conduzido por elites políticas e econômicas que estabelecem os limites da capacidade de transformação da estrutura social vigente.
- ii. Controle estatal sobre os sindicatos.
- iii. Camadas trabalhadoras destituídas de organização e consciência autênticas.
- iv. Elevado grau de manipulação das aspirações populares.
- v. Relação direta, personalizada entre líder político e massas, prevalecendo nítidos componentes demagógicos.
- vi. Um certo nível de irracionalidade política.
- vii. Ideologia marcada por uma retórica vaga, onde se sobressai a oposição à oligarquia e ao imperialismo.

Entretanto, nem tudo são espinhos. Dentro dos quadros do tecido social argentino da época (anos 40/50), o peronismo teria se constituído em um regime que ofereceu, pela primeira vez na história da classe trabalhadora, *a única experiência direta de uma afirmação dos próprios desejos* (Germani, 1973: 281). Atingiu, com efeito, a necessária

valorização das aspirações populares, proporcionando-lhes uma auto-afirmação e significado político dentro da comunidade nacional.

De acordo com Graciarena, pode-se demarcar dois tipos particulares no interior do chamado movimento nacional-popular, a saber: *neo-tradicional e revolucionário*.

O primeiro tipo, neo-tradicional, refere-se aos movimentos que não transformam substancialmente a ordem social dominante (estrutura da propriedade, bases do poder, etc.), apresentando os traços acima descritos. Como exemplos o autor menciona as experiências de Vargas e Perón.

Quanto ao segundo tipo, o revolucionário, uma das marcas históricas é o seu caráter efêmero: *aquí se trata de un movimiento político orientado contra las fuentes de poder vigentes y cuyo medio de acción es la revolución* (Graciarena, 1967: 133). As quantitativamente reduzidas experiências exitosas assinaladas pelo autor sustentariam a indicação de tal característica. Os casos citados são o Movimento Nacionalista Revolucionário-MNR boliviano, o arbenismo na Guatemala e o castrismo em Cuba⁸.

As especificidades dos tipos são evidentes, porém a natureza de suas afinidades pode ser assim descrita:

- i. a participação popular realizada por intermédio de apelos personalistas, emocionais e carismáticos. Tal fenômeno deve-se, como já exposto, aos elementos psicossociais apresentados pelos setores proletários, em um estágio determinado de sua formação e maturidade;
- ii. em conseqüência, os partidos políticos e os sistemas doutrinários racionalmente formulados exercem uma função débil na organização e mobilização das massas populares;
- iii. o papel funcional do populismo, qual seja, a incorporação desses estratos populares ao sistema político.

Ressaltando o papel mais especificamente econômico desempenhado pelo populismo peronista, Di Tella, explicitamente influenciado pela abordagem

⁸ Como se sabe, único movimento que conseguiu manter-se e conservar-se no poder.

desenvolvimentista e etapista de W. W. Rostow (1971), afirma que este fenômeno político *consolidou o setor industrial, que se foi tornando menos "artificial" e mais capaz de resistir a uma proteção diminuída* (Di Tella, 1969: 101). Constituir-se-ia, pois, em um caso clássico de *arranque*⁹, momento transitório que ordena o caminho em direção à formação de uma economia auto-suficiente.

Dentro desses quadros, o populismo pode ser considerado uma expressão política transitória, correspondente ao estágio de desenvolvimento vivificado pela sociedade argentina ou, em última instância, latino-americana. Vencida esta etapa, ou concretizada sua *função* integradora, os requisitos e desdobramentos da modernidade conduziram, na Argentina, à *desperonização* das camadas trabalhadoras, engendrando valores, práticas e instituições mais próximas do modelo democrático encontrado nos países capitalistas avançados.

Uma implicação explícita que se pode deduzir deste marco interpretativo é a de que quanto maior o nível de desenvolvimento e complexidade da economia, maiores são as possibilidades de superação do populismo, pois, como Di Tella avalia, o fenômeno populista é típico de países da periferia (Di Tella; 1998). Tornar-se-ia, com efeito, mais favorável o ambiente político-cultural para o florescimento e a cristalização de comportamentos, valores, instituições e compromissos democráticos em uma formação social específica¹⁰.

1.2 - Segundo momento

O *segundo momento* é representado, em geral, por abordagens que visam investigar as origens, características e limites do populismo a partir da análise das articulações

⁹ Este acontecimento seria marcado por uma *série de alterações nas relações internas da estrutura econômica e na distribuição do poder*. Ver DI TELLA, Torcuato S. Os processos políticos e sociais da industrialização: 74.

¹⁰ Em artigo relativamente recente, publicado na *Revista da CEPAL*, Di Tella retoma esse núcleo argumentativo, sugerindo, conseqüentemente, uma "transição" bastante longa em nosso subcontinente e na Argentina em especial. Discorre sobre as possibilidades de superação do populismo peronista, a partir das novas condições sociais proporcionadas pelo incremento da modernização econômica. Tem em vista a criação de instituições - sindicatos e partidos - mais autênticas e representativas. Toma como um dos exemplos políticos modernos o movimento sindical da região metropolitana de São Paulo. Ver DI TELLA, Torcuato S. El futuro de los partidos políticos en la Argentina.

estabelecidas entre as economias periféricas da América Latina e as economias capitalistas dominantes. Como argumenta Ianni:

A história da industrialização no Brasil é ao mesmo tempo a história das relações com os países hegemônicos (...). A história brasileira (...) funde-se e ilumina-se na história do capitalismo. Em boa parte, aquela é função desta (Ianni, 1975: 23/24).

Para esse subgrupo, priorizamos os estudos realizados por Ianni (1975 e 1991) e Weffort (1989), que discorrem sobre o fenômeno no Brasil como um sistema de dominação e sustentação política que perdurou durante os anos de 1930 a 1964. Privilegiamos suas pesquisas devido ao grau de sistematização teórica atingido e à difusão alcançada no meio acadêmico e jornalístico brasileiro¹¹. Parece-nos lícito afirmar que suas análises são caracterizadas por uma certa tensão e ambigüidade. Pretendendo compreender as razões da ruptura institucional ocorrida em 1964, ora criticam de forma contundente os atores políticos ligados à esquerda, assim como os tipos de organização e ação dos trabalhadores, ora destacam os aspectos positivos desses mesmos atores imersos no *populismo*. Entretanto, os traços dessa tensão são mais evidentes na abordagem de Weffort, em que se percebe

¹¹ Existe uma grande quantidade de trabalhos que possui estreitas relações teóricas e/ou inspirados nas interpretações desenvolvidas por esses autores, tais como: *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, de Fernando H. Cardoso e Enzo Faletto, com uma análise histórico-estrutural centralmente comum a Ianni e Weffort. *O populismo na América Latina* (1995) de Maria Lígia Prado; *A questão do populismo: populismo e participação política*, de Guita Grim Debert, e *Estado, populismo e comunicação no Brasil*, documento básico do III Ciclo de Estudos da INTERCOM, ambos dispostos em *Populismo e comunicação* (1981). Outras análises desse *segundo momento* guardam, em geral, linhas interpretativas distintas (em maior ou menor grau):

O dilema da América Latina (1978), de Darcy Ribeiro. O capítulo 9, que trata das experiências populistas, detém alguma semelhança com a abordagem de Weffort, mais essencialmente devido a indicação das figuras de Ademar de Barros e Jânio Quadros como exemplos característicos no Brasil. Para Ribeiro, o populismo constitui-se numa expressão política de lideranças demagógicas, histriônicas, comprometidas com o *status quo*, dispondo de um discurso dirigido contra as elites econômicas. Porém, conforma-se mais a um estilo do que propriamente a um *sistema político*. Vargas e Perón, por exemplo, são enquadrados numa outra categoria denominada pelo autor como *regime patriarcal de perfil nacional-sindical*. *Reforma contra reforma* (1963), de Wanderley Guilherme dos Santos. Essa obra que revela um claro sabor marxista-leninista, propõe-se a analisar os equívocos da gestão João Goulart, efetuados, para Santos, com a tentativa de aproximação com o imperialismo e as oligarquias rurais, a fim de atingir a meta da estabilidade sócio-econômica. Populismo seria, portanto, o fruto dessa política particular. *Brasil: crise e alternativas* (1974), de Hélio Jaguaribe. Deste trabalho podemos destacar ao menos dois aspectos peculiares: (I) o fato de que o populismo é considerado uma forma de organização da sociedade e estruturação do poder não restrita aos países *subdesenvolvidos*. Como exemplos, Jaguaribe menciona o *poujadismo* na França e o *macarthismo* nos EUA. (II) Para o autor, o fenômeno se deu no Brasil no período que compreende os anos de 1951 a meados de 1963. Após o fracasso do Plano Trienal, ergue-se uma nova fase do governo Goulart, sob a liderança de Leonel Brizola, em que é rompida a estratégia populista. *O Estado, cada vez mais identificado com uma visão socializante de produção, surgia como um risco para a manutenção da empresa privada* (Jaguaribe, 1974: 30). As distinções entre essas últimas e importantes análises em face dos estudos desenvolvidos por Ianni e Weffort ficarão mais nítidas, claro, no curso deste item.

momentos de nítido incômodo, ou mesmo irritação, em face de alguns elementos constitutivos do *populismo brasileiro*, como, em outras situações, denota-se uma maior consideração com as ações de governos e do movimento operário do período. Por ora, a fim de ilustrar uma explícita rejeição ao fenômeno, veja-se essa passagem sobre o comportamento dos trabalhadores e a *mistificação* do Estado:

É uma pobre ideologia [a populista] que revela claramente a ausência total de perspectivas para o conjunto da sociedade. Não se poderia esperar mais de uma pequena burguesia que se assimila ao comportamento do *lumpen* e de um operário que se expressa de maneira pequeno burguesa. A massa se volta para o Estado e espera dele "o sol ou a chuva", ou seja, entrega-se de mãos atadas aos interesses dominantes (Weffort, 1989: 36).

Sigamos com a apresentação de alguns aspectos do populismo, principalmente brasileiro.

O populismo é definido como um fenômeno político que emerge nos quadros de crise e instabilidade do capitalismo, no período de 1914 a 1945. As duas guerras mundiais e a crise de 1929 teriam proporcionado a emergência de rupturas parciais internas e externas e a reformulação das relações político-econômicas com os países centrais.

O setor primário-exportador, atividade econômica central na América Latina, entra em crise. A capacidade de importação de bens de consumo reduz-se drasticamente. O poder e sistema oligárquico entram em declínio. A diferenciação da estrutura social, estimulada pelo crescimento do setor terciário vinculado à exportação, já havia criado as condições para a formação de grupos e camadas sociais emergentes (setores médios urbanos ligados ao Exército, comércio e funcionalismo público civil; burguesia industrial e operariado).

Em linhas gerais, são essas as mudanças estruturais que viriam diminuir o poder político dos grupos então hegemônicos, ligados ao setor exportador, incentivando uma reorientação das atividades econômicas para o setor secundário. A cidade começa a projetar-se, agora, como espaço privilegiado das decisões políticas.

Este, constitui-se, pois, no contexto histórico-estrutural em que virão ascender as bases do sistema populista¹².

O que os autores classificam como *pacto populista* ou *Estado de compromisso*, emerge dessa situação. Caracterizar-se-á pela *ausência de uma classe social suficientemente forte, politicamente organizada e com visão hegemônica de si para assumir e exercer o poder sozinha. Por isso a aliança se torna necessária* (Ianni, 1991: 160).

O sistema consiste, assim, numa coalizão entre contrários, onde os interesses da burguesia prevalecem, e que apresentará as seguintes características:

- i. Uma ideologia nacionalista.
- ii. A referência ao povo¹³.
- iii. Uma estratégia industrializante.
- iv. A oposição à oligarquia latifundiária e ao imperialismo.
- v. As metas de harmonia social e construção de um capitalismo nacional e autônomo (mencionadas, em especial, por Ianni).
- vi. Estado como agente central das decisões sobre a política econômica (Ianni, 1975: 27) e alçado no plano ideológico como ente supremo e imparcial, que não se orienta em favor de qualquer grupo específico (Weffort, 1989: 50/51).
- vii. Frágeis organizações partidárias, que implicaram em uma relação personalista e demagógica entre líderes carismáticos e massas populares.
- viii. Controle estatal sobre a participação e organização dos sindicatos segundo os limites impostos pela aliança populista.

¹² Em seu livro *A formação do Estado populista na América Latina*, Ianni usa essa argumentação para compreender além da ascensão de Vargas no Brasil, também, Cárdenas no México e Perón na Argentina.

¹³ Revelando uma certa postura sectária, diz Weffort: *não fala nunca a nenhuma classe determinada mas sempre ao "povo"*. Em sua ótica, tal prática reflete uma tentativa de diluição dos antagonismos de classes. WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*: 42.

No seio desse esquema, em sua versão brasileira, também designada, por Ianni, como *modelo getuliano de desenvolvimento*, são apontados diversos atores e eventos políticos:

a Consolidação das Leis do Trabalho, o Partido Trabalhista Brasileiro, o peleguismo, o Estatuto do Trabalhador Rural, Vargas, Kubitschek, Goulart, Arraes, Brizola fazem parte de um mesmo sistema e *continuum*. E juntam-se também Ademar de Barros, Hugo Borghi, Jânio Quadros e outros. Todos êles,(...), estão relacionados ao pensamento getuliano e particularmente à política de massas, como elementos ligados nuclearmente ou como variantes (Ianni, 1975: 98).

Um elemento muito recorrente nas análises desses dois autores, que demonstram clara influência de alguns imperativos presentes no *primeiro momento*, é o caráter imaturo e inconsciente do proletariado urbano. Essa peculiaridade seria um fundamento objetivo para entender o apoio popular às lideranças e governos populistas no Brasil. Para Ianni, por exemplo, o proletariado encontra-se em uma posição subalterna, denotando uma espécie de consciência e ação de massas, almejando, devido aos horizontes do desenvolvimento nacional, a mobilidade social. Segundo o autor:

as classes assalariadas do populismo,(...), não participam da coalizão enquanto classes sociais autônomas, organizadas e politicamente conscientes da sua situação de classe. Ao contrário, elas são classes em formação, quando as suas lutas estão muito mais motivadas por razões econômicas imediatas do que por questões políticas de classe ou da sociedade (Ianni, 1991: 53/54).

Não haviam atingido, assim, uma postura prevista pela matriz marxista, a saber, a da *classe para si*; detentora de uma organização e projeto particulares de ordenamento da sociedade.

Referente, ainda, a essa questão, constata-se, como salientado anteriormente, uma ambigüidade na abordagem de Weffort. Em algumas situações, como visto, são ressaltadas as idéias de passividade e docilidade da classe face ao Estado e líderes políticos. Em outras, esse autor salienta a reciprocidade existente na relação entre setores populares e governo. Em suas palavras:

O populismo foi um modo determinado e concreto de manipulação das classes populares mas foi também um modo de expressão de suas insatisfações (Weffort, 1989: 62).

Seria um contra-senso supor-se que estas [classes populares] possam ter servido como base de apoio, e até certo ponto de legitimação, de um regime que ignorasse os problemas postos por sua situação social (Weffort, 1989: 124).

Desse modo, entre a manipulação e o controle estatal, caberia considerar essa outra dimensão: a satisfação, representação dos interesses populares.

Em tempos de "normalidade" da ordem capitalista (economia expansiva, ampliação das oportunidades de consumo e renda) as fronteiras divisórias das classes parecem estar diluídas, obscurecidas. Porém, a despeito da retórica e objetivo do Estado populista e da burguesia em promover a paz sócio-nacional, os conflitos e contradições interclasses se agudizam conforme a expansão das relações de produção capitalistas. O processo histórico não pode ser paralisado. O dilema da burguesia industrial entre seguir o caminho da ruptura com os enclaves imperialistas (representados pelas corporações multinacionais) ou aprofundar a integração com estes, é resolvido com a adoção da segunda alternativa. Uma combinação entre a necessidade estrutural da burguesia industrial em ampliar sua capacidade produtivo-tecnológica, associando-se ao capital forâneo, com a radicalização das manifestações das camadas populares conduziria, assim, ao estremecimento e, posterior, *colapso do populismo*.

Em resumo, de modo geral, para Ianni e Weffort, vistos em conjunto, o populismo consistiu num estágio particular do desenvolvimento das relações de classes e do sistema capitalista brasileiro, assim como de alguns países latino-americanos. Seria considerado, portanto, um fenômeno político-econômico estruturalmente marcado e superado pela história. Tal fato se deve, em grande parte, à inviabilidade de se restabelecer um pacto desenvolvimentista entre burguesia e proletariado nos moldes populistas. Os compromissos firmados entre as burguesias nacional e estrangeira excluíam, irreversivelmente, as camadas populares, urbanas e rurais, do sistema de poder nos quadros de uma sociedade capitalista periférica.

O *colapso do populismo* tenderia, pois, a proporcionar ao proletariado o florescimento de nítidas posições de classe. De acordo com Weffort:

Esta forma peculiar de revolução democrático-burguesa que se realizou através do populismo e do nacionalismo, só poderia estar concluída com o seu próprio desmascaramento. Com o golpe de 1964, o Estado projetou-se sobre o conjunto da sociedade e parece dirigi-la soberanamente. Esta transformação (...) é o ponto de chegada da evolução histórica anterior e o começo de uma nova etapa. Necessariamente, porém, as massas populares não têm participação neste Estado que, assim, desvenda sua verdadeira natureza de classe (Weffort, 1989: 44).

Segundo Ianni:

Ao ver-se criticamente, na situação real em que se encontra, o trabalhador deixa de pensar-se como povo e passa a compreender-se de modo mais claro como operário (Ianni, 1991: 162).

Sepultada a fase assistencialista, conciliatória e reformista do capitalismo no Brasil, e na região como um todo, abrir-se-iam, desse modo, as possibilidades, estímulos e horizontes para os trabalhadores organizarem-se em prol do salto qualitativo: a luta pela edificação da sociedade socialista.

Muitas das idéias presentes nessas abordagens guardam uma grande expressão até os dias que correm, entre outros, no discurso jornalístico. Veremos, entretanto, no próximo item, que algumas dessas teses estavam (ou estão) longe de obter consenso nos círculos acadêmicos. Os questionamentos não tardariam. Deixamos, por isso, as observações críticas à cargo das análises que seguem abaixo¹⁴.

¹⁴ Vale a pena acrescentar que, atualmente, Ianni tem revisto algumas de suas avaliações sobre o período de 30/64. Em entrevista concedida a uma revista, o autor afirma que: *no Brasil, entre 1930 e 1964, se ensaiou um poderoso projeto de capitalismo nacional (...) realmente se efetivou em termos de dinâmica da economia, (...) de integração de setores econômicos e sociais, em termos de uma redefinição das relações entre a sociedade civil e o Estado, aquilo que alguns chamam maliciosamente de "populismo" (...) etc. Na verdade, houve um projeto nacional que tinha elementos demagógicos, carismáticos de manipulação, mas, ao mesmo tempo implicava em conquistas econômicas, políticas e sociais notáveis, como a CLT, a (...) [CSN](...), a Fábrica Nacional de Motores, a PETROBRÁS, a ELETROBRÁS, as Universidades (...), a mídia ganhou um grande desenvolvimento nessa época (...) Muito do que é cultura em termos de teatro, de música, se desenvolveu nessa época. Foi uma época de grande florescimento (...) O que houve com o governo atual nos seus dois mandatos foi um total desmonte das bases econômicas do projeto nacional. Provavelmente, entre outras razões, os dois mandatos de Fernando H. Cardoso tenham estimulado o autor a fazer uma certa relativização das mazelas do populismo. Ver Caros Amigos. Esse governo fez do país uma província do capital mundial.*

1.3 - *Contestação de algumas teses*

A partir de fins dos anos setenta, o incômodo com alguns pressupostos inerentes às abordagens *clássicas*, em especial, as formulações de Ianni e Weffort, começa a se refletir na produção acadêmica brasileira. Percebe-se uma necessidade de empreender uma releitura de algumas teses sobre o processo político nacional de 1930/64, que encontravam-se (e, em um grau razoável, ainda encontram-se) bastante cristalizadas nos círculos acadêmicos.

Em geral, a influência dos trabalhos de Ernesto Laclau (1979) e E.P.Thompson (1989 e 1997) propiciou a elaboração de análises alternativas sobre o período da história brasileira em tela. Como sugerido por Angela de C.Gomes e Ferreira¹⁵, após a produção de alguns trabalhos que perseguiram um caminho próprio de interpretação, a obra *A invenção do trabalhismo* (1988), da própria Gomes, figurou como um marco para o reforço e maior expressão dessas análises problematizadoras no debate acadêmico sobre o *populismo brasileiro*.

Neste conjunto de abordagens alternativas destacam-se, em geral, a ênfase dada aos estudos das singularidades de experiências políticas convencionalmente classificadas como populistas e, em particular, a investigação das especificidades da ação de atores e projetos distintos presentes nos anos de 1930 a 1964 na política brasileira. Em alguns casos há uma rejeição ao próprio uso da noção de populismo como instrumento teórico-analítico capaz de interpretar e compreender as contradições, dilemas e características de realidades políticas e culturais distintas. Como assinala Capelato, numa análise histórico-comparativa entre os governos Perón e Cárdenas:

o conceito de populismo (...) não possibilita a compreensão da complexa relação das classes trabalhadoras com o cardenismo e o peronismo. A indicação de alguns elementos históricos que marcaram essas duas sociedades naquela época serve de pista para se pensar as especificidades. Ao meu ver, elas são de tal ordem, que comprometem o uso do mesmo conceito para a compreensão dos dois fenômenos (Capelato, 2001: 163).

¹⁵ Ver GOMES, Angela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua história: debate e crítica*.

Seguindo esse viés *rejeicionista*, Nelson W.Sodré, por exemplo - em seu opúsculo sugestivamente intitulado *Populismo: a confusão conceitual* - chega a argumentar que a noção deve ser veementemente combatida, excluída do uso e dedicação acadêmica. De acordo com o autor, ela só tem apresentado uma única e exclusiva função: depreciar as propostas e ações das correntes políticas progressistas comprometidas com a transformação estrutural da sociedade brasileira. Constituir-se-ia, pois, em um dispositivo de combate político-ideológico utilizado por grupos conservadores no seio do jogo de forças sociais e políticas.

No que diz respeito aos estudos específicos sobre a história política brasileira de 1930 a 1964, usualmente definida como populista, o conjunto de abordagens em tela tem centrado sua análise em cima de três questões básicas: (I) a particularidade da estratégia trabalhista; (II) a problematização do perfil passivo do proletariado; (III) e mais geral, o questionamento da noção de populismo em si¹⁶.

(I) *A particularidade da estratégia trabalhista.*

É comum ver-se a adoção do termo *trabalhismo* nessas abordagens, visando com isso explicar a ação das lideranças políticas, partido e movimentos populares comprometidos com a democratização do Estado, a industrialização, o nacionalismo e a criação de uma rede de proteção ao trabalhador. Evita-se, assim, o uso da noção de populismo para designar esses componentes popular-democráticos.

Em conformidade com a perspectiva de Gomes, um fator capital para a compreensão do êxito do *projeto estatal trabalhista*, que se delineaia, fundamentalmente, a partir do Estado Novo, é a incorporação estatal das tradições, símbolos e aspirações

¹⁶ Uma outra questão sujeita à problematização, não muito comum nas análises consideradas, refere-se a relação *líder/partido/massa*. Bodea discute o pressuposto *clássico* sobre a predominância de líderes carismáticos em prejuízo das estruturas partidárias, tal como estabelecido teoricamente, entre outras, também, para a realidade brasileira da época. Afirma que *a partir do estudo da experiência concreta do PTB gaúcho, (...), fica evidente que os líderes do movimento trabalhista gestam, fortalecem, projetam e reproduzem a sua liderança essencialmente a partir da sua ascensão dentro de uma estrutura partidária regional e não, (...), a partir de uma relação carismática direta entre o líder e a massa popular. O carisma, quando houve, desenvolve-se a posteriori.* Para o autor, a realidade gaúcha do Partido Trabalhista Brasileiro, estruturado física e doutrinariamente, pode implicar em profícuos e mais consistentes desdobramentos para a análise da organização e estratégia do PTB nacional. Isto se deve ao fato de que figuras proeminentes (*carismáticas*) nessa esfera nacional - como Vargas, Jango e Brizola - surgiram e passaram pelos ritos e requisitos internos do partido. Ver BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*: 194/196.

materiais presentes na trajetória de lutas e ações dos trabalhadores, desde a Primeira República. Ou seja, distante das idéias de manipulação e concessão de benesses de um Estado dadivoso aos trabalhadores, sugere-se uma resposta, ou cumplicidade, às suas demandas.

Em uma análise oportuna, Moniz Bandeira correlaciona a consistência doutrinária obtida, paulatinamente, pelo trabalhismo com as injunções externas e o processo de desenvolvimento econômico brasileiro. O autor enfatiza os conteúdos social-democráticos presentes na estratégia de Vargas e, posteriormente, no Partido Trabalhista Brasileiro. Aponta, dentro disso, as incompatibilidades geradas ao longo do tempo entre os interesses das burguesias nacional e exógena face o projeto trabalhista. Nesse *continuum*, o PTB, (...), *aprofundou, empiricamente, sua orientação social e antiimperialista* (Bandeira, 1979: 36).

Os reveses sofridos pelo partido, assim como seu posicionamento progressivamente mais claro em torno dos interesses popular-nacionais, seriam um produto significativo da internacionalização das economias no pós-guerra. Destacando a oposição internacional ao trabalhismo, o autor assinala o seguinte:

num país como o Brasil, onde o capital era predominantemente estrangeiro e o trabalho nacional, as reivindicações econômicas do proletariado afetavam, (...), os interesses do imperialismo. Era natural, (...), que as corporações internacionais, embora pactuassem, na Europa, com os partidos socialistas ou social-democratas, não tolerassem no Brasil nem mesmo a existência de um partido cuja *práxis* à deles se assemelhava (Bandeira, 1979: 37).

Para a compreensão da derrota de 1964, considera-se relevante, portanto, salientar enfaticamente as adversidades internas e externas sofridas pelo *trabalhismo*, ao invés de buscar razões na hipótese de um *colapso do sistema populista*.

(II) *A problematização do perfil passivo do proletariado.*

É questionada a imputação de um modelo prévio de organização, projeto e ação para a classe operária, ou seja, a existência de uma espécie de devir inexorável, de um caminho e

destino *corretos* para o proletariado¹⁷. Demonstrando uma nítida influência da abordagem culturalista de Thompson (1989 e 1997), Gomes ressalta que a formação de um ator político, como a classe trabalhadora, deve ser entendida a partir de um enfoque que integre a esfera material (as condições concretas da classe no interior das relações de produção) com a esfera simbólica (sua auto-imagem e particularidade nacional). Dessa forma, diz a autora, não há "*uma*" consciência de classe, "*um*" interesse "*verdadeiro*" para a classe trabalhadora, pois não existe, histórica ou teoricamente, nenhum modelo que possa ser seguido e defendido (Gomes, 1994: 11).

Em um trabalho de Isabel de A.Ribeiro de Oliveira¹⁸, vemos, também, a problematização de uma tese subjacente aos estudos de Weffort (que é claramente inspirada nas análises do *primeiro momento*), a saber: a incapacidade dos setores populares de enxergarem a realidade social na qual se encontravam, ou seja a vigência de uma *irracionalidade política* que conduziria à adesão aos líderes *carismáticos/populistas*. A autora discute oportunamente alguns dados que compunham o universo simbólico de segmentos dos trabalhadores da região metropolitana de São Paulo. Oliveira constata que, a despeito das precárias informações apresentadas por alguns grupos de origem rural sobre o mundo da política, as noções de desigualdade e injustiça social não escapavam às suas vistas. As supostas *inconsciência* e *disponibilidade política*, são, pois, relativizadas, tendo em vista a existência de uma percepção crítica sobre a atuação dos políticos, em geral, e do governo, em particular: *afirma-se que o Governo só faz o que os ricos querem, só pensa nos interesses dos ricos* (Caldeira *apud* Oliveira, 1988: 40).

No que diz respeito especificamente às características de atuação dos sindicatos da época, Elina G.F.Pessanha e Regina Morel apontam interessantes questões para a problematização do *peleguismo* e da corrente idéia sobre a subordinação sindical à *política populista*. Tratando de dois estudos de caso, os operários navais e os trabalhadores da indústria siderúrgica, ambos no Estado do Rio de Janeiro, as autoras argumentam que, ao mesmo tempo em que se verifica uma postura sindical aberta à negociação com o governo

¹⁷ São refutadas, deste modo, as formulações de Weffort e Ianni, que conceberiam o proletariado brasileiro da época como uma classe passiva, em maior ou menor grau, e inconsciente, devido a inexistência de um comportamento requerido pelo marxismo desses autores: o da *classe para si*.

¹⁸ Ver OLIVEIRA, Isabel de Assis Ribeiro de. *Trabalho e política : as origens do Partido dos Trabalhadores*.

federal, esses sindicatos eram também representativos dos interesses das respectivas categorias. Eram considerados legítimos por suas bases, apresentando, inclusive, expressiva participação e mobilização destas. Segundo as autoras, então, as análises que se referem a um caráter espúrio do sindicalismo pré-64, apresentam *uma caracterização por demais generalizante e homogeneizadora de alguns aspectos (...) [acabando] por "jogar fora a criança com a água do banho"* (Pessanha e Morel, 2001: 276).

Salientando a estreita relação existente entre o desenvolvimento de organizações, movimentos populares e o trabalhismo, Daniel A. Reis Filho refuta a tese da debilidade organizacional do proletariado, com a correspondente inexistência de autonomia. De acordo com o autor, principalmente no início dos anos sessenta, viriam a surgir um conjunto de organizações independentes, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura-CONTAG e o Comando Geral dos Trabalhadores-CGT, que não estavam submetidas ao marco jurídico, mas que, de qualquer maneira, faziam parte da base de sustentação do governo Goulart, tanto apoiando quanto exigindo as chamadas reformas de base. Assim, a emergência dos líderes sindicais e do conjunto da classe trabalhadora no cenário político fora constituída, progressivamente, em larga medida calcada sobre uma tradição política singular: o trabalhismo. Para Reis Filho foi essa tradição que se buscou desqualificar à direita e à esquerda da arena política, após o desenlace de 1964, a despeito de suas distintas razões. Com o golpe, expurgava-se, com efeito, essa tradição também em nível simbólico:

Para tanto, todos os meios seriam válidos, inclusive o mais brutal - o mais eficiente (...) : alcançar a identidade da malfadada tradição, apagando-lhe o nome, rebatizando-a. Foi assim que do trabalhismo se fez o populismo (Reis Filho, 2001: 346/347).

(III) *O questionamento da noção de populismo em si.*

Consistindo num desdobramento natural das duas questões anteriores, uma outra dificuldade assinalada por algumas dessas abordagens é a diluição dos atores, partidos e projetos concretamente distintos existentes no período de 1930/64 da história política brasileira, classificados sob um rótulo considerado demasiadamente amplo: *populismo*. Contesta-se, portanto, a capacidade explicativa de um conceito que abarque

concomitantemente partidos distintos como o Partido Trabalhista Brasileiro, o Partido Comunista Brasileiro, a União Democrática Nacional e o Partido Social-Democrático, e diferentes lideranças políticas como Getúlio Vargas, João Goulart, Ademar de Barros, Miguel Arraes, Juscelino Kubistcheck, Carlos Lacerda, Jânio Quadros e Leonel Brizola. Então, em alguma medida, sugere-se que a definição do período de 1930/64 como populista vem a proporcionar, entre outras dificuldades, uma generalização pouco frutífera à compreensão e inteligibilidade do período em questão.

Como se vê, essas análises apontam relevantes questões para se entender a realidade política nacional deste período tão polêmico. Salientar as especificidades do projeto getulista/trabalhista e descolar a análise da formação e ação do proletariado de um destino pré-fixado, arbitrariamente estabelecido no plano teórico, possibilita, realmente, uma compreensão mais apurada do período de 1930/64 da história brasileira. A observação das específicas bandeiras partidárias e das formas de atuação política e representação simbólica dos trabalhadores, também apontam para um construtivo campo de análise. Contudo, a rejeição à noção de populismo como *ferramenta* teórico-analítica, que aparece explícita e implicitamente em alguns desses estudos¹⁹, talvez, por outro lado, não represente uma postura muito apropriada. Pode-se conduzir à aproximação de um exercício interpretativo designado por Laclau como *nihilismo teórico* (Laclau, 1979: 152). Fecha-se os olhos para a existência de um problema - a presença de um fenômeno não compreendido -, pautando a análise por investigações que privilegiem os discursos e ações particulares dos regimes políticos.

As duas abordagens que compõem a seção 2, demonstram uma valiosa forma de operacionalização e aplicação instrumental do populismo na análise de realidades sociais concretas. Por ora, veremos, abaixo, que, a despeito da ampla gama de críticas suscitadas pelos estudos *clássicos*, eles ainda mantêm-se bastante cristalizados no campo acadêmico.

¹⁹ Ver: BANDEIRA, Moniz. *Brizola e o trabalhismo*; CAPELATO, Maria Helena R. Populismo latino-americano em discussão; e, SODRÉ, Néelson W. *O populismo: a confusão conceitual*.

1.4 - *Mantendo o fôlego: o neopopulismo*

Demonstrando a força persuasiva das teses *clássicas* e um fôlego aparentemente inesgotável, emerge no início dos anos 90, no mesmo compasso da ascensão de governos latino-americanos comprometidos com as teses e políticas de corte neoliberal, um conjunto de análises que concebe a existência de simetrias entre o populismo e o neoliberalismo (afinidades bastante inusitadas, diga-se de passagem). Privilegia-se, aqui, a dimensão política do fenômeno populista. É assinalado, então, a aparição de um suposto *neopopulismo* na América Latina, retomando-se, basicamente, três idéias presentes nos estudos *clássicos*: a personalização da política (advinda do ressurgimento de lideranças carismáticas e autocráticas); a manipulação das aspirações populares; e a fragilidade dos mecanismos institucionais de mediação de interesses (como partidos políticos, sindicatos, associações civis em geral, atrofia do Legislativo, etc.).

Como se vê, este conjunto de abordagens refuta, entretanto, a percepção do *populismo* como um estágio de desenvolvimento específico. Ressalta-se, portanto, a maleabilidade e capacidade de adaptação do fenômeno a contextos históricos e políticos diferentes. Seria, pois, produto de um déficit de democracia. Algumas experiências contemporâneas de *populismo* na região tratadas por essas análises são: no México, Carlos Salinas de Gortari; Carlos Andrés Pérez na Venezuela; no Brasil, Fernando Collor; Carlos Menem na Argentina; e Alberto Fujimori no Peru.

Um aspecto central do *neopopulismo* seria a retórica das lideranças personalistas. Esta retórica sustentaria a necessidade de se promover o bem-estar material do *povo*, ou da *nação*, por intermédio dos mecanismos do livre mercado. Paradoxalmente, assim, a figura do Estado é alçada ao posto de inimigo número um da nação, devido ao fato de seus instrumentos financeiros e materiais encontrarem-se numa situação de inoperância face as exigências da sociedade.

Segundo Kenneth Roberts, a reemergência do populismo na região fundou-se na conjunção de alguns fatores, tais como: a crise da dívida; o estrangulamento do padrão de desenvolvimento centrado no Estado; um movimento operário enfraquecido (com uma sinalizadora taxa elevada de trabalhadores na informalidade); espiral inflacionária; e uma

sociedade civil desorganizada, relativamente amorfa (Roberts, 2000: 6). Devido a incapacidade de resposta das lideranças e partidos políticos tradicionais aos problemas enfrentados pela população, como a instabilidade econômica e as crises de autoridade e representação (em especial, derivadas da corrupção), uma desconfiança ao *establishment* político tomaria corpo no eleitorado. Abria-se, assim, um espaço favorável para participar efetivamente do jogo político, *líderes carismáticos relativamente autonomizados de sus partidos y sus tradiciones*, (...), *o que carecen de antecedentes partidarios* (...), *e incluso de cualquier antecedente político*²⁰. O cenário político foi marcado, assim, por uma *ideologia* do pragmatismo, de contestação aos atores políticos convencionais (sindicatos, estruturas partidárias, organizações sociais, etc.). Para os novos populistas, estes atores representariam interesses particulares, que inviabilizariam o esforço de *reconstrucción nacional*. Enfim, prevaleceria uma *política da anti-política* (Roberts, 1995: 97).

O populismo representaria, com efeito, um mal crônico, degenerador, da sociedade e política latino-americana²¹.

2 - ÊNFASE NA IDEOLOGIA

Este modelo interpretativo consiste em um tipo de abordagem que privilegia a dimensão ideológica dos movimentos e governos populistas²². Constitui-se num método não muito usual de investigação sobre o fenômeno. No que se refere ao estudo do populismo na América Latina, a análise de Laclau - consagrada em sua obra *Política e*

²⁰ NOVARO, Marcos. Crisis de representación, neopopulismo y consolidación democrática. Ver seção "El agotamiento de las tradiciones políticas y la crisis de identidades".

²¹ Além das incorporadas ao corpo do texto, ver, também, entre outras análises: CHAUI, Marilena. Raízes teológicas do populismo no Brasil: teologia dos dominantes, messianismo dos dominados; MAYORGA, Fernando. Compadres y padrinos: el rol del neopopulismo en la consolidación democrática y la reforma estatal en Bolivia; PALERMO, Vicente. Populismo temperado: uma interpretação política do plano de convertibilidade argentino de 1991; SAES, Décio A. M. A reemergência do populismo no Brasil e na América Latina.

²² Por ora basta dizermos que seguimos, entre outras, a definição dada por Laclau sobre a noção de *ideologia*. Esta é entendida como um complexo de representações, valores e crenças que se materializam em ações objetivas, a partir daquilo que Louis Althusser chama de *interpelação*, ou apelo, ao indivíduo, chamando-o a posicionar-se em conformidade com os rituais e normas que compõem uma dada ideologia. Um fenômeno socialmente derivado, em última instância, da luta de classes, que se origina na esfera infra-estrutural - ou seja, nas relações sociais de exploração e produção. Deste antagonismo emana ideologias tanto dos setores dominantes quanto dos setores dominados (produto de suas experiências, lutas, tradições e organizações). No capítulo II discorreremos mais detidamente sobre o assunto.

ideologia na teoria marxista (1979) - figura como a grande referência do que estamos aqui chamando de *ênfase na ideologia*, assim como norteia substantivamente nossa reflexão sobre a noção de populismo. Dessa forma, estão dispostos nesta seção algumas nuances da perspectiva e do método formulado por Laclau. Incluímos, ademais, algumas questões levantadas por Miguel Bodea (1992) sobre o período de 1930/64 da história política brasileira, em uma análise desenvolvida sob a influência do método de Laclau²³.

O método analítico desenvolvido por Laclau, afirmamos antecipadamente, é um dos mais operacionalizáveis e fecundos dentre todos os estudos considerados no presente capítulo. Emerge a partir de um claro desconforto com as teses correntes, *clássicas*, sobre o populismo, nos idos dos anos setenta. O autor formulou um instrumento teórico bastante enriquecedor e original para a compreensão do fenômeno. Populismo configura-se, aqui, como uma espécie de estratégia político-ideológica adotada por grupos e classes, em contextos específicos, tendo em vista a conquista do poder. Ao privilegiar, portanto, a ideologia como instância social favorável à compreensão do populismo, o autor procura capturar não necessária e exclusivamente os princípios e fatores constitutivos da ideologia populista, mas sim o modo como ela aparece e se constitui.

Laclau busca identificar, inicialmente, o elemento comum, invariável, que perpassa as diversas experiências classificadas como populistas. Este elemento central é a *referência ao povo* (Laclau, 1979: 171). Visando escapar do reducionismo de classe, o autor afirma que para além da contradição nodal das formações sociais capitalistas - a de natureza classista, burguesia e proletariado - faz-se presente um antagonismo adicional, a saber: o

²³ Outra análise que encontramos dando ênfase à dimensão ideológica, tendo como centro uma experiência latino-americana, foi a produzida por Emilio De Ipola. Por estarmos aqui a privilegiar, particularmente, a abordagem de Laclau (e um trabalho inspirado por este), basta dizer que De Ipola discute em seu texto o renovado peronismo de Menem, ressaltando que ele não eliminou um elemento fundamental do fenômeno peronista: *o elemento popular*, com seus signos e códigos de identidade próprios. Ver DE IPOLA, Emilio. *Peronismo y populismo: una nueva propuesta de interpretación*.

Um estudo bastante conhecido de Peter Worsley, *O conceito de populismo* (1973), que salienta o âmbito ideológico das experiências populistas como instrumento metodológico capaz de viabilizar a compreensão do fenômeno, pode, facilmente, também ser enquadrado no presente modelo de interpretação. Não o utilizamos na exposição, além da já mencionada razão, devido ao fato do autor analisar, especificamente, os casos relativos aos continentes africano e asiático.

estabelecido entre *bloco de poder* (classe e grupos dominantes) e *povo* (classe e grupos dominados). Essa contradição seria encontrada ao nível do discurso ideológico e do sistema político.

Desse modo, a idéia que Laclau procura desenvolver é que nenhuma classe determinada consegue obter a hegemonia ideológica através da imposição de sua concepção de mundo uniforme para o conjunto de uma dada sociedade. Far-se-ia necessário, então, buscar a incorporação ou neutralização dos discursos, práticas e posições político-ideológicas de classe e grupos diferentes, a fim de atingir sua hegemonia. Para alcançar essa meta, há que se adotar uma estratégia político-ideológica que viabilize a articulação entre o que o autor define como as *interpelações de classe* (projeto e objetivos da classe dominante ou dominada) e as *interpelações popular-democráticas* (compostas pelas aspirações e lutas difusas do povo, formado pelo campesinato, proletariado urbano e rural e setores médios urbanos). É, com efeito, a partir da articulação de um discurso e projeto classista com os interesses, tradições e experiências populares, empreendida em oposição ao bloco de poder, que o populismo começará a surgir.

Além dessa articulação *povo-classe*, são exigidas, basicamente, duas outras condições necessárias para a identificação da emergência, ou existência, de um fenômeno populista:

- i. Situação histórica crítica, onde o bloco de poder apresenta uma incapacidade de neutralizar a insatisfação de classe ou de grupos antagônicos.
- ii. As massas integradas a um movimento social vislumbram a oposição, mais ou menos radical, ao bloco de poder hegemônico.

Assim, o populismo - ou a articulação do discurso e lutas populares a um projeto classista - pode ser razoavelmente vislumbrado dentro de uma realidade social crítica:

O populismo surge historicamente ligado a uma crise no discurso ideológico dominante que é, por sua vez, parte de uma crise social mais geral (Laclau, 1979: 182).

Dentro deste quadro teórico, pode-se, legitimamente, então, falar em *populismo de direita* e *populismo de esquerda*. As classificações destas modalidades de populismo irão variar de acordo com as singularidades das formações sociais concretas. Alguns exemplos

de experiências populistas mencionadas pelo autor são: o getulismo, o peronismo, o fascismo, o nazismo, o maoísmo e o titoísmo.

A idéia de que o populismo consiste numa tentativa de paralisar o processo histórico, como sugerido nos estudos de Weffort (1989) e Ianni (1975 e 1991), em busca do arrefecimento da luta de classes é, aqui, refutada. Na perspectiva marxista de Laclau não há oposição entre socialismo e populismo. Para o autor, o populismo dirigido pela classe operária constituir-se-á na modalidade mais genuinamente popular e avançada do fenômeno. Corresponde a uma estratégia política perspicaz e eficiente do proletariado (ou ao menos de seus estratos mais conscientes e organizados) incorporar os anseios, símbolos e discursos do povo ao seu projeto e forma de ação. É necessário, portanto, aproveitar as insatisfações e os antagonismos (latentes e, em grande medida, difusos) das camadas populares, a fim de conquistar a hegemonia política e ideológica no seio das classes dominadas. Desta ação articulatória sairão as condições e possibilidades de vitória de um movimento socialista. Nas palavras do autor:

A dialética entre o povo e as classes encontra, aí, o momento final de sua unidade: não há socialismo sem populismo, mas as formas mais elevadas de populismo só podem ser socialistas (Laclau, 1979: 202).

Em um trabalho que visava apresentar uma argumentação alternativa acerca do *populismo no Brasil*²⁴, Bodea se apropria da *ferramenta* analítica elaborada por Laclau, trazendo à luz uma pertinente reinterpretação do processo político brasileiro de 1930 a 1964.

Segundo Bodea, o período em questão foi testemunha de uma paulatina evolução de um *populismo das classes dominantes* em direção ao *populismo das classes dominadas*. A Revolução de 1930 viria a expressar, assim, a emergência de um *populismo de direita*, ou conduzido pela classe dominante:

A Revolução de 1930,(...), representa o avanço de uma fração de classe [dominante] que requeria "substancial transformação do bloco de poder". Gestam-se assim as precondições do que poderia ser

²⁴ Ver BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Cap. 3: "Trabalhismo e populismo: uma interpretação alternativa".

considerado, num primeiro momento, como um "populismo da classe dominante", ao nível nacional. Getúlio Vargas passaria a representar a figura-símbolo deste processo (Bodea, 1992: 206).

O projeto desta fração de classe, que substitui o bloco oligárquico-tradicional no poder do Estado, é consubstanciado por feições reformadoras e modernizantes, tais como: *a legislação trabalhista (...) e a industrialização com apoio estatal* (Bodea, 1992: 204). De acordo com o autor, este projeto irá conquistar um apoio passivo das camadas populares no início; mas, posteriormente, estas viriam a engajar-se ativamente junto aos princípios e metas presentes neste projeto.

Ao longo desses anos, um fenômeno político e doutrinário vai tomando corpo e ganhando expressão no seio dos setores populares (assim como definindo mais claramente o projeto getulista inicial), a saber: o *trabalhismo*. Este fenômeno *não deixa de evoluir na direção de uma síntese das interpelações popular-democráticas, gestadas na luta antioligárquica, com os movimentos sociais das camadas populares deflagrados no período posterior a 1945* (Bodea, 1992: 208).

Desse modo, o processo político nacional depara-se com uma inflexão do *populismo* para a esquerda, sob a bandeira trabalhista:

Nos derradeiros anos do regime constitucional de 1946, na fase 1961-64,(...), importante setor do trabalhismo de massas, liderado (...) pelo governador gaúcho Leonel Brizola, radicaliza suas posições (...), gestando as precondições para um "populismo socialista" ao nível do movimento de massas e das camadas populares (Bodea, 1992: 208).

Então, se Vargas simbolizava o *pontapé* inicial do jogo populista, Brizola esteve a representar o desenvolvimento do populismo para padrões mais avançados de mobilização política e organização da sociedade²⁵. Assim, para Bodea, o golpe de 1964 teve a seguinte característica:

A crise de 1964 - que culmina com a queda de Jango e o exílio de Brizola - marca uma ruptura histórica no processo de ascenso de um movimento de massas que procurava implementar o projeto

²⁵ A referência a estas duas lideranças não significa inferir que elas manipulavam, *stricto sensu*, as aspirações e ações das camadas trabalhadoras. Significa, sim, dizer que consistiram em símbolos das mudanças ocorridas no período político em questão, devido a capacidade de expressar, nos âmbitos do Estado e da sociedade civil, as reivindicações e signos populares da época.

trabalhista a partir da conquista de hegemonia dos setores populares, na plena consolidação de um "populismo das classes dominadas" (Bodea, 1992: 209).

Bodea classifica, pois, não necessariamente o período em tela como populista, mas sim o projeto, partido e movimentos populares identificados, direta ou indiretamente, com o trabalhismo.

Reiterando, concebemos o tratamento dado por Laclau como uma *ferramenta* analítica bastante oportuna para o entendimento do fenômeno populista. Constitui-se num marco efetivamente operacionalizável da noção. Distingue-se das *clássicas* abordagens de Ianni e Weffort, fundamentalmente, nos seguintes pontos: em primeiro lugar, a rejeição à circunscrição do fenômeno, como sugerido pelos intelectuais brasileiros, a um período histórico-estrutural determinado (formação de uma sociedade urbano-industrial). Para Laclau, o populismo não está restrito a um estágio de desenvolvimento particular do capitalismo. Em segundo lugar, enquanto nesses estudos nacionais sustenta-se a hipótese de que o populismo consiste em um fenômeno restrito ao sistema capitalista (onde a idéia de um tipo de *reformismo* é subjacente), Laclau sugere, claramente, a possibilidade de uma relação entre populismo e socialismo. Em terceiro, Laclau foge de um reducionismo de classe, salientando a capacidade dos setores populares, vistos em conjunto, de agir e optar politicamente; a despeito de possuírem ou não (ou, também, *conscientemente* ou não) um projeto e organização de cunho socialista. Por oposição, as investigações de Weffort e Ianni denotam um relativo reducionismo de classe. Como mencionado anteriormente, percebem o apelo ao *povo*, no discurso populista, como uma tentativa de obscurecer os antagonismos de classe. Adequado seria, portanto, dirigir o discurso à *classe trabalhadora*. Por último, o enfoque dado por Laclau permite a inclusão necessária dos valores, signos e aspirações populares na análise do fenômeno; ressaltando-se, desse modo, as especificidades nacionais desses setores. Evidentemente, não se descarta, nem se pode descartar, a investigação das condições estruturais de uma sociedade dada. No mais, a idéia de que o populismo - ou a fusão das *interpelações de classe* com as *interpelações popular-democráticas* - emerge em situações estruturais e ideológicas críticas, consiste em uma chave bastante sugestiva para o entendimento do fenômeno.

No entanto, talvez seja válido acrescentar que Ianni e Weffort - independente das diferenças face a abordagem de Laclau, e de algumas teses constitutivas de suas análises serem passíveis de inequívocos questionamentos, como os apontados pelos *estudos contestatários* -, indicaram importantes chaves para a compreensão e mesmo construção de um caminho operacional para a noção de populismo. Suas análises sobre a experiência brasileira (como destacado por Bodea em relação aos estudos específicos de Weffort) convergem em dois significativos aspectos com a alternativa abordagem de Laclau, a saber:

- i. Argumentam que a emergência do populismo brasileiro deu-se num quadro de crise do bloco hegemônico de poder²⁶. Foi, com efeito, produto direto de uma crise estrutural e ideológica.
- ii. A necessidade de angariar o apoio popular (ou em linguagem laclauniana, articular os interesses e discursos de classe e povo) por parte dos grupos que se encontram ou visam o poder, em oposição ao bloco hegemônico. O *povo* exerceria, pois, um papel essencial no populismo.

Com base na abordagem de Laclau, argumentamos que essas variáveis podem ser relevantes para a compreensão da emergência, ou mesmo existência objetiva, de um governo e movimento populistas. Vale destacar que essas observações tem por propósito, apenas, ressaltar a importância desses trabalhos, notadamente o de Laclau. Concebemo-os como *trilhas* importantes para a reflexão sobre o fenômeno. Naturalmente, estamos longe de pretender formular, com as considerações acima, um *conceito* para o populismo. A controvérsia que notabiliza essa temática, como foi exposto, é expressiva. É o que seguiremos vendo com a apresentação, na próxima seção, de algumas nuances de um marco interpretativo bastante peculiar, distinto dos que vimos até o momento.

²⁶ Segundo Laclau, aparentemente, em alguma medida, inspirado em Gramsci, essa crise consubstancia-se numa derrocada das potencialidades do *transformismo*. O autor define este fenômeno como *a neutralização política da possível oposição de novos grupos sociais através da cooptação de suas organizações políticas representativas ao bloco de poder (...)*. Sua função ideológica (...) [consiste] *em absorver as contradições povo/bloco de poder dentro do sistema, evitando que as articulações popular-democráticas se (...) [desarticulem] do discurso ideológico dominante*. Como uma das formas mais primárias de *transformismo*, Laclau destaca o *clientelismo*. Inviabilizado, pois, esse recurso político, os opositores do bloco hegemônico alcançam o *status* de uma alternativa real ao sistema de poder, enquanto as interpelações popular-democráticas, por seu turno, autonomizam-se em face do discurso ideológico dominante. LACLAU, Ernesto. *Política e ideologia na teoria marxista : capitalismo, fascismo e populismo* : 121.

3 - O PARADIGMA ECONÔMICO

A partir da década de noventa, políticas econômicas, ou mesmo medidas pontuais, de governos latino-americanos que aventem para algum grau de intervenção na economia logo recebem uma designação bastante peculiar, por parte de alguns editoriais e articulistas da grande imprensa: *populismo econômico*. É sobre esta categoria que a presente seção trata. A exposição está baseada na coletânea organizada por L.C.Bresser Pereira, que possui precisamente o título *Populismo econômico* (1991).

A maioria dos artigos dispostos nessa coletânea foram produzidos ao final dos anos 80, na chamada *década perdida*. O cenário político latino-americano da época fora marcado por debates e preocupações acerca dos seguintes problemas, entre outros: crise da dívida externa; recessão; inflação galopante; taxas de juros internacionais elevadas; queda dos preços dos produtos primários; extrema desigualdade social; instabilidade econômica e consolidação da democracia. Esses eram, em geral, os dilemas e entraves para o desenvolvimento econômico-social de nosso subcontinente, na avaliação do grupo aqui considerado.

Como o populismo é concebido como uma das causas principais à perpetração de alguns desses fenômenos, o fio analítico que conduz praticamente todos os trabalhos é, desse modo, a apresentação de razões e fatores econômicos, extraídos de diversas experiências latino-americanas classificadas como populistas, que demonstrem a inviabilidade estrutural desse tipo de estratégia política.

O que viria a significar, então, *populismo econômico*? De acordo com Rudiger Dornbusch e Sebastian Edwards pode ser entendido assim:

uma abordagem à economia que enfatiza o crescimento e a redistribuição de renda e desconsidera os riscos de inflação e o financiamento inflacionário do déficit, as restrições externas e a reação dos agentes econômicos a políticas agressivas que não se valham dos mecanismos de mercado (Dornbusch e Edwards, 1991: 151).

Para este tipo de abordagem, o terreno fértil à ascensão do populismo é a existência de uma situação recessiva, onde parte da capacidade produtiva encontra-se ociosa e o desemprego elevado. Propõe-se, com efeito, a ser um programa que estimule o crescimento.

Em geral, esta meta é perseguida através do estabelecimento de um pacto entre a burguesia e o proletariado urbanos. Possui como cerne o objetivo de reduzir as desigualdades e os conflitos sociais implementando a seguinte medida: elevação dos salários. Esta é considerada uma das características nucleares que atravessam todos os episódios populistas²⁷.

Uma implicação evidente na adoção dessas variáveis como postulados básicos é a ampliação do leque de experiências governamentais abrangido pela noção. Ou seja, independentemente do viés ideológico, metas, período histórico e formação social, diversos governos, por mais distintas que tenham sido suas realidades, podem ser abarcados pela categoria *populismo econômico*. Isso viria a se fundamentar num fator considerado comum, a saber, a analogia existente nos mecanismos de expansão e colapso da política econômica (Jeffrey Sachs, 1991: 133). Alguns casos discutidos nos artigos são: no Brasil, sob Vargas, Goulart, Figueiredo (entre 1979 e 1980) e Sarney (especificamente com seu Plano Cruzado); Perón na Argentina; Chile sob Salvador Allende; Alan García no Peru, entre 1985/88; e o governo sandinista na Nicarágua (1979/1990)²⁸.

Parece-nos relevante salientar a noção de *democracia* que norteia algumas destas análises. Esta noção possibilita a compreensão do referencial interpretativo e simbólico do paradigma. Pode-se iluminar, desse modo, o centro da argumentação e a posição político-ideológica de onde emana esta versão do *populismo*. Assim, é bastante indicativa e reveladora a reflexão de Bresser Pereira sobre o grau de solidez do sistema democrático brasileiro:

²⁷ Como afirmam Dornbusch e Edwards: *destacamos que os objetivos redistributivistas constituem o elemento central do paradigma. Se são ou não motivados por uma estratégia de amplas reformas sociais, foge do nosso objetivo central* (Dornbusch e Edwards, 1991: 153).

²⁸ São ressaltadas algumas particularidades da experiência sandinista, tais como: (i) quando da tomada do poder do Estado, a economia era significativamente fundada no setor rural; (ii) a industrialização por substituição de importações não constou na proposta programática; (iii) os esforços governamentais foram bastante dirigidos à expansão de redes de abastecimento de água, de postos de saúde e escolas. O que leva à sua inclusão na categoria (expondo motivos que, em verdade, nos deixa perplexos) é o fato desse governo ter desconsiderado os limites orçamentários, destinando vultosos recursos à guerra civil frente os *contras*, assim como devido a instabilidade causada pela incerteza acerca dos direitos de propriedade. Como resultados, a ocorrência de graves prejuízos econômicos e a explosão inflacionária. Ver CARDOSO, Eliana e HELWEGE, Ann. *Populismo, ganância e redistribuição* : 201/232.

A democracia no Brasil é mais sólida e arraigada do que normalmente se pensa. As razões por trás dessa proposição poderiam ser sintetizadas dessa forma: (...) a classe empresarial não se sente ameaçada pela esquerda; (...) a esquerda revolucionária está em crise no mundo todo e em particular na América Latina, e, desta forma, não tem um projeto revolucionário que possa ameaçar a hegemonia burguesa (Bresser Pereira, 1991: 109/110).

Correlaciona-se explicitamente, portanto, o ideal e a institucionalização prática de uma cultura e regime democráticos com a hegemonia da classe burguesa. Possui, com efeito, um referencial democrático no mínimo discutível.

Quanto às especificidades das políticas macroeconômicas populistas, apontadas pelo *paradigma econômico*, podemos descrever, em síntese, as características e etapas presentes no curso da introdução, ápice e fracasso dessas políticas, da seguinte maneira:

- i. tentativa de suprimir a capacidade produtiva ociosa (essencialmente industrial) e fomentar a demanda interna, por intermédio de aumentos salariais e congelamento de preços, principalmente dos bens e serviços que mais incidem sobre a cesta familiar dos trabalhadores urbanos, como aluguéis, taxas públicas e alimentos.
- ii. Redução da taxa de juros.
- iii. Sobrevalorização da taxa de câmbio como instrumento estimulador das importações, necessárias para o reaparelhamento das unidades fabris.
- iv. Crescimento econômico temporário: elevação da demanda e da produção e redução do desemprego urbano.
- v. Aumento do déficit fiscal, proporcionado pela concessão de subsídios ao empresariado industrial, congelamento das taxas públicas e aumentos salariais (no caso, referente aos servidores públicos). Em algumas situações, também gerado pelas indenizações provenientes da política de nacionalização de empresas.
- vi. Desequilíbrio do balanço de pagamentos, que emerge como produto da deterioração de reservas internacionais. Ou seja, constitui-se num reflexo da incapacidade estrutural das economias latino-americanas de sustentar um elevado grau de importações com a sua disponível base exportadora, que é notoriamente conhecida

por sua dependência dos produtos primários. Uma medida usual para financiar a política de importações, dentro desse quadro, é a aquisição de empréstimos junto aos bancos internacionais e organizações multilaterais.

- vii. A inflexão do ambiente favorável dar-se-á, com o *advento de uma crise de balanço de pagamentos, decorrente do esgotamento de reservas e da capacidade de endividamento* (Jeffrey Sachs, 1991: 131).
- viii. Explosão inflacionária, decorrente da realização de aumentos salariais superiores aos níveis de produtividade. A taxa de acumulação capitalista entra em declínio. Visando então retomar sua lucratividade, o empresariado efetua a revisão dos preços de seus bens e serviços.
- ix. Os conflitos interclasses agudizam-se.
- x. A instabilidade econômica conduz à retração do nível geral de investimentos.
- xi. Perda do poder aquisitivo dos salários. Os ganhos redistributivos iniciais se esvaem (Adolfo Canitrot, 1991: 17).
- xii. Desvalorização da taxa de câmbio a fim de incentivar as exportações.
- xiii. Contração na demanda interna e retorno à adoção de políticas recessivas, com o intuito de equilibrar as contas públicas.

A fim de retirar os países da América Latina da crítica condição em que se encontravam, é sugerida como alternativa ao populismo e, também, face ao que Bresser Pereira chama de *ortodoxia neoliberal*, a implementação, dentre outras, das seguintes medidas: ajuste fiscal, redução do Estado e taxas de câmbio realistas. Segundo Sachs, uma possibilidade intermediária positiva seria a composição, pragmática, de medidas populistas e liberais ortodoxas, dadas a aguda desigualdade social na região e a vulnerabilidade externa das economias latino-americanas²⁹. No que tange particularmente ao Brasil, concebe-se como caminho a ser seguido as *reformas estruturais, inclusive a reforma do*

²⁹ Não encontrando explícitas em seu texto, supomos que essas *medidas populistas* provavelmente devem corresponder a políticas compensatórias, destinadas aos setores populares mais carentes e frágeis economicamente. SACHS, Jeffrey D. Conflito social e políticas populistas na América Latina. Ver em particular página 149, nota 12.

setor público, uma reforma tributária progressiva, a liberalização do comércio externo, privatização e uma drástica redução na dívida externa (Bresser Pereira, 1991: 118).

De qualquer modo, como se pode depreender do que foi exposto, a despeito de algumas especificidades encontradas aqui e ali nesses estudos, este foco que privilegia a dimensão econômica do populismo é evidentemente marcado pela idéia de uma integração profunda à economia internacional, considerando-a uma iniciativa favorável ao desenvolvimento das nações latino-americanas e à superação de suas crises da dívida e do Estado.

Pode-se inferir que, de acordo com o *paradigma econômico*, o populismo representa uma política macroeconômica fadada ao insucesso. Irresponsabilidade fiscal, inflação, irracionalidade e demagogia seriam seus componentes. Tal fracasso deve-se, fundamentalmente, ao seu desrespeito em face dos princípios que nesta abordagem do fenômeno erguem-se como técnica e economicamente básicos, a saber: a concessão de aumentos salariais só pode ocorrer abaixo ou no mesmo patamar dos níveis de produtividade; as ações governamentais devem ter por base a observação das restrições do orçamento público; e o estímulo às importações deve obedecer os limites das reservas de divisas e o nível da capacidade de exportação disponível. Estes são, ou supõe-se ser, três postulados enquadrados nas lógicas racional dos movimentos do mercado e responsável pela gestão dos negócios públicos³⁰.

Por fim, vale inserir alguns conteúdos argumentativos e crenças presentes nesta abordagem que foi extremamente utilizada, direta ou indiretamente, como referencial ou *representação copresente* (Milton José Pinto, 1999: 30) pelos jornais aqui analisados, no ano de 1994.

i. De acordo com Kenneth Roberts, esse paradigma esteve afinado com os cânones do chamado *Consenso de Washington*³¹; de modo que, percebendo as sérias

³⁰ Em uma análise sobre os diversos componentes teórico-políticos associados a noção de populismo, A. Quijano faz um curioso comentário acerca da presente formulação interpretativa: *El "populismo" así desplumado, no es serio, no tiene solvencia, ni jerarquía técnica. Estos últimos son, debe reconocerse que son, por definición, solamente atributos de los controladores y tecnócratas del capital.* Ver QUIJANO, Aníbal. Populismo y fujimorismo. Seção "Los intereses en juego".

³¹ Expressão cunhada pelo economista John Williamson, no bojo de uma série de debates realizados em 1989 no International Institute for Economy, sediado em Washington. Esses debates tinham por centro analisar a situação econômico-política latino-americana, assim como encontrar respostas para a solução de sua crise. Constituiu-se

dificuldades fiscais enfrentadas pelos Estados latino-americanos, argumentava-se que o populismo não mais viria a *dar o ar de sua graça* na região (Roberts, 2000: 1).

- ii. Dá-se ênfase à políticas públicas que contemplem os setores populares mais desprovidos de recursos políticos e econômicos. No corpo do *paradigma econômico*, os trabalhadores organizados em sindicatos são considerados grupos tipicamente privilegiados por governos populistas, obtendo, convencionalmente, aumentos salariais em troca de apoio político-eleitoral. Busca-se, portanto, a adesão desses setores organizados devido ao seu peso político, em detrimento de políticas que realmente combatam a pobreza dos grupos mais desfavorecidos. Consiste, com efeito, numa tática tradicional dos "populistas".
- iii. A intervenção do Estado na economia, como detentor do controle de empresas, é considerada um dispêndio irracional e ultrapassado de recursos públicos. Prática típica de um governo "populista".
- iv. Como implicação evidente desses traços analíticos, os governos "responsáveis" devem agir na conformação do *povo* em sua tradicional posição subalterna, requerendo deste apenas o apoio necessário às chamadas reformas estruturais.

Essas e outras idéias que caracterizam o *paradigma econômico* retornarão à discussão no Capítulo IV. Basta, por ora, informar que o discurso jornalístico da *Folha de S.Paulo* e do *Jornal do Brasil*, em 1994, apropriou-se ou demonstrou expressiva sintonia com muitos dos princípios *racionalizantes* e *modernizadores* desse paradigma, além de revelar o uso de fragmentos de algumas idéias do modelo de interpretação *clássico* para identificar determinados fatos do cotidiano político. Indicamos assim, antecipadamente, a preponderância de algumas premissas desses dois modelos de interpretação no discurso dos jornais em tela.

Cumpré ainda observar que, segundo Bourdieu, o *campo intelectual* é caracterizado não apenas como um espaço de alta especialização, detentor de regras e procedimentos particulares. Configura-se, outrossim, como um espaço de embates teóricos, numa luta pela

num símbolo de determinadas idéias econômicas, muito próximas das que caracterizam as análises do *paradigma econômico* sobre o populismo.

obtenção da preponderância de sinais e visões de mundo específicos, que dirigem, entre outros, um marco teórico hegemônico (e, em última instância, *apropriado*) no interior desse campo. Nesse sentido, pode-se afirmar que a noção de populismo ilustra no *campo intelectual* (mormente, o brasileiro) uma polêmica e embate teóricos guiados pela disposição de se interpretar *adequadamente* alguns fenômenos políticos, assim como em nosso caso nacional, refletir sobre o marcante processo histórico de 1930/64. Para além do espaço estritamente acadêmico, o populismo representa, ainda, um símbolo de alta relevância na disputa entre classes e grupos pelo poder político. A forma com que se constrói a observação do fenômeno populista conduz, em algum grau, a ações e interpretações muito diferentes, tanto na prática política cotidiana, quanto na análise acadêmica de uma realidade determinada.

Foi nossa intenção, precisamente, expor algumas diferenças interpretativas sobre a noção. Diferenças estas apoiadas em referenciais metodológicos, teóricos, culturais, políticos e nacionais distintos. Veremos pois, no Capítulo IV, como esse *mar* de teses discrepantes é refletido e apropriado numa competição eleitoral particular. Analisaremos tanto os discursos das seções de opiniões políticas e econômicas, marcadas por diferentes filiações ideológicas, quanto o noticiário cotidiano e os editoriais da *Folha* e do *JB*.

CAPÍTULO II : IDEOLOGIA E MEIOS DE COMUNICAÇÃO

A comunicação de massa, de acordo com John B.Thompson (2000), configura-se em um complexo de instituições centrais para o entendimento das relações e ações sociais no mundo contemporâneo, assim como para a análise das formas de operação das ideologias. A difusão de valores, crenças e práticas efetuada por essas instituições produz, como é de conhecimento notório, significativas implicações subjetivas e objetivas nos padrões de comportamento e representação do mundo das coletividades.

Dentre uma diversidade de veículos de comunicação e informação, a televisão, há décadas, exerce um papel hegemônico na produção e circulação de produtos simbólicos. Atinge, de modo extraordinário, uma série ampla de distintos públicos: grupos, classes e sociedades. No Brasil, em particular, onde a prática de leitura de jornais é reduzida, relativamente um fator indicativo de *status* e renda, a televisão configura-se na fonte de informação, por excelência, da população majoritária do país.

Em oposição a essa instituição, os jornais da grande imprensa dirigem-se a um público muito mais restrito, primordialmente os setores letrados, detentores de um nível de escolaridade e renda mais elevados. São os jornais dirigidos a este público, freqüentemente chamados de formadores de opinião, que estão em tela nesta dissertação.

O propósito deste capítulo, portanto, é abordar alguns elementos que caracterizam a correlação estabelecida, nas sociedades contemporâneas, entre os meios de comunicação de massa (notadamente a grande imprensa) e a ideologia dominante. Em caráter estritamente secundário, tocamos em questões relativas à recepção das mensagens veiculadas pela mídia e, também, acerca da ética jornalística.

Iniciamos com a apresentação do quadro teórico que norteia nossa compreensão sobre os fenômenos ideológicos, seguindo, posteriormente, com a disposição de algumas questões e pressupostos presentes em uma pertinente literatura sobre a comunicação de massa e os jornais em particular. Fechamos o capítulo com a exposição de algumas notas acerca do método adotado na investigação: a *análise de discurso*.

1 - A NOÇÃO DE IDEOLOGIA

A noção de ideologia é fundamental para a reflexão sobre as características da atividade jornalística e suas relações com a estrutura de poder. No que tange a trajetória acadêmica desta noção, pode-se afirmar que ela se encontra próxima, ou muito próxima, da polêmica noção de populismo, ou seja, também marcada por controvérsias e ambigüidades.

Considerando que a noção de ideologia não consiste em um recurso analítico pronto, cerrado e consensual, sentimos a necessidade de assinalar o referencial interpretativo que orienta o nosso entendimento sobre essa noção, a saber: a abordagem althusseriana.

De acordo com a perspectiva marxista, o conjunto de representações, valores, idéias e atitudes, que integram a ideologia, deriva, primordialmente, da instância produtivo-material, dos conflitos e antagonismos de classe presentes na infra-estrutura. As idéias dominantes são, pois, em geral, um reflexo das relações sociais de poder aí estabelecidas (Marx e Engels, 2001: 18/20).

Segundo Louis Althusser, a classe dominante requer, para manter e desenvolver a estrutura produtiva sob o seu domínio, dispor dos *aparelhos ideológicos de Estado* (AIE), a fim de (re)produzir idéias, valores, práticas e posturas que se adaptem à conservação dos fatores constitutivos da infra-estrutura. As idéias e representações dominantes, portanto, são difundidas e obtém expressão material e simbólica no seio das coletividades através dos AIE. Entre alguns desses aparelhos, o autor destaca a imprensa. Nesse sentido, independente de objeções que se possam lançar à análise de Althusser³², para os exclusivos fins dessa dissertação é necessário observar que o autor aponta um rico e fecundo elemento para a compreensão da ideologia, que atravessa, entre outros, o discurso jornalístico: o traço elementar, constitutivo de toda ideologia é CHAMAR, INTERPELAR, CONVOCAR O INDIVÍDUO, ATRAVÉS DA DIFUSÃO DE SÍMBOLOS, REGRAS, COMPORTAMENTOS E IDÉIAS, A AGIR EM CONFORMIDADE COM O PAPEL SOCIAL QUE A IDEOLOGIA LHE ATRIBUI. Assim, diz o autor: *só há prática através*

de e sob uma ideologia (...) só há ideologia pelo sujeito e para o sujeito (Althusser, 1998: 93).

A ideologia opera, então, com o fim de transformar indivíduos em *sujeitos*, interpelados, chamados a exercer seus papéis. Sujeitos também à ideologia. É precisamente aí que reside a contribuição do autor para a reflexão sobre o fenômeno. Distinguindo-se das abordagens do próprio Marx e de Mannheim³³, Althusser sugere que a ideologia, no marco da sociedade capitalista, não confunde-se, única e exclusivamente, com a ideologia dominante³⁴. Pondo em relevo o elemento *interpelativo* que constituiria qualquer ideologia, nessa perspectiva também os setores dominados produziram sua própria ideologia. Os setores dominados, ao seu modo, também criam, com efeito, valores, normas e práticas que servem à interpelação, ao chamado dos indivíduos à adoção de uma postura particular. O caráter conflituoso no âmbito dos AIE, não deixa, pois, de ser salientado:

A luta de classes nos AIE é apenas um aspecto de uma luta de classes que ultrapassa os AIE. Certamente a ideologia que uma classe no poder torna dominante em seus AIE se "realiza" nestes AIE, mas ela os ultrapassa, pois ela não se origina neles. Da mesma maneira a ideologia que uma classe dominada consegue defender dentro de e contra tais AIE os ultrapassa, pois vem de outro lugar (Althusser, 1998: 106/107).

Em sua *Nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado* (1998)³⁵, o autor aborda, por exemplo, a especificidade da IDEOLOGIA PROLETÁRIA : *é ideologia, uma vez que a nível das massas, funciona como toda ideologia (interpelando os indivíduos como sujeitos), mas impregnada de experiências históricas, iluminada por princípios de análise científica* (Althusser, 1998: 123/124).

Para Laclau, que apropria-se da tese de Althusser sobre a *interpelação dirigida aos indivíduos*, há possibilidade e potencial concretos para a configuração de uma ideologia dos setores dominados, destacando que:

³² Como Thompson avalia, *as instituições de comunicação de massa são tratadas de uma maneira periférica, como um entre uma ampla gama de aparelhos ideológicos de estado* (Thompson, 2000: 128), problema este proporcionado pelo fato de que Althusser privilegia o AIE escolar em sua investigação.

³³ A despeito das diferenças existentes no tratamento dado por esses dois autores, prevalece a idéia, unilateral, de distorção e conservação do real.

³⁴ Independente de uma certa dubiedade e contradição que atravessa a sua análise.

³⁵ Incluída na edição que utilizamos.

se o mecanismo de auto-sujeição do indivíduo funciona nas ideologias dos setores dominantes para assegurar o sistema da dominação vigente, nas ideologias das classes dominadas o mesmo mecanismo funciona para ligar os indivíduos a suas tarefas de oposição ao sistema (...) o mecanismo da interpelação como constitutivo da ideologia opera do mesmo modo nas ideologias das classes dominantes e nas ideologias revolucionárias (Laclau, 1979: 107).

Vale acrescentar, contudo, como a ideologia dominante, nos quadros do capitalismo, consegue materializar-se em ações e regular as relações interclasses. Acompanhando a reflexão de Althusser, diz Luiz G.Motta: *é a classe dominante que governa as instituições ideológicas, que a cada dia contribuem para a reprodução dessas relações* (Motta, 2002: 144).

Portanto, a despeito da capacidade de percepção crítica existente no seio dos setores populares, assim como de suas experiências contrastantes à representação veiculada pelos AIE, o processo de produção e difusão de sua ideologia sofre restrições muito grandes nos horizontes do capitalismo, principalmente na contemporaneidade. Conforme avalia Motta:

a ideologia da classe dominada,(...), é um sistema provisional e fragmentado. É provisional porque define conquistas temporárias; é fragmentado porque não se produz nos aparelhos ideológicos, mas se produz por meio do desenvolvimento dos enfrentamentos concretos (Motta, 2002: 146).

Sua ideologia tende a ganhar maior força e dimensão, como sugerido por Laclau, em situações de crise aguda, onde a representação do mundo veiculada pelos AIE capitalista choca-se mais nitidamente com as experiências concretas e aspirações da classe trabalhadora.

Ao menos duas questões podem ser levantadas à partir da exposição dessa seção: (I) a capacidade de percepção crítica das camadas populares sobre o mundo real; e (II) o lugar de onde emana a operacionalização das ideologias.

(I) *A capacidade de percepção crítica das camadas populares sobre o mundo real.*

Mais do que uma questão, talvez seja adequado chamar de ressalva. Referimo-nos à necessidade objetiva (se não também moral) de se relativizar, minimamente que seja, o poder de manipulação dos AIE, das empresas de comunicação em especial. Deve-se considerar, de antemão, que os mecanismos de recepção das informações, atitudes e valores

veiculados pela mídia passam, como discutido por Thompson (2000), por um processo mais complexo do que uma simples inculcação imediata no público. Observa-se, portanto, que os membros das camadas trabalhadoras não são *massas amorfas*, abertamente disponíveis à introjeção de idéias e práticas estranhas à sua realidade concreta, como uma espécie de *tabula rasa* (Nílson Lage, 2001: 40). Os setores populares, por se encontrarem em uma posição específica e distinta na estrutura social frente a enorme proporção de mensagens veiculadas na grande mídia, podem produzir seus próprios referenciais de mundo. A questão-chave, no entanto, é saber em que medida esses referenciais atingem, ao longo do tempo, organicidade e consistência transformadoras³⁶. Motta salientou, oportunamente, as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores no capitalismo, principalmente nesses tempos de prevalência ideológica do neoliberalismo: o grande obstáculo referente à difusão de ideologias próprias com que se deparam os trabalhadores, gira em torno do fato de que eles não possuem, ou não detém a hegemonia em importantes aparelhos ideológicos.

De qualquer forma, essa ressalva não impede a consideração de um fato elementar: as empresas jornalísticas, como qualquer empresa capitalista, possuem estreitos interesses e compromissos com a estrutura de poder político-econômico³⁷; podendo ser caracterizadas como AIE. Exercem um papel central na vida política e nas eleições, em particular.

(II) *O lugar de onde emana a operacionalização das ideologias.*

Entendemos que os meios de comunicação não são os produtores, mas sim extraordinários difusores de ideologia. Do que foi discutido, a ideologia é considerada um produto dos antagonismos entre as classes, que se origina na esfera infra-estrutural. Os dilemas, contradições e interesses diversos que se encontram nessa esfera formariam, em um complexo segundo momento, representações simbólicas do mundo (demandando determinados tipos de comportamentos sociais). Enfim, emerge, no marco da sociedade capitalista, de uma conflituosa relação capital-trabalho.

³⁶ Para a apreensão desse fenômeno faz-se necessário, evidentemente, empreender análises que abarquem as especificidades de uma sociedade determinada.

³⁷ Essa realidade será discutida na próxima seção.

Agora, como são operacionalizados e ordenados os dilemas e interesses dominantes, que passam a ser veiculados como sistema de crenças na mídia? Bernardo Kucinski, analisando o jornalismo econômico brasileiro, oferece uma boa pista:

De onde surgem os padrões ideológicos do jornalismo? Normalmente, surgem dos padrões ideológicos dominantes em cada momento, que são os padrões das elites dominantes (...) **Na ideologia do jornalismo econômico**, especificamente, **influem muito as teorias econômicas dominantes em cada período** (Kucinski, 2000: 184) (Grifos nossos).

Desse modo, parece-nos adequado afirmar que os centros acadêmico-científicos exercem um papel muito importante no ordenamento e estruturação de ideologias; com suas evidentes particularidades internas, próprias ao *campo intelectual*. Essas instituições não são exceção ao jogo da luta de classes, pois, assim como outras, também sofrem as influências de símbolos, aspirações, objetivos e contradições presentes e derivados da sociedade. Supomos, com efeito, que as instituições acadêmicas também integram o espaço e a atividade operacionalizadora de ideologias; ou talvez melhor, produtora de teses e dispositivos científicos (ou considerados como tais) apropriados na luta simbólica/ideológica externa, da sociedade. No que tange particularmente o nosso problema, essa apropriação, evidentemente, atravessa nossa tese sobre a representação do populismo na *Folha* e no *JB*.

Na próxima seção discutimos mais detidamente sobre a relação estabelecida entre a ideologia dominante, ainda no plano teórico, e as instituições midiáticas (a imprensa em particular). No capítulo III, apresentamos algumas idéias e crenças que marcavam a ideologia dominante na conjuntura que envolvia a eleição presidencial de 1994.

2 - SOBRE A IMPRENSA

Os trabalhos de Theodor W. Adorno e Max Horkheimer foram alguns dos precursores das análises que enfatizam a relevância, ou mesmo centralidade, dos meios de comunicação de massas (MCM) na difusão de informações e bens simbólicos nas sociedades contemporâneas. Ressaltavam, entre outros, três fatores em que temos interesse especial tratar, a saber:

- i. Os MCM operam, genericamente, como qualquer outra empresa capitalista, ou seja, produzem bens simbólicos em grande escala, visando um vasto contingente de consumidores, tendo por objetivo maximizar as possibilidades de venda e lucro.
- ii. A interpenetração estabelecida entre os MCM e uma complexa trama de interesses e instituições empresariais pertencentes a diversos ramos produtivos.
- iii. As mensagens, imagens e valores veiculados pela *indústria cultural* geram um impacto significativo na conformação de atitudes, crenças e expectativas entre o público-consumidor.

A despeito de nossa distância frente ao tempo em que foram originalmente observados esses fenômenos - na obra *Dialética do esclarecimento* (1985), publicada inicialmente em 1944 - podemos sustentar que esses aspectos assinalados pelos autores são perfeitamente válidos na atualidade. A grande questão, que caracteriza uma substantiva polêmica entre os diversos estudiosos do tema, refere-se, genericamente, à dimensão do poder dos MCM em conformar as atitudes e a opinião do seu público-receptor.

Não são poucos os que criticam veementemente a maneira como se opera a atividade comunicacional. Há vários estudos que analisam as *perigosas* relações estabelecidas entre as entidades de comunicação e as atividades econômicas externas. Analisando essas relações, Roberto Amaral, tendo em vista a experiência brasileira, argumenta o seguinte:

A busca desenfreada pela publicidade põe numerosos veículos em situação de dependência em face dos anunciantes que chegam a ser proprietários clandestinos de muitos veículos. Os meios de comunicação de massa são, conseqüentemente, instrumentos de expressão dos interesses dominantes, dos interesses econômicos e (...) políticos e, assim, reforçam,(...), o conservadorismo e o discurso único (Amaral, 2002: 99).

Em conformidade com esse suposto, Nilson Lage observa a existência de estreitos vínculos entre os jornais comerciais (um veículo particular dos MCM) e a ideologia dos grupos dominantes. Considera o fato de as empresas comerciais jornalísticas estarem imersas em exigências e compromissos concretos, próprios do sistema capitalista, *ora representando interesses imediatos - publicitários, financeiros, políticos - ora posições de*

*classe, propostas como algo benéfico para a sociedade, o país, o povo*³⁸. Sobre a reduzida pluralidade de empresas no Brasil, Lage informa que:

Alberto Dines relacionou, numa conferência, nove famílias [Abravanel, Bloch, Civita, Frias, Marinho, Mesquita, Nascimento Brito, Saad, Sirotsky] como responsáveis pelo que os brasileiros lêem, vêem e ouvem. Dessas, quatro ou cinco detêm empresas bem estruturadas e com efetiva cobertura nacional e uma (os Marinho e suas Organizações Globo) desenvolve nítida estratégia monopolista (Lage, 1991: 14).

Cabe obviamente perguntar se o direito à informação consegue ser posto em prática numa situação desta. Bourdieu, por seu turno, problematiza o próprio credo liberal da livre concorrência:

Nada tenho,(...), contra a concorrência, mas observo apenas que, quando ela se exerce entre jornalistas ou jornais que estão sujeitos às mesmas pesquisas de opinião, aos mesmos anunciantes (...) ela homogeneíza (Bourdieu, 1997: 31).

Além dos aspectos estritamente econômicos, vale destacar, também, alguns aspectos políticos que envolvem, notadamente, a atividade da grande imprensa brasileira. Segundo Perseu Abramo, esses jornais tem-se constituído, progressivamente (à medida que avança o processo de racionalização e modernização de suas estruturas), em uma espécie de partido político:

Procuram representar - mesmo sem mandato real ou delegação explícita e consciente - valores e interesses de segmentos da sociedade. E tentam fazer a intermediação entre a sociedade civil e o Estado, o Poder (Abramo, 1988: 13).

Os MCM em geral, e os jornais em particular, tem, assim, o poder de definir demandas e necessidades sociais, independentes das organizações da própria sociedade civil, como os partidos políticos (*stricto sensu*). Seguindo a reflexão de Abramo, os jornais, então, estariam configurando-se em algo parecido com um partido político, só que não representativo de um *eleitorado*, mas de setores de seu *leitorado* - que caberia ao jornal tanto definir quanto expressar seus valores e anseios³⁹.

³⁸ LAGE, Nilson. *Ideologia e técnica da notícia*. Cap. 2: item 3, "A linguagem das notícias".

³⁹ Coadunando-se com esse raciocínio, mais numa perspectiva mais ampla, Ianni associa a mídia à figura do *Príncipe*. Em síntese, o autor argumenta que a mídia, a televisão em especial, tem representado o papel de

Ressaltadas algumas questões gerais que envolvem os meios de comunicação, passemos agora à descrição de algumas propriedades do veículo que nos interessa em especial abordar, os *jornais da grande imprensa*.

Acompanhamos a sugestão conceitual proposta por Aluizio Alves Filho para a classificação deste gênero de jornal:

Por jornais da grande imprensa entendemos os que estruturam-se como indústria cultural e freqüentemente são apontados pelas instituições de pesquisa entre os de maior vendagem. Posição de preferência que assumem por terem construído e consagrado, perante o mercado consumidor, a imagem de isenção e independência frente aos poderes formais do Estado e aos informais, como as classes sociais e outros "grupos de pressão". Jornais da grande imprensa são os que, funcionando como indústria cultural, representam-se e são representados por segmentos substantivos da população - independentemente de serem rotulados "progressistas", "conservadores", etc. - como comprometidos com o bem comum, com a informação objetiva e com a interpretação correta dos acontecimentos (Alves Filho, 2000: 106).

Este tipo de jornal, como veículo de comunicação que atua como *indústria cultural*, visa atingir ao máximo diferentes setores do público, através da oferta de diversas seções e cadernos, como os destinados à *mulher/família*, aos *esportes*, *cultural/ eventos de lazer*, etc., mas dando uma ênfase especial às seções de *política* e *economia*. Evidentemente seu público-alvo é composto por estratos sociais detentores de um poder aquisitivo alto e de um nível de escolaridade mais elevado que a média nacional. O público-alvo é formado, pois, por grupos mais influentes junto aos centros de tomada de decisão econômica e política.

Um requisito é indispensável para a manutenção e ampliação de consumidores e anunciantes: a *credibilidade social*. Segundo Alves Filho (2001), o instrumento utilizado por esses jornais para atingir tal meta é o *pluralismo das colunas*. Esse instrumento possibilitaria a criação de uma imagem "isenta", "independente" e "democrática". De acordo com o autor:

galvanizador de vontades coletivas nos estertores do século XX, para além do *Príncipe* de Maquiavel (que seria encarnado por um líder) e do *Príncipe* de Gramsci (representado pelo partido político, que expressaria os interesses e lutas dos setores subalternos). O novo *Príncipe* constituir-se-ia, então, numa entidade ao mesmo tempo nebulosa e ativa, mas, segundo Ianni, no novo intelectual coletivo e orgânico, notadamente representativo *das estruturas e blocos de poder presentes, predominantes (...) em escala nacional, regional e mundial*. Destaca, assim, o recente papel da mídia na difusão coletiva de atitudes e idéias, assinalando que esta, em geral, e o *Príncipe eletrônico* (a televisão), em

Contratar colunistas (...) que explicita[m] sua coloração político ideológica faz parte da estratégia dos jornais que atuam como indústrias culturais. Isto porque o pluralismo dos colunistas coaduna-se tanto com as expectativas dos padrões democráticos que devem tipificar uma publicação voltada para informar o público em geral, quanto com o pluralismo existente no público consumidor (Alves Filho, 2001: 60).

E a ideologia dominante, não está presente? Claro que está. É o que observam tanto Alves Filho quanto Milton José Pinto:

O pluralismo político a que fiz referência (...), existe apenas no que tange aos colunistas, aos convidados para escrever artigos esporádicos em seções na linha "Opinião & Debates" ou em cadernos políticos literários (dirigido a público restrito) e, de certa forma, nas cartas de leitores (que são selecionadas para publicação), entretanto não se faz presente no *noticiário político cotidiano*, nos editoriais (...). Nos editoriais por razão evidente: explicitam abertamente a visão de mundo do jornal como empresa (...). O *noticiário político sobre o cotidiano* segue linha ideológica predeterminada (Alves Filho, 2001: 63).

O editorial torna explícito o que permanece na sombra no *noticiário* (José Pinto, 1996: 173).

Ocorre na atividade da grande imprensa ao menos dois fenômenos objetivos:

- i. um sistema de crenças e interesses que precede a seleção das notícias e do que será tratado nos editoriais, como, também, envolve o processo de combinação e estruturação dessas unidades redacionais⁴⁰. A título de ilustração, no que se refere particularmente ao jornalismo econômico brasileiro, Kucinski identifica alguns traços ideológicos básicos, marcantes no pós-64. Em primeiro lugar, o autor constata que a análise e preocupação desse jornalismo toma por prisma o capital: *o valor do trabalho é visto estritamente como um custo de produção e não como uma renda do trabalhador* (Kucinski, 2000: 187). Em segundo lugar, e mais recentemente, o consensualismo neoliberal: *a defesa da privatização foi unânime entre os jornais de prestígio nacional, apesar de a proposta ter dividido a*

particular, além de expressar a *visão de mundo prevalescente nos blocos de poder predominantes*, tem influenciado *mais ou menos decisivamente o mundo da política* (Ianni, 2001: 6/13).

⁴⁰ Esse fenômeno, em si mesmo, não deve ser criticado, pois a percepção e fala sobre o "real" com base em um referencial de idéias e valores é uma marca do próprio ser humano. O que importa, aqui, é capturar *que* referencial opera nesses textos, e *como* ele opera.

sociedade civil (Kucinski, 2000: 190). E, em terceiro, o entreguismo: *nosso jornalismo econômico assume a defesa integral dos interesses estrangeiros* (Kucinski, 2000: 191). Entre outros fatores, as informações e idéias veiculadas pelas agências de notícias internacionais e publicações de circulação mundial, como o *Financial Times* e *New York Times* (jornais) e *The Economist* e *Times* (revistas), constituem-se em importantes influências e fontes de interpretação para esse tipo de jornalismo (Kucinski, 2000: 184).

- ii. Regras e normas internas da empresa jornalística, consubstanciadas em seu *projeto/linha editorial* (Abramo, 1988: 2). Esse fenômeno é tão problemático que levou Abramo a questionar o próprio exercício da atividade do profissional jornalista: *em que medida os jornalistas vêm gradativamente introjetando a ética de suas empresas?* (Abramo, 2002: 2).

3 - NOTAS METODOLÓGICAS

Essa seção tem por finalidade apresentar algumas premissas ou caminhos para nossa análise, indicados por um marco teórico preocupado com as mensagens, explícitas ou subjacentes, difundidas pelos jornais. Guardadas uma e outra relativização, ou mesmo objeção, decorrente do fato desta dissertação vincular-se às exigências e expectativas de um trabalho em Ciência Política, esse marco teórico contribuiu significativamente para nossa reflexão, ordenamento e método de análise, acerca dos discursos encontrados nos jornais aqui considerados. Faz-se necessário observar, portanto, que as perspectivas e autores relacionados operam e são utilizados, fundamentalmente, no campo da Comunicação.

A primeira premissa, e mais básica, refere-se à concepção da estrutura das mensagens no âmbito da análise de discurso. De acordo com J. Maria Casasús, os conteúdos das mensagens estruturam-se com base em dois elementos particulares, a saber, *un mensaje semántico (denotativo: lo que se dice)* y (...) *un mensaje estético (connotativo: la manera en que se dice)* (Casasús, 1985: 43).

No que diz respeito à forma e objetivo da análise de discurso, há um certo contraste entre as avaliações de dois autores que consideramos importantes para alcançar nosso

propósito de análise: José Pinto (1996 e 1999) e Umberto Eco (2000). Segundo José Pinto, a análise de discurso *não se interessa tanto pelo que o texto diz ou mostra, pois não é uma interpretação semântica de conteúdos, mas sim em como e por que o diz e mostra* (José Pinto, 1999: 23).

Por outro lado, destacando o papel da semiótica na análise ideológica de discursos, Umberto Eco afirma o seguinte: *aqui,(...), não nos interessa estudar o mecanismo de motivação da ideologia,(...), não a sua gênese, mas a sua estrutura* (Eco, 2000: 246).

Portanto, dentro de um campo de investigação específico, vê-se que, enquanto José Pinto refere-se, claramente, à necessidade de se identificar a relação entre os conteúdos de um texto e sua motivação, Eco propõe deixar de lado a *motivação* e dedicar os esforços para a análise da estruturação redacional; ao menos num primeiro momento, anterior à busca da interconexão entre o texto e a estrutura de poder. Segundo Motta, o método adotado por Eco pode incorrer em *uma análise puramente imanente* do texto (Motta, 2002: 138).

Independente dessa controvérsia metodológica, vemos a necessidade de se tentar a contemplação de um caminho intermediário entre essas relevantes referências teóricas, tendo em vista a operacionalização de nossa pesquisa. Assim, parece-nos imprescindível observar *o quê* o texto diz (ou sua estrutura) - identificando, desse modo, a representação genérica do termo *populismo* - para depois compreender *como* ele é utilizado e *porque* é utilizado (*a quem* ou *ao quê* se dirige o termo, capturando, pois, sua motivação). Dessa maneira, entendemos que a correlação texto/estrutura de poder/ideologia dominante, que atravessa o discurso jornalístico, estará contemplada na análise.

A segunda premissa refere-se à relevância do estudo sobre o que Casasús (1985) denomina como *itens redacionais*, ou seja, símbolos, signos, palavras, estereótipos, etc., que venham compor um texto. Diria o autor, por exemplo, que, *no es lo mismo decir "activista político" que "terrorista político"* (Casasús, 1985: 85). Evidentemente, esse tipo de análise possui um forte laço - diria mesmo, orgânico -, com a investigação que nos propomos realizar. Então, acompanhando o autor, vemos que os itens redacionais, *tampoco*

es una operación inocua. Al elegir entre dos items se realiza una operación ideológica ; y al combinarlos, también (Casasús, 1985: 85).

Dessa forma, o processo de seleção e combinação de itens em uma estrutura redacional revela, de modo muito sutil, a ideologia que move o seu produtor. Dentro disso, é interessante destacar, também, como pode ser constituído e apresentado um *signo* nos textos jornalísticos. É Eco, salientando a contribuição da semiótica, quem fornece um oportuno caminho para se pensar a questão com sua proposta de definição transcrita abaixo:

Tudo quanto possa ser assumido como um substituto significante de outra coisa qualquer. Esta outra coisa qualquer não precisa necessariamente existir, nem subsistir de fato no momento em que o signo ocupa seu lugar. Nesse sentido, *a semiótica é, em princípio, a disciplina que estuda tudo quanto possa ser usado para mentir* (Eco, 2000: 4).

Considerar o populismo como um signo, na análise do discurso jornalístico, talvez seja, pois, um exercício analítico pertinente para o entendimento dos *usos e abusos* pelos quais essa noção é submetida, como também, para a compreensão dos motivos que levam à classificação de alguns atores, propostas e intenções políticas sob esse rótulo.

A terceira premissa, baseada em José Pinto (1996), refere-se a relação texto/contexto. Ressalta-se, com efeito, o contexto de produção e consumo da mercadoria informação. Nesse processo, como destaca o autor, existem elementos de identificação entre o emissor e o público, um quadro referencial básico compartilhado por ambos os atores, *por meio dos dispositivos referenciais, aspectuais e temporais da língua - ou equivalentes para significantes não verbais* (José Pinto, 1996: 174). É posto em relevo, portanto, um certo grau de relativização do poder ideológico dos jornais na conformação de atitudes e representações simbólicas do público.

Importa salientar, no entanto, que a *grande imprensa*, como discutido anteriormente, produz e comercializa seus bens para variados grupos detentores de uma identidade fundamental: o poder de compra do produto jornal. A diversidade encontrada no seio dos diferentes segmentos de consumidores - quanto à coloração ideológica, a atividade profissional e as experiências de vida em geral -, não conduzem, necessária e objetivamente, ao estabelecimento de um referencial básico entre emissor e receptor. Que

este referencial se estabeleça sob a forma das colunas, ou de estratos profissionais e econômicos que se coadunem amplamente com os conteúdos dispostos nos noticiários e editoriais, estamos de acordo. Agora, quanto a possibilidade de que o conjunto do público-consumidor como um todo, ou majoritário que seja, apresente esse *referencial básico* com o emissor-jornal, não nos parece muito apropriado assim argumentar.

De qualquer modo, a despeito da controvérsia, essa premissa orienta nossa investigação, pois, no geral, informa a necessidade de observar que o público que consome esses jornais possui diversas influências e fontes de informação e conhecimento: experiências estudantis, profissionais, políticas; círculos de amizade; a televisão; Internet; etc. Enfim, a análise sobre o poder de doutrinação dos jornais deve estar submetida a essas variáveis, que tanto podem atenuar o impacto das mensagens, vinculadas à ideologia dominante e sistematicamente veiculadas pela grande imprensa, quanto incrementá-lo⁴¹.

A quarta e última premissa, bastante elementar, funda-se no fato de trazermos à comparação jornais que pertencem a um mesmo gênero, detentores de importantes traços estruturais de identidade, os *jornais da grande imprensa*. Essa escolha visa, com efeito, identificar semelhanças e distinções na representação e uso de uma noção política candente no imaginário e disputa político-eleitoral: o populismo. Em última instância, pretende-se analisar como essa noção foi *oferecida, apresentada*, em 1994 - e que atores e propostas ela envolveu - a um público que possui expressão e significado para os centros de poder político-econômico.

Na segunda parte da dissertação, dispomos, inicialmente, algumas informações que contextualizam o período eleitoral de 1994, para, então, empreendermos a análise do discurso da *Folha de S.Paulo* e do *Jornal do Brasil*, no referido ano.

⁴¹ Para uma interpretação mais apurada desse fenômeno, obviamente, se requer uma análise minuciosa da natureza da recepção, em nosso caso nacional, com base em investigações que abarquem o público-consumidor de uma grande série de publicações e veículos em geral. Como esse problema foge aos objetivos da dissertação, por razões de ordem metodológica, detém, aqui, somente um caráter alusivo.

SEGUNDA PARTE

CAPÍTULO III : QUADRO DE REFERÊNCIAS HISTÓRICAS E IDEOLÓGICAS

A eclosão da crise da dívida externa na década de oitenta acarretou sérias restrições ao modelo de gestão econômica adotado por alguns países latino-americanos, especialmente o Brasil. Grosso modo, esse modelo esteve fundado em algumas bases protecionistas e numa relativa participação empresarial do Estado, combinados à aquisição de empréstimos externos e aos investimentos diretos das corporações multinacionais. A elevação unilateral das *taxas de juros de empréstimos anteriormente feitos a nações do terceiro mundo* (Alves Filho, 1996: 21), empreendida pelas nações que compõem o centro do sistema capitalista, notadamente os EUA, significou uma profunda inflexão nesse padrão de desenvolvimento, que informara, até então, alguns governos brasileiros. Como efeito e símbolo dessa crise, pode-se considerar, em conformidade com a avaliação de Theotônio dos Santos, que *a crise da dívida externa demonstrou muito claramente nossa debilidade e nossa condição de exportadores de excedentes para os países centrais* (Santos, 2000: 147).

Com base na leitura de algumas análises⁴², talvez não seja impróprio assinalar que o quadro recessivo derivado da crise da dívida externa, constituiu-se num dos fatores que implicaram na abertura de um campo propício à disseminação do neoliberalismo, como resposta ao enfrentamento da crise do Estado brasileiro aí engendrada.

A emergência dessa crise, entre outros fatores, também viria a desprestigiar os regimes autoritários vigentes na América Latina e no Brasil, em particular. É nesse sentido que podemos destacar, no âmbito estritamente político, a difusão dos preceitos liberais nas mais diversas nações, representada pela implantação de regimes liberal-democráticos nas instituições políticas do subcontinente. Ademais, as mudanças políticas que aqui se realizavam foram ainda acompanhadas por profundas alterações nas relações internacionais. Segundo Aldo Vacs, o desmoronamento do socialismo no Leste europeu

⁴² Ver, entre outros: Alves Filho (1996); Kucinski (2000); Santos (2000); e Stalings (sem informação sobre data).

também viria a consistir em uma circunstância extremamente favorável à emergência da onda liberal-democrática (Vacs: 68). O *farol* socialista desvanecia e, com isso, os discursos e organizações políticas socialistas caíam em descrédito, em diferentes partes do globo.

Os procedimentos clássicos do modelo liberal-democrático foram, portanto, paulatinamente, entre os anos 80 e 90, sendo reconhecidos e instituídos nos mais diversos países e culturas: o sufrágio universal; as liberdades de expressão, organização e imprensa; o pluripartidarismo; a competição eleitoral; e o primado da propriedade privada. Criava-se, também, a edificação de um ambiente favorável para a circulação do capital em uma escala mais ampla.

Em síntese, é dentro desse marco de grande instabilidade econômica na periferia capitalista⁴³ e de derrocada do *socialismo real*, que o neoliberalismo obteve projeção político-ideológica. Esta concepção política seria traduzida por uma expressão que se tornou quase mágica no discurso dominante, a saber: *reformas estruturais*. Foram, ou são, contempladas por essas reformas: a redução do Estado, cortes nos gastos com os servidores públicos, privatizações, abertura comercial, "flexibilização" das leis trabalhistas, entre outras. É, também, precisamente nesse horizonte político e econômico que se constituiu a natureza das democracias recentes, unindo a *democracia representativa* (cuja maior expressão é a liberdade de escolha dos representantes políticos) e o *livre mercado* (garantindo a manifestação da livre escolha dos consumidores). A euforia de determinados círculos político-intelectuais com a ascensão desse fenômeno fora tão grande, que se chegou a falar em um suposto *fim da história*. Como assinala Alves Filho,

a publicação de "O Fim da História" [de Francis Fukuyama, 1989] (...) apontou para um fato novo e marcante ocorrido nos estertores do século XX: a formação do grande consenso internacional tendo por centro determinadas idéias econômicas e políticas (Alves Filho, 1996: 17).

Enquanto alternativa político-econômica apresentada e apropriada pelas elites econômicas brasileiras é, fundamentalmente, a partir de fins dos anos 80, cujo símbolo fora

⁴³ Não apenas nesta, claro. Vale acrescentar que esta instabilidade iniciara-se no seio dos países hegemônicos, com a redução das taxas de lucro e o aumento dos custos de produção propiciados pela elevação dos preços do petróleo, na década de 70. A crise fiscal, gerada por esses fatores, foi uma das principais razões para o aumento das taxas de juros dos empréstimos concedidos aos países periféricos; apresentando-se, com efeito, como um recurso de transferência da crise.

a eleição de Fernando Collor à presidência, que o neoliberalismo, em particular, viria a consubstanciar-se em um conjunto de valores hegemônicos, amplamente veiculados pela mídia. Segundo Ianni, como toda ideologia dominante, impregnou e impregna substantivos setores da sociedade - prevalecendo nas práticas das corporações multinacionais e nacionais, de diversos governos (federal, estaduais e municipais) e nas instituições de pesquisa e ensino (público e privado, nos diferentes níveis), tendo sua tradução oferecida pela mídia (Ianni, 1999: 218). Algumas das idéias, valores e crenças que, explícita ou implicitamente, caracteriza(va)m a ideologia neoliberal⁴⁴ são assinaladas por dois proeminentes estudiosos dos processos que tem marcado a *globalização*, a saber: Ianni e Milton Santos. Destacamos, pois, algumas das idéias salientadas pelos autores:

- i. ALDEIA GLOBAL. *Realização do sonho de um mundo só (...). Tudo seria conduzido, e ao mesmo tempo homogeneizado, pelo mercado global regulador* (Santos, 2002: 41). Como desdobramento, supunha-se uma inevitabilidade do processo de abertura comercial e de integração profunda ao mercado internacional.
- ii. MORTE DO ESTADO. Esse fenômeno viria a propiciar a *melhoria (...)* [da] *vida dos homens e a saúde das empresas, na medida em que permitiria a ampliação da liberdade de produzir, de consumir e de viver* (Santos, 2002: 42).
- iii. REFORMA DO ESTADO. Ênfase dada à *privatização de empresas produtivas e lucrativas governamentais* (Ianni, 1999: 212).
- iv. BUSCA PELA QUALIDADE TOTAL. Envolvia, ou envolve, novos arranjos nos sistemas de administração e produção das empresas, onde o aumento da produtividade é o grande imperativo. Como implicação direta, a COMPETITIVIDADE representa(va) um *ethos* que ancora(va) as relações sociais e interpessoais (Santos, 2002: 37).
- v. PREVALÊNCIA DO SABER TÉCNICO E DO MERCADO. De acordo com Santos, esses instrumentos seriam *santificado[s] pela ciência, considerada, ela própria, infalível* (Santos, 2002: 53). As idéias de "racionalidade" e "eficiência" foram, ou são, razoavelmente, extraídas desses imperativos.

⁴⁴ E que, claro, atravessavam o discurso do *JB* e da *Folha* no contexto da eleição presidencial de 1994.

- vi. TRABALHADOR COMO MERO FATOR DE PRODUÇÃO. Segundo Ianni, a *redução de encargos sociais relativos aos assalariados por parte do poder público e das empresas privadas* (Ianni, 1999: 217), consiste em uma das preocupações mais freqüentes na linguagem da ideologia dominante neoliberal.

Essa pequena relação de crenças e idéias contextualizam a ideologia que imperava no discurso jornalístico que será aqui analisado. Difundidas por atores ligados aos setores políticos e econômicos hegemônicos - mas, também, aceita e disseminada por muitos que não se encontravam, ao menos diretamente, ligados a esses setores -, essas idéias, conformam, inequivocamente, um freqüente discurso apresentado pelas estruturas redacionais dispostas em diferentes seções da *Folha* e do *JB*.

Vejamos, agora, algumas breves informações que contextualizam, especificamente, o cenário político nacional.

A introdução de efetivas políticas de corte neoliberal na agenda pública brasileira deu-se com o presidente Collor. Em sua própria candidatura à presidência, em 1989, revelava explicitamente seu viés anti-estatista. Fazia veementes declarações combativas ao que o candidato chamava de *privilégios e marajás* incrustados na burocracia estatal. Sua vitória eleitoral pode ser creditada, em boa parte, à articulação entre o seu discurso e as mazelas da administração e serviço público, como corrupção e clientelismo, expostas pela mídia. Como afirma Maria H.Tavares de Almeida, *as empresas estatais, antes consideradas símbolos de eficiência e de boa gestão, foram caindo em descrédito* (Tavares de Almeida; 1999). Esse discurso fez sentido para grandes parcelas do eleitorado. Inclusive para poderosas associações empresariais como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo-Fiesp⁴⁵.

O curto período do governo Collor esteve bastante afinado com as recomendações neoliberais, buscando atingir a "modernidade" por meio da aplicação destas. Porém, envolvido com acusações sobre *esquema de corrupção e tráfico de influência*⁴⁶, o presidente teve seu mandato cassado.

⁴⁵ Ver verbete sobre Fernando Collor. *Dicionário histórico biográfico brasileiro-DHBB*. CPDOC/FGV.

⁴⁶ Verbetes sobre Itamar Franco. Seção "Na presidência interina". *Dicionário histórico biográfico brasileiro-DHBB*. CPDOC/FGV.

Ocupa o cargo de presidente, em seu lugar, o vice Itamar Franco. Logo que assume, Franco *ficou sabendo que, devido à sua tradição estatizante e nacionalista, despertava apreensões em setores que defendiam reformas de cunho liberal e a abertura da economia*⁴⁷, como a Confederação Nacional da Indústria-CNI. De acordo com o verbete disposto no *Dicionário histórico biográfico brasileiro-CPDOC/FGV*, o governo do novo presidente foi marcado por uma série de ações dúbias e hesitantes. Além da trajetória política de Itamar Franco, algumas declarações e atos contrários a um e outro postulado neoliberal deixaram setores empresariais, relativamente, frustrados. De qualquer modo, o presidente ainda chegou a privatizar empresas como a Companhia Siderúrgica Nacional-CSN e a Açominas, assim como deu início ao plano de estabilização monetária conhecido como Plano Real. O apoio empresarial oferecido a Collor, anteriormente, tinha como propósito ver a implementação das políticas "modernizantes" neoliberais. Mas, com o progressivo isolamento e centralismo decisório de Collor, além dos fatos já mencionados, que levou à sua saída do Palácio do Planalto, as reformas estruturais ficariam, em alguma medida, estagnadas. Itamar Franco constituir-se-ia assim em uma espécie de *presidente-tampão*, necessário para a manutenção da normalidade institucional, mas muito aquém de um desejado, ou desejável, representante das metas e rumos defendidos por influentes segmentos empresariais do país.

⁴⁷ Idem. Seção, "Na vice-presidência".

CAPÍTULO IV : O POPULISMO

NA FOLHA DE S. PAULO E NO JORNAL DO BRASIL

Este capítulo tem por objetivo desnudar a representação simbólica construída pelos jornais acerca da noção de populismo. Buscamos aqui, mais especificamente, apreender a apropriação efetuada pelo discurso jornalístico da grande imprensa brasileira sobre essa noção teórica tão trabalhada no *campo intelectual*. Para alcançar esse propósito, dividimos o capítulo com a análise das especificidades do discurso de dois proeminentes jornais: *Folha de S. Paulo* e *Jornal do Brasil*. Além disso, no interior das seções dedicadas a esses jornais, subdividimos a análise de seus respectivos discursos em outras duas seções, a saber: primeiro, *a representação - o quê e como se diz* e, segundo, *posições e atores políticos representados - de quem se diz*. Propomo-nos contemplar, em ambas as seções, a disposição de alguns editoriais, matérias do cotidiano e artigos de opinião. Entendemos que, dessa forma, pode-se capturar os dados ressaltados abaixo:

- i. Os significados gerais, e mais freqüentes, imputados à noção. Nesse sentido, podemos constatar a face com que fora revestido o *populismo*, a saber, um dispositivo lingüístico e ideológico usado no embate político, onde denota-se um claro potencial desqualificatório.
- ii. Os atores, idéias e práticas que costuma(va)m ser classificados sob este estereótipo.
- iii. As razões político-ideológicas que, com regra, levam o discurso produzido nos jornais da grande imprensa a apresentar o "populismo" e os "populistas" de forma pejorativa.

A subdivisão no interior das seções de cada jornal tem por objetivo, portanto, destacar inicialmente *o quê se fala* sobre o fenômeno, para depois, identificados os seus significados e peso político nos discursos da *Folha* e do *JB*, emprendermos uma análise sobre a percepção jornalística acerca dos seguintes atores políticos: Itamar Franco, Lula e PT, e Brizola e PDT.

A inclusão dos artigos publicados nas seções de opinião, a despeito de não representarem formalmente a opinião do jornal, possuem grande relevância para o nosso estudo. Constituem-se, inequivocamente, numa das fontes de inspiração da representação jornalística sobre o populismo. Por serem preenchidos, com grande frequência, por artigos produzidos por acadêmicos, tendemos a considerar que é exatamente aqui que *abre-se a porta* da articulação entre as produções e interpretações científicas e jornalísticas. Ou seja, independente da polêmica estabelecida entre diferentes visões de mundo que marca seções desse tipo, veremos que algumas destas visões, em particular, são apropriadas e ganham ressonância nos discursos apresentados pelos editoriais e pelo noticiário cotidiano⁴⁸. Talvez não seja desnecessário destacar que outros fatores concorrem para *a representação geral da noção* no discurso jornalístico, tais como: conhecimento particular por parte dos membros do *campo jornalístico* (Bourdieu, 1997) das definições oferecidas por publicações científicas; a construção coletiva dos *ismos* - *malufismo*, *quercismo*, *brizolismo*, entre outros -, que informam algumas idéias e práticas, difusas e fragmentadas que sejam, geralmente associadas ao *populismo*⁴⁹; e claro, a ideologia dominante, que embebida nas teses e imperativos neoliberais, também articula e ordena as interpretações da produção jornalística.

Os textos jornalísticos e das seções de opinião que integram as páginas desse capítulo, são marcados, como não poderia deixar de ser, por alguns conflitos e tensões. Estes se revelam nas seguintes formas: atritos entre membros de partidos que compunham (ou compõem) a esquerda da cena política nacional, notadamente entre o Partido dos Trabalhadores-PT e o Partido Democrático Trabalhista-PDT; a classificação eventual e um tanto inusitada de Fernando H. Cardoso como *populista*, em um editorial e em uma e outra matéria cotidiana da *Folha*; e algumas diferenças (diga-se de passagem, em raras oportunidades) verificadas entre as avaliações do noticiário cotidiano e dos editoriais. No entanto, no que tange as duas últimas tensões, não devemos perder de vista um importante fato: tanto o *JB* quanto a *Folha* revelavam uma nítida preferência política para o candidato

⁴⁸ Discutimos mais detidamente sobre essa relação ciência/seção de opinião/discurso jornalístico, no item 1.2.3.

⁴⁹ É importante observar que essas expressões tiveram uma incidência tão significativa nos textos da *Folha* e do *JB* quanto o *populismo*, apresentando, em alguma medida, algumas das múltiplas características imputadas a este último.

do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB, destacando-se os imperativos "modernizantes" e "racionalizantes" que se considerava necessários para o país e, ao mesmo tempo, encarnados na figura de Cardoso. Por outro lado, em geral, no que diz respeito ao tratamento concedido ao presidente Itamar Franco (referimo-nos, nesse caso, especialmente à *Folha*) e aos candidatos Lula e Brizola, as idéias de *atraso* e *irrealismo* são traços característicos da classificação de *populismo* aplicada, ao menos, às suas idéias sobre a economia e o papel do Estado.

Vale acrescentar que essa preferência na cobertura da campanha presidencial não limitou-se a esses dois jornais da grande imprensa, aparecendo, por exemplo, na televisão. De acordo com Afonso de Albuquerque (1994), o *Jornal Nacional*, da Rede Globo de Televisão, apresentara uma diferença muito significativa no tratamento dado aos candidatos à presidência, no período de março à maio de 1994. Ao candidato do PT fora construída uma imagem de dissenso e isolamento político. Ao então ministro da Fazenda, Fernando H. Cardoso, o telejornal criara uma imagem de consenso, onde as forças políticas que integravam a aliança partidária eram interpretadas como *uma união pelo Brasil* (Albuquerque, 1994: 11). Quanto a Brizola, a despeito de sua biografia e de sua posição nas sondagens eleitorais, encontrando-se em terceiro lugar na pesquisa do Datafolha⁵⁰, sua candidatura *foi alvo de uma exclusão sistemática da cobertura do Jornal Nacional, (...), sendo citada apenas a partir da (...) última semana, de maio* (Albuquerque, 1994: 12). A idéia de ruptura com o que se chamava de *era Vargas* possuía uma grande força no discurso dominante, podendo, razoavelmente, ser considerada como um dos pilares ideológicos que moviam a preferência dessas empresas de comunicação. Nesse sentido, a mensagem enviada por Cardoso ao Congresso Nacional, pouco depois de ter tomado posse do cargo, pode iluminar não só o que se entendia por *era Vargas*, mas, também, como o populismo era contraposto ao que o discurso dominante, refletido nos jornais, considerava como a modernização da sociedade e do Estado brasileiro.

Estou convencido de que a agenda de modernização do País nada tem em comum com um desenvolvimentismo à moda antiga, baseado no populismo econômico, no descontrole dos gastos e no forte intervencionismo estatal. Por isso, serei inflexível na defesa da disciplina fiscal e

⁵⁰ Ver Anexo I.

monetária,...), e persistente na remoção dos regulamentos (...) que travam a competição e inibem a criatividade da iniciativa privada (...). Longe de uma ameaça à indústria doméstica, a abertura à concorrência externa deve ser encarada como um fator de distribuição de renda a favor dos assalariados, na medida em que os preços internos se aproximem dos preços internacionais (...). O Estado não sai de cena. Muda de papel. Suas funções de produtor direto passam para segundo plano, enquanto se reforça a autoridade pública para regular (...) as atividades transferidas para a iniciativa privada (...) (Cardoso; 1995).

1 - FOLHA DE S.PAULO

1.1 - Sobre o leitor

O perfil dos leitores dos jornais da grande imprensa possui especificidades muito expressivas em face da estratificação socioeconômica brasileira, sendo marcadamente composto por indivíduos pertencentes às camadas mais altas da população. Valendo-nos de dados levantados pelo Ibope no trimestre de março/maio de 1996, junto aos leitores que compram o produto nas bancas de jornal da região metropolitana de São Paulo⁵¹, do conjunto de 30,49% de pessoas entrevistadas que informaram ler jornal freqüentemente, 58,49% pertenciam ao que a pesquisa chamava de classe AB, e 28,68% ao que se considerava como C. Desse total de leitores freqüentes, cerca de um terço afirmava ler a *Folha de S.Paulo*. Quando analisadas as variáveis *instrução* e *classe*, o percentual dá uma guinada para cima: aproximadamente metade dos leitores com título universitário liam a *Folha*, e cerca de 44% dos leitores incluídos na classe AB eram leitores desse jornal (superando um pouco o número de leitores do *Estadão*). Ademais, vale acrescentar que a maioria significativa de seu público-leitor é composta por indivíduos incluídos nessas duas categorias e que a faixa etária substantiva de seus leitores encontrava-se com mais de 25 anos de idade.

⁵¹ Como não conseguimos ter acesso aos dados referentes ao ano de 1994, utilizamos as informações do período mais próximo possível. Entretanto, parece-nos legítimo afirmar que esses dados não chegam a inviabilizar a caracterização do leitor da *Folha*, tendo em vista os requisitos necessários de instrução, renda e posse de determinados bens que caracterizam o consumidor desse tipo de jornal. Ver Ibope. *Perfil da penetração por jornal: Grande São Paulo*. Trimestre março/maio de 1996.

Excluindo o fato de que 30,49% da população entre 10 e mais de 60 anos de idade se diziam leitores freqüentes - um número muito abaixo do verificado no Grande Rio de Janeiro⁵² -, os dados revelam fortes laços de identidade com o perfil do público do *JB*, que dispomos na seção reservada a esse jornal.

1.2 - A representação : o quê e como se diz

Nesta seção dedicamo-nos à análise de editoriais, matérias do cotidiano e colunas e artigos de opinião política e econômica que se encontrem, relativamente, afastados de uma análise direta e específica dos atores que colocamos em destaque na seção posterior. Tratamos principalmente de estruturas redacionais jornalísticas que de algum modo contribuíram para a interpretação dos significados da noção de populismo, tal como construído nos jornais considerados. A representação do fenômeno ficará mais clara e amarrada, com efeito, no curso da análise.

Vale notar, desde já, a direção interpretativa sugerida pela *Folha* na percepção do fenômeno *populista*, assim como de um outro e importante fenômeno político brasileiro: o *trabalhismo*. Esta sugestiva interpretação encontra-se em um glossário de política, publicado em 10/04/1994. Diz o jornal:

Populismo - Relação entre os eleitores e os governantes que não passa por propostas administrativas concretas ou por afinidades doutrinárias ou ideológicas. A percepção do governado é dada unicamente pela imagem pessoal do líder político. O ademarismo e o janismo foram formas de populismo (...).

Trabalhismo - A princípio, uma tentativa de conciliar os conflitos entre o capital e o trabalho por meio de concessões arbitradas pelo Estado. Tornou-se, nos anos 50, uma forma de cooptação dos dirigentes sindicais pelo governo⁵³ (...).

Como se pode depreender do que foi exposto, norteia o entendimento do jornal sobre esses fenômenos o marco teórico que designamos como *clássico*. Porém, há que se

⁵² Nessa mesma pesquisa, os indicadores da região metropolitana do Rio de Janeiro informavam que 70,30% dos entrevistados liam jornais freqüentemente. Ver Ibope. *Perfil da penetração por jornal: Grande Rio de Janeiro*. Trimestre março/maio de 1996.

⁵³ *Folha de S.Paulo* : editoria Brasil. 10/04/1994: 1-13.

observar que as definições acima revelam uma apropriação fragmentada deste marco teórico, pois são salientados, essencialmente, os aspectos mais superficiais do fenômeno, enfatizando uma natureza autoritária, centralizadora, irracional e personalista.

Esse glossário nos oferece uma boa pista para compreendermos a forma com que o populismo foi (ou é) representado pela *Folha*. Porém, outros relevantes componentes simbólicos estão presentes em sua representação.

1.2.1 - Editoriais

A leitura dos editoriais possui grande importância para a compreensão dos significados gerais imputados à noção de populismo que circulam pelo noticiário cotidiano. Estes são preponderantemente comuns ao que é concebido no editorial. Outros tipos de uso da concepção de populismo também aparecem no noticiário. Contudo, constituem-se num fenômeno marginal. Podemos afirmar que os discursos desses marcos normativos específicos do jornal - o editorial e o noticiário cotidiano - guardam estreitas relações de conteúdo.

É no editorial que o jornal apresenta, claramente, sua visão de mundo. Revelam-se, aqui, de modo explícito: suas opções políticas; suas interpretações sobre o que é conveniente para a sociedade; e as idéias, ações e atores políticos considerados impróprios. De um total de 27 editoriais da *Folha* que utilizaram a noção de *populismo* para qualificar algum fenômeno político, nacional e internacional, identificamos duas fontes de interpretação básica em sua representação: a derivada do *paradigma econômico* e a inspirada no *modelo clássico*. Com uma leve preponderância do primeiro, 15 (quinze) editoriais apresentavam, se não uma influência direta, ao menos estreitas afinidades argumentativas com o *paradigma econômico* e 11 (onze) contemplavam algumas teses *clássicas*. Há que se destacar que um editorial utilizara uma conjugação de idéias afins aos dois modelos de interpretação, oferecendo, pois, dificuldades para uma identificação precisa sobre a matriz interpretativa submetida à apropriação. De qualquer modo, as idéias

de *atraso, anti-liberalismo, autoritarismo e estatismo/intervencionismo econômico*, foram elementos simbólicos imputados à noção de populismo, neste editorial⁵⁴.

Quanto aos editoriais que não mencionaram um dos atores políticos diretamente envolvidos com a sucessão presidencial, ou em particular, que reservamos para a análise na seção seguinte (1.3), sete apresentaram mensagens próximas à argumentação do *paradigma econômico* e seis à perspectiva *clássica*. Um caso especial, sem uma categorização específica, foi o mencionado acima, acerca do cenário político italiano.

É importante, por outro lado, salientar que, ao mesmo tempo que a noção de populismo é utilizada com intuítos depreciativos, os textos dos editoriais nos revelam tanto os caminhos sugeridos para o país quanto a preferência política da *Folha* na competição eleitoral de 1994 à presidência.

Vejamos, assim, algumas passagens de seis editoriais que ilustram afinidades com as duas categorias predominantes de análises teóricas. Iniciamos com as estruturas redacionais afins às teses *clássicas*.

No dia 04/02/1994, abordando a proposta da Câmara dos Deputados que contemplava uma ampla anistia para os devedores do crédito rural, o editorial *Megaescândalo* afirmava que:

(...) não há motivos para desconsiderar os problemas que afligem a agricultura brasileira. Inaceitável é jogar sobre todos os brasileiros uma conta injustificável e impagável⁵⁵. É outro escândalo que sem dúvida justifica uma CPI da CPI. **Pior ainda, (...), 204 políticos prontos a referendar uma proposta cínica, irresponsável e insustentável. Fazem temer pelo que ainda poderá produzir o Congresso Nacional nesse ano de ambições populistas e eleitoreiras** (*Folha de S.Paulo*: 1-2) (GN).

A associação do populismo com esses fatos revela a concepção de um fenômeno degenerado, que manifesta um exercício político irresponsável e eleitoreiro, onde os

⁵⁴ Este editorial abordava um tema internacional, tratando da composição do gabinete de governo do, então, novo primeiro-ministro italiano Silvio Berlusconi. Eram ressaltadas a desconfiança e mesmo condenação da comunidade européia para com o fato do primeiro-ministro ter incluído forças políticas neofascistas-*populistas* em seu gabinete. Folha de S.Paulo: editorial. *A volta*. 12/05/1994: 1-2.

⁵⁵ *O rombo no sistema financeiro, especialmente do Banco do Brasil, pode chegar a US\$ 97 bilhões*. Folha de S.Paulo, 04/02/94 : 1-2.

interesses privados de alguns representantes públicos sobrepõem-se aos interesses e expectativas da sociedade civil.

Sob o título *Quem te viu quem te vê*, o editorial de 05/07 discutia a maleabilidade e incoerência dos discursos de alguns candidatos à presidência. A tentativa de conciliação com práticas, experiências e atores políticos, anteriormente questionados por alguns candidatos, é definida pelo jornal como *populismo eleitoreiro e demagógico* (*Folha de S.Paulo*: 1-2). Orestes Quércia, por exemplo, membro histórico do Partido do Movimento Democrático Brasileiro-PMDB, segundo a *Folha*, fez referências elogiosas ao regime militar (*Folha de S.Paulo*: idem). Leonel Brizola (PDT), esteve a elogiar o empresário Roberto Marinho, seu notório adversário (*Folha de S.Paulo*: ibidem). Luiz Inácio Lula da Silva (PT), modifica seu discurso - não só quanto à linguagem, mas também às propostas - de acordo com a platéia (*Folha de S.Paulo*: idem). Também Fernando H. Cardoso (PSDB), deixou perplexos muitos dos admiradores de seu perfil democrático (...), [tendo] resvalado para atitudes demagógicas que não condizem com sua reputação de intelectual sério e crítico do populismo eleitoreiro (*Folha de S.Paulo*: ibidem).

Como se vê, os principais candidatos à presidência foram mencionados pelo jornal. Mas, a identidade da *Folha* com o candidato Cardoso não escapa a um olhar mais detido. Enquanto salientam-se, exclusivamente, razões para a crítica à postura *populista/eleitoreira* dos demais candidatos, o editorial além de demonstrar uma lamentação com a proximidade de Cardoso com esse tipo de postura, subliminarmente, ressalta os valores políticos e pessoais do candidato. Discorreremos sobre essa afinidade política mais à frente.

De modo fragmentado, percebe-se um *eco* das teses *clássicas* nas passagens desses dois editoriais: incoerência político-ideológica, demagogia e ambição política pessoal.

Constituindo-se num texto bastante representativo da ideologia que atravessava as argumentações do jornal e da afinidade com as teses do *paradigma econômico*, o editorial *Cassino emergente*, publicado em 24/04, enfatizava, com satisfação, as mudanças que vinham ocorrendo no subcontinente latino-americano. O obstáculo à perpetuação dessas mudanças não podia deixar de ser mencionado, mesmo que na forma de uma breve menção.

Desde o início dos anos 90, os países em desenvolvimento têm sido beneficiados por uma nova onda de entrada de capitais. Nos mercados internacionais, essa onda deu origem a uma denominação bastante estimulante: tais economias passaram a ser conhecidas como "mercados emergentes". **Em muitos casos houve razões para reencontrar o otimismo. Na América Latina, os ajustes feitos pelo Chile, México e Argentina mostraram que o populismo e o protecionismo podiam ser rompidos. Liberalização comercial, privatização, ajuste fiscal e reformas monetárias bem-sucedidas, o fim do ciclo das ditaduras, acordos das dívidas externas, as evidências foram se acumulando (...). Parecia iniciar-se uma nova era (...).** Completando o cenário, as taxas de juros nos Estados Unidos atingiram os níveis mais baixos dos últimos 30 anos. Os ganhos financeiros tornaram-se ali, como decorrência, pálidos se comparados às oportunidades oferecidas em mercados emergentes. **Onde processos de privatização e alta dos juros eram partes de programas antiinflacionários, os retornos multiplicaram-se. Nessa onda de otimismo, até o Brasil pegou carona (...) com juros reais elevadíssimos e Bolsas dominadas por ações de importantes empresas estatais, potencialmente privatizáveis.** Até que, em fevereiro deste ano, o (...) banco central dos EUA resolveu interromper a temporada de juros baixos (...). As Bolsas em todo mundo caíram (...). (*Folha de S.Paulo*: 1-2). (GN).

Analisando a hipótese, levantada à época da implantação do Plano FHC (Real), referente à possibilidade de uma explosão de consumo advinda da estabilidade econômica, o editorial *A bolha assassina* (28/04) remete o leitor ao Plano Cruzado, informando que este constituir-se-ia na fonte histórica para tal preocupação:

Apreendeu-se **que qualquer congelamento de preços é em si mesmo uma armadilha populista incapaz de sobreviver à realidade de uma economia de mercado (...).** (*Folha de S.Paulo*: 1-2). (GN).

Por seu turno, distante desta experiência,

O Plano FHC, (...), não apenas definiu-se desde o início como o oposto de um congelamento, como tem sido conduzido passo a passo como um mecanismo de estabilização voltado à eliminação das causas fundamentais do processo inflacionário. Isso explica o esforço de ajuste fiscal, explica a própria URV e a conversão dos salários pela média, justifica os juros reais elevados (...). (*Folha de S.Paulo*: idem). (GN).

Se observarmos com atenção as seleções e combinações dispostas nessa unidade redacional, veremos que a mensagem estética (Casasús, 1985: 43) é informada por uma dicotomia entre o *irracional versus o racional*, o *prejudicial versus o adequado*, o

superficial versus o estrutural - em última instância, o *populismo versus o ajuste fiscal*. O "irrealismo" e o "desprezo populistas" face os mecanismos objetivos de mercado, presentes na argumentação do editorial, revelam (ou sugerem), claro, uma grande afinidade com o discurso do *paradigma econômico*.

Em 16/07, o editorial *Sem vermelho* discutia o possível aumento salarial dos servidores públicos. Nessa exposição perpassa a visão do jornal sobre o papel do Estado:

O pleito é justo. Os salários estão baixos. Entretanto, o equilíbrio nas contas do Estado é um requisito fundamental para que a estabilização da economia seja duradoura. E o fato de que o controle da inflação traz benefícios a toda a população faz dele uma prioridade absoluta (...). **Se o aumento for dado num arroubo populista**, ignorando a exigência do equilíbrio, **então o governo estará prejudicando toda a população para beneficiar alguns** (...). As atuais pressões salariais são uma das várias fontes de corrosão do equilíbrio fiscal. Empresas estatais deficitárias (...) - também (...) resistentes às necessárias reformas - são permanentes ameaças potenciais. Nesse sentido, **para não chegar a situações próximas do impasse como a atual, (...), nada seria mais saudável do que acelerar o processo de privatizações.** (*Folha de S.Paulo*: 1-2). (GN).

Em primeiro lugar, o populismo representa, entre outros, ganância e desrespeito com o erário público. Em segundo, do que se pode extrair da mensagem veiculada no editorial, far-se-ia necessário empreender mais privatizações, de modo que os servidores ficassem (ou fiquem) sujeitos às condições e requisitos do mercado, evitando, portanto, novas dificuldades para o orçamento público.

O editorial publicado em 17/10, sob o título *Liberal e social*, destacava alguns dilemas e questões a serem resolvidos pelo vitorioso candidato à presidência, Fernando H.Cardoso⁵⁶. Os conteúdos argumentativos desse editorial são interessantes, também, para se capturar a posição política da empresa.

Está claro que o processo de liberalização e integração internacional não deve ser interrompido, que o Estado precisa ser reestruturado e a estabilidade econômica preservada (...). Não resta dúvida de que é imprescindível a criação de um ambiente econômico favorável aos investimentos e que propostas de **gastos populistas**, sem base em receitas reais, **são inaceitáveis.** **Tentar favorecer as camadas mais pobres desequilibrando as contas públicas é**

⁵⁶ A eleição foi decidida no 1º turno, realizado em 3 de outubro.

contraproducente. Mas, por outro lado, seria igualmente enganoso afirmar que o bom desempenho macroeconômico garante por si mesmo o avanço social (...). **O desafio do futuro presidente está em conduzir o país aos novos padrões de mercado sem frustrar as bandeiras históricas da social-democracia.** (*Folha de S.Paulo*: 1-2). (GN).

Como mais um reflexo da afinidade com o marco teórico do *paradigma econômico*, o populismo é representado aqui como a expressão de gastos públicos incoseqüentes, irresponsáveis e irracionais (talvez, no fundo, seja concebido como a manifestação da prevalência do *político* - onde a dinâmica das relações de força entre grupos e classes em jogo tem destaque - sobre o saber técnico, o *econômico*, supostamente neutro). Além disso, é importante notar o apoio dispensado pelo jornal à candidatura vitoriosa no pleito presidencial, apoio este que fica claro com o laço de identidade apresentado ao fim do texto: *sem frustrar as bandeiras históricas da social-democracia* (*Folha de S.Paulo*: 1-2).

1.2.2 - Noticiário cotidiano

Semelhante ao fato evidenciado nos editoriais, no noticiário cotidiano, em um universo de 64 matérias que utilizaram a noção de populismo, prevaleceu as sintonias analíticas com o *modelo clássico* e com o *paradigma econômico*. Algumas das idéias mais correntes associadas ao populismo, no conjunto dessas matérias, foram: *manipulação político-eleitoral*; *prática política degenerada, anti-democrática*; *farsa/demagogia*; *estatismo*; *protecionismo e intervencionismo econômicos*; e *inflação*. Algumas vezes combinadas, em outras oportunidades enfatizando um e outro desses significados, a noção consistiria, num plano mais geral, em um fenômeno *arcaico*.

Com o propósito de atingir maior operacionalidade, disponibilizamos algumas matérias que sejam representativas do conjunto de textos encontrados. Matérias indicativas, com efeito, da *concepção geral de populismo* apresentada pelo jornal. Iniciamos, novamente, com as estruturas redacionais que demonstravam afinidade com algumas teses *clássicas*. E, para estas, selecionamos duas matérias que envolviam o nome de Fernando H.Cardoso. O interessante a ser observado é a especificidade da classificação feita ao, à época, candidato à Presidência da República.

Seguindo a linha de interpretação que imputa ao populismo o exercício de práticas eleitoreiras e demagógicas, a matéria *Candidatura de FHC sofre de masoquismo: montado num lombo de burro com chapéu de couro, o candidato submete sua vaidade ao ridículo eleitoral* (*Folha de S.Paulo*, editoria Ilustrada; 01/06/1994), discutia um ato de Cardoso durante a campanha.

Foi primeira página nos jornais da semana passada: Fernando Henrique (...) montado num lombo de burro, com um chapéu de couro na cabeça: o patético da situação só é menor do que o seu ridículo (...). A palhaçada produz mal-estar (...). Fernando Henrique de chapéu de couro! O cruzado do real, o d.Quixote burguês, travestido em Sancho Pança(...), no triunfo da própria e esperada degradação (...) os candidatos procuram parecer o que não são: Lula, de paletó, palestra com empresários, enquanto **FHC recobre o seu privilegiado cérebro com um chapéu de couro.** Jogo de inversões que faz parte da lógica eleitoral (...). O mais democrático, na democracia, não é o sistema de decisões do governante, mas sim o que ele tem de sofrer antes de eleito (...) há entretanto nuances a registrar. Por mais que tudo seja "eleitoral" ou "demagógico", há um mínimo de relação entre a aparência e a verdade, entre a farsa eleitoral e o sentido autêntico da candidatura. Explico. Fernando Henrique com chapéu de couro é ridículo (...). A falsidade inerente a qualquer campanha eleitoral torna-se, neste caso, falsa demais. Outros chapéus funcionariam melhor. Jânio Quadros, por exemplo, usava o boné de condutor de bonde. A coisa toda era farsesca e demagógica: mas combinava com o **populismo** do candidato(...). É uma (...) humilhação. **FHC tem todas as razões do mundo para ser vaidoso (...). Ele tem certeza de que é o melhor. E, sem dúvida, intelectualmente, até politicamente, é mesmo o melhor (...). FHC sofre de um masoquismo na sua candidatura (...) acha que não pode ser ele mesmo. Com razão, aliás. Pois o eleitorado aceita melhor** a arrogância de um Collor, que se comportou como alguém destinado a "mandar" (...), do que o frouxo **populismo** de quem é forçado a usar chapéu de couro (...). (*Folha de S.Paulo*: 5-10). (GN).

Como se vê, o autor da matéria demonstrava um significativo rechaço com o fato do candidato Cardoso ter se sujeitado a uma prática *populista* (com um sentido eleitoreiro e demagógico). Porém, há que se notar que, como visto em editorial localizado no item anterior (1.2.1), a crítica dirigida ao ato de campanha não esconde a preferência a essa candidatura. As passagens em destaque tendem, inequivocamente, a revelar a opção eleitoral do autor da matéria, ou, em última instância, do próprio jornal. A matéria

manifesta mais uma lamentação com o fato deste candidato ter agido como tantos outros em períodos eleitorais, do que propriamente uma oposição ao candidato. De modo velado e denotando uma relativa contradição, a *crítica* é equilibrada com o argumento de que outros candidatos agem assim nos pleitos eleitorais, e que o próprio eleitorado, *infelizmente*, recebe melhor atos de natureza *populista*.

Ainda em relação a matéria em questão vale acrescentar, com base em observação de um estudioso, que muitas vezes há um quadro referencial relativamente comum (empático), estabelecido entre o produtor do texto e o receptor da informação (José Pinto; 1996 e 1999). O questionamento levantado pela matéria encontraria, assim, em alguma medida, ressonância em cada leitor, independente da sua coloração político-ideológica. Com base no perfil do leitor da *Folha* pode-se aventar que, pertencendo a estratos socioeconômicos elevados, são, em geral, detentores de uma postura mais crítica frente a atos *populistas* tais como o praticado por Cardoso. Entretanto, note-se que o que se questiona é uma atitude externa, superficial, não as propostas e a composição de forças políticas que integravam a candidatura. Daí, parece-nos lícito indagar, por outro lado, sobre o efeito de matérias com esse tipo de conteúdo: até onde a crítica desta matéria, como também, do editorial disposto anteriormente, tenderia a desqualificar o candidato Fernando H. Cardoso?

Cerca de dois meses depois, em 14/08, no caderno especial sobre as eleições, o jornal publicava uma entrevista com Fernando H. Cardoso (com o título *Lula é maior que o PT, que é regressivo*). Entre outras coisas, o candidato respondia sobre o ato *populista* de sua campanha, disposto acima.

(...) eu não sou, nunca fui muito adepto de comício e nem é onde eu me sinto melhor. Inventaram que eu tenho dificuldade, que eu falo difícil com o povo. Isso é uma mentira. Eu não erro o português. Às vezes eu erro, mas eu não erro de propósito. **Eu não sou de fazer, digamos, concessões populistas, mas eu sou afável com todo mundo e isso passa. Me gozaram tanto do cavalo e coisa. Ali foi uma gentileza minha, não foi nenhum marqueteiro que mandou fazer nada.** (*Folha de S. Paulo: Especial-5*). (GN).

Percebe-se que o candidato apresentava, aqui, uma correspondência entre a sua indicada concepção de *populismo*⁵⁷ e uma das idéias imputadas à noção pela *Folha*: uma prática eleitoreira que visa angariar apoio e simpatia populares, mas que possui uma certa natureza incongruente com o autor do ato ou de suas propostas. O candidato respondia, assim, ao próprio jornal e o respectivo público-leitor.

Vejamos, agora, algumas matérias concernentes às teses do *paradigma econômico*.

Em 21/01, na matéria intitulada *Governo russo perde reformistas: novo gabinete anunciado por Ieltsin indica um freio no ritmo das mudanças econômicas*, a *Folha* relatava mudanças na composição do governo da Rússia. Mudanças que, segundo sua avaliação, tenderiam ao arrefecimento do processo das reformas estruturais orientadas para o mercado.

O presidente da Rússia, Boris Ieltsin, montou ontem um governo dominado pelos "reformistas moderados". Boris Fiodorov, defensor de reformas radicais, anunciou que não vai aceitar convite para continuar como ministro das Finanças. A transição ao capitalismo entra numa fase de desaceleração (...). Apesar do perfil da nova equipe econômica [Victor] Tchernomirdin [premiê do governo] declarou: "O governo vai continuar o caminho de prosseguir e aprofundar as reformas". **Boris Fiodorov, que ainda deve formalizar sua renúncia nos próximos dias, declarou que "políticas moderadas e populistas" vão desaguar em hiperinflação.** (*Folha de S.Paulo*, editoria Mundo: 2-9). (GN).

Expondo no curso da matéria algumas medidas tomadas pelos anteriores *reformistas radicais*, como privatizações e combate à inflação, o texto menciona também, no desenvolvimento da argumentação, um efeito direto advindo dessas políticas: o aumento do desemprego. O descontentamento popular seria, assim, uma razão para se substituir alguns membros do governo.

Por outro lado, é interessante observar o título da matéria, como também sua conclusão. No título, adota-se o termo *perda* para se referir à saída dos reformistas. Na conclusão, revela-se o significado dessa *perda*, apresentado sob a forma de uma declaração externa ao marco institucional do jornal: moderação no processo de reformas estruturais

⁵⁷ Que não é, certamente, a desenvolvida em seus trabalhos acadêmicos, como *Dependência e desenvolvimento na América Latina*.

representa *populismo*, ou seja, uma postura político-econômica geradora de inflação e de instabilidade econômica.

No caderno especial dedicado às eleições, a notícia *Professor vê consenso de Washington ou bárbarie: 'o desafio ao consenso levará o país à crise'* (15/08), informava as avaliações sobre a conjuntura econômica, feitas por acadêmicos que participaram de um seminário na Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Se o próximo presidente da República não seguir a estratégia de ajuste econômico recomendada pelo chamado Consenso de Washington, vai jogar o Brasil na rota da barbárie,(...). O diagnóstico, no qual está embutida a idéia de que ou o país se adequa ao consenso ou ficará à margem do capitalismo, é do economista John Williamson, do Institute of International Economics, de Washington, uma espécie de celeiro ideológico afinado com o governo norte-americano (...). "O Fernando Henrique aceita o Consenso de Washington?", perguntou Williamson. "Eu acho que sim e espero que ele aceite. Também espero que o Lula aceite. Porque, se o próximo presidente tentar desafiar esse consenso, vai chegar em breve numa crise como a Venezuela chegou", respondeu o próprio Williamson. A Venezuela,(...), vive hoje um clima de instabilidade política e crise econômica, com evasão de divisas, inflação alta, recessão e quebra de sistema financeiro (...). Os empresários acusam o presidente, Rafael Caldeira, de prática populista, sobretudo no que se refere aos subsídios estatais ao petróleo, que estariam em choque com a política defendida pelo Consenso de Washington. "É muito importante que não se tente desafiar essas realidades", disse Williamson, logo depois de fazer alusão ao caso venezuelano. O próprio Williamson, num esforço de "desdemonização" da própria obra, salientou que o consenso contempla uma "agenda social". Referia-se a políticas compensatórias que amenizem o impacto de medidas recessivas sobre países como o Brasil (...). O público presente ao seminário foi privado de qualquer contraponto às idéias do economista de Washington (...). O cientista político Francisco Weffort, do PT, e o economista Celso Furtado, confirmados para o evento, não compareceram. No lugar deles, o economista Eduardo Giannetti (...), da USP, e a cientista política Leila Frischtak, consultora do Banco Mundial no Brasil, engrossaram o samba de uma nota só, abertamente favorável às teses do consenso (...). Na avaliação de Giannetti, a "velha esquerda brasileira vendeu uma imagem do consenso como sendo uma espécie de imperialismo neocolonialista porque padece da cultura da culpa" (...). Essa cultura, disse Giannetti,(...), [deixa] de lado os erros e omissões de cada nação, que assim estaria isenta de qualquer responsabilidade sobre seu fracasso histórico (...). (Folha de S.Paulo: Especial-6). (GN).

Esta matéria veicula informações bastante claras sobre a visão de alguns intelectuais acerca dos dilemas e respostas a serem dadas no subcontinente latino-americano e no Brasil, em especial. Ademais, é importante observar três coisas:

- i. O teor dramático da manchete, elaborado, evidentemente, pelo jornal, onde sugere-se uma inevitabilidade das políticas reformistas.
- ii. O *lead* da notícia, primeiro parágrafo onde visa-se chamar a atenção do leitor para as questões mais importantes da matéria: *Se o próximo presidente da República não seguir a estratégia de ajuste econômico recomendada pelo chamado Consenso de Washington, vai jogar o Brasil na rota da barbárie* (Folha de S.Paulo: idem).
- iii. As considerações finais, onde o autor da matéria seleciona a declaração de um economista brasileiro, fazendo coro, ao olhar para nossa realidade nacional, com o discurso do professor de Washington. A partir da observação desses três aspectos textuais, vemos que o laço geral de identidade entre os discursos selecionados no seminário e a perspectiva do autor da matéria fica nítido.

O populismo ou intervencionismo estatal, mais uma vez, é localizado numa posição antagônica à modernização. "Modernização" esta sugerida, no caso, pelas teses reformistas do Consenso de Washigton.

Já realizada a eleição presidencial e confirmada a vitória de Cardoso no primeiro turno, a editoria Ilustrada publicava, em 09/11, uma entrevista com Mario Vargas Llosa, intitulada *Para autor, FHC superou 'ilusão populista': escritor comenta a trajetória do presidente eleito do Brasil, com quem deve se encontrar em dezembro*.

(...) **Folha- Muita gente no Brasil tem apontado semelhanças entre a sua trajetória e a do presidente eleito** (...) **Cardoso: ambos** eram intelectuais respeitados antes de entrar na política, ambos têm uma formação humanista européia e **querem "civilizar os trópicos"** (...).

Vargas Llosa- Eu me alegrei muito com a vitória dele, (...) **É um homem que viveu as ilusões do populismo e da esquerda em sua juventude** e que aprendeu a lição meridiana do que ocorreu nas últimas décadas, sobretudo na América Latina, e que **agora está muito mais dentro de uma posição pragmática**. Tenho muita esperança em seu governo, pois o Brasil só está esperando um pouco de lucidez e de ordem para seguir adiante.

(...) Folha- Ele parece não abraçar o seu liberalismo radical.

Llosa- É verdade. Ele mantém posições mais social-democratas, mas em muitos casos essas diferenças hoje em dia são de semântica, não de políticas concretas. **Se ele está, como tem demonstrado, a favor de políticas de mercado, contra o dirigismo estatal na economia, se aceita que a internacionalização dos mercados é fundamental** para que os países pobres deixem de sê-lo, **estamos de acordo no fundamental (...).** (*Folha de S.Paulo*: 5-3). (GN).

O título, novamente, revela o que o jornal assinala como importante no texto produzido: o presidente eleito está mais maduro e realista, tendo superado a *ilusão populista*. O leitor, portanto, não precisaria se preocupar muito com os rumos que deveriam ser encaminhados pelo, então, futuro governo. A noção de populismo é representada pelo entrevistado como um fenômeno político e econômico atrasado, irrealista e irracional, pois desconsidera a realidade objetiva à qual a "civilização" deve passar, a saber, o aprofundamento das relações sociais e internacionais capitalistas. É evidente que, com o título apresentado, a *Folha* coadunava-se com a interpretação do fenômeno dada por Llosa.

Interessante e sugestivo, por outro lado, é a expressão utilizada pelo jornalista no início da entrevista: *civilizar os trópicos*. Se dermos mais um passo, a dicotomia "populismo" *versus* "reformas estruturais" pode acabar implicando em uma espécie de nova polarização entre *barbárie e civilização*. Como se vê, estamos diante de um rico e complexo jogo de palavras e símbolos, onde os componentes *interpelativos* da ideologia dominante (Althusser; 1998) são abertamente dirigidos aos leitores, *chamando-os* para a adoção de uma postura política particular.

1.2.3 - Seções de opinião e debate

O propósito deste item é viabilizar a apresentação de alguns artigos produzidos por atores que detinham vínculo formal com a *Folha* (mas que, institucionalmente, expressavam/expressam a sua opinião particular), assim como expor alguns textos de colaboradores desvinculados formalmente da empresa, em geral políticos, empresários e membros do *campo intelectual*. Entendemos que a análise desses artigos pode ser valiosa para a compreensão do deslocamento da noção de populismo do meio científico para o discurso do jornal. Em alguma medida, as seções e colunas oferecidas à opinião constituem-se num espaço intermediário, de interação, entre a produção dos campos

acadêmico e jornalístico. Levando-se em conta essa realidade, podemos sugerir que a apropriação jornalística de idéias presentes em algumas análises produzidas por acadêmicos tendem a propiciar um respaldo científico, perante o público-leitor, para a aplicação posterior da noção de populismo (entre outras noções) nos editoriais e no noticiário. A correlação entre as fontes conceituais e interpretativas das seções de opinião com o discurso jornalístico, pode, desse modo, levar à identificação das conexões entre ciência e jornalismo.

Faz-se necessário salientar que é nessa modalidade de textos publicados pelos jornais em que o contraditório e a polêmica sobressaem-se. Investidos de uma capa plural-democrática, as colunas e seções de opinião são reservadas à publicação de distintas visões particulares de mundo (Alves Filho; 2001). No entanto, a despeito das contradições aí presentes, há uma estreita afinidade entre o conteúdo majoritário das mensagens presentes no editorial e nas matérias cotidianas face as perspectivas de alguns articulistas, eventuais ou fixos. Tal articulação poderá, pois, ser ilustrada com a exposição de breves passagens de um e outro artigo.

As editorias da *Folha* abertas à opinião sobre política e economia, onde encontramos o material para a análise, são as seguintes: Painel; Mundo; Ilustrada; Mais!; Opinião; e Dinheiro. Já as seções e colunas localizadas nestas editorias são: Tendências/debates; Luis Nassif; e Opinião econômica⁵⁸. Esses espaços dedicados ao debate e idéias, evidentemente, não podem ser considerados, *stricto sensu*, como a interpretação do jornal.

Na mesma linha verificada nos editoriais e no noticiário cotidiano, de um conjunto de 123 artigos que operaram com o signo populismo, as teses do *modelo clássico* e do *paradigma econômico* prevaleceram na substantiva maioria das abordagens. O seu conteúdo também é majoritariamente negativo. Contudo, é importante destacar que três artigos apresentaram uma abordagem distinta às convencionais: um, de Florestan Fernandes, revelava um discurso próximo ao da *ênfase na ideologia*, em especial, ao tratamento dado por Laclau. Este artigo está disposto no item sobre Lula e PT. Outros dois

⁵⁸ Seguimos as definições dadas pelo jornal.

artigos apresentavam uma natureza bastante peculiar e original, que podemos chamar de *questionador*. Denotavam, de forma irônica, uma nítida percepção sobre os instrumentos simbólicos, desqualificatórios, empregados por atores embebidos numa visão pró-mercado. Foram produzidos por Carlos Heitor Cony e Luiz Gonzaga Belluzzo. O artigo de Cony está incluído no presente item do trabalho.

Seguindo o mesmo roteiro de ordenamento, iniciamos com artigos afins às teses *clássicas*, depois aos próximos, ou mesmo imersos no *paradigma econômico*. Concluímos com a ilustração de um artigo *questionador*.

Ao final do mês de março, num período que marcava os quarenta anos do golpe que depôs o presidente João Goulart, a *Folha* publicou algumas análises específicas sobre este evento político. Com abordagens distintas, mas que, de qualquer modo, denotam alguma relação com elementos constitutivos da perspectiva *clássica*, sejam distantes ou próximos, reproduzimos, abaixo, passagens de um texto.

Em 28/03/1994, a *Folha* publicava o artigo *Março de 64 - uma visão histórica* (editoria Painel, seção Tendências/debates), do militar Sérgio Xavier Ferolla⁵⁹. Este artigo é bastante sugestivo para nossa observação sobre o *olhar* de um membro das Forças Armadas, concernente a um fato tão marcante da história brasileira. Seu viés conservador é nítido.

(...) **A identificação apressada entre o populismo demagógico de um governante mal preparado [refere-se a Jango] e o ativo comunismo internacional, cujo diversificado espectro de atuação no Brasil fazia convergir para os movimentos de massa as formas mais candentes e agressivas de sua atuação**, trouxe profunda inquietação às forças conservadoras e à oficialidade (...) o governo, carente de apoio político para as reformas, intentava buscá-lo nos sindicatos operários, procurava também, como estratégia para enfrentar as pressões da oficialidade, o respaldo das agremiações de militares subalternos(...), através de (...) incentivos à participação em comícios políticos, apoio a ação conjunta de soldados, marinheiros e operários (...). **O momento, hoje, é de meditar sobre aqueles 20 anos de governos autoritários, iniciados com um movimento que, em suas raízes, atendeu aos reclamos de uma sociedade desrespeitada e ofendida**, para que, as elites estejam onde estiverem, ocupem os cargos que ocuparem, fiquem

⁵⁹ Então tenente-brigadeiro-do-ar, comandante e diretor de Estudos da Escola Superior de Guerra-ESG.

alertas para o fato de ser intolerável a zombaria acintosa das dificuldades da nação, supondo-a abúlica e desarmada . (*Folha de S.Paulo*: 1-3). (GN).

Para o que nos interessa em especial, o autor identifica o populismo com demagogia, esquerda política e movimentos populares. A demagogia, neste caso, parece referir-se à tentativa de transformação do *status quo*. A contrapartida, *racional e apropriada*, possivelmente, vinculava-se a manutenção da ordem vigente⁶⁰.

Como demonstração do uso da *palavra* no embate político-ideológico por parte de indivíduos ligados à esquerda, vejamos passagens, que parecem seguir, relativamente, a matriz interpretativa *clássica*, de artigos de dois intelectuais ligados ao PT, quais sejam, Francisco de Oliveira e Maria da Conceição Tavares.

Na seção Tendências/debates (editoria Painel) de 24 de maio, o sociólogo Francisco de Oliveira analisava a emergência de novas práticas políticas no Brasil. Atestava, por outro lado, que duas candidaturas à presidência tenderiam, com maior propriedade, a articular-se com esses novos padrões de atuação política. Em seu artigo *Modernidade à vista*, afirmava o autor:

(...) [a] candidatura Lula à Presidência da República (...) é de uma qualidade nova que traduz os novos modos de representação na sociedade contemporânea (...). **Os chamados novos movimentos sociais** são(...), uma mostra dessa nova representação. Apesar de todas as desconfiças da academia, de uma mal disfarçada repugnância aos "feios, sujos e malvados", não é pouca a contribuição dos movimentos sociais(...), para a nova exigência de ética na política que vem iluminando a cena brasileira na última década (...). A articulação entre esfera pública e âmbito privado (...) é a nova forma de representação que tanto o novo sindicalismo como os movimentos

⁶⁰ Na mesma seção Tendências/debates, publicava-se, três dias depois, artigo que discorria sobre o evento histórico partindo de um outro prisma. Fundava-se numa argumentação afim ao marco teórico *clássico*. Porém, distanciava-se bastante, e com propriedade, dos usos correntes de algumas de suas teses, tal como o verificado acima. O autor, professor de Ciência Política da Unicamp, concebia o populismo como uma espécie de estratégia política caracterizada pela conciliação dos interesses de classes. *Ressoavam* claramente, pois, as interpretações de Weffort e Ianni sobre o *populismo brasileiro* : a *polarização interna, sobre a qual se projetavam os interesses da Guerra Fria, cindiu o populismo, privando-o de sua tradicional função mediadora. O governo Goulart tanto foi acusado de ceder à subversão da ordem econômica e política quanto de ser incapaz de promover as reformas sociais (...)* 64 não foi nem um "golpe" nem uma "revolução". Seria, com mais propriedade, uma "contra-revolução preventiva". Ver ALMEIDA, Luciano Martins de. *A dinâmica e o legado de 64*. Folha de S.Paulo, editoria Painel: 1-3. 31/03/1994.

sociais vêm praticando. **Está além, superando-a, da falsificação operada pelo fisiologismo e pelo populismo (...) os políticos populistas que beijam crianças pobres, simulam uma intimidade que é a forma fajuta de fraudar uma relação pública, que é o voto (...).** Sem exageros, até mesmo a forma e o nível dos candidatos que aparecem no topo das preferências, a saber, (...) **Lula e o senador (...) Cardoso, devem muito a esses movimentos, a essas novas práticas,** a essas exigências de negociação, de transparência, de ética na coisa pública. Eu diria até que devem tudo (...). (*Folha de S.Paulo*: 1-3). (GN).

Submetendo o Plano Real à crítica, dizia Conceição Tavares:

O Plano Real, ex-Plano FHC (fase 3), está vivendo uma etapa novelesca em que a propaganda oficial e o desejo de ganhar mais uma "Copa do Mundo" embrulhou as expectativas (...) A inflação vai ficar baixa em agosto e setembro, mas os preços foram para o espaço e os salários de mais da metade da população estão no subsolo do Terceiro Mundo. O poder de compra das famílias que ganham de um a oito salários mínimos caiu 12,7% (em URV-real) desde março (dados do IBGE); a cesta básica está em mais de US\$ 100, para um salário mínimo de menos de 70 (...). **O governo faz propaganda do real e acusa a oposição de "torcer" contra o plano. Ora, um plano não é jogo da seleção para que todos possamos torcer "in pectore" (...). Como não somos "economistas populistas", que manipulam ou se servem das ilusões do povo, temos de dizer a verdade, doa a quem doer**⁶¹ (...).

Nota-se, portanto, que os articulistas apontavam, a partir da esquerda do espectro político nacional, uma freqüente representação do fenômeno *populista*: farsa e demagogia, como dois de seus atributos, consistindo, em última instância, numa prática política degenerada. Vale ressaltar que o artigo de Francisco de Oliveira indicava como expressões de um *novo fazer político*, distante do *populismo*, não apenas o seu candidato (Lula), como também seu principal adversário na campanha, Fernando H. Cardoso.

Vejamos abaixo alguns textos que denotavam consonâncias interpretativas com as idéias que norteiam o *paradigma econômico*.

Num intervalo de dez dias, entre fins de fevereiro e princípios de março, a *Folha* publicava alguns artigos de Bresser Pereira e Antonio Kandir. Esse período foi marcado pela polêmica em torno da forma de conversão dos salários, nos quadros da implantação do

Plano Real. O populismo, claro, não podia ser abdicado à classificação dos adversários. Dentro disso, aumento salarial e inflação seriam seus congêneres.

Tratando desse tema, em 28/02, no artigo *Plano de Fernando Henrique é superior aos anteriores*, Bresser Pereira reiterava suas expectativas positivas quanto ao novo plano de estabilização e abordava, por outro lado, a posição sindical.

O Plano FHC, (...), tem amplas possibilidades de êxito. Se o compararmos com os planos de estabilização anteriores, este é claramente um plano superior na sua concepção, porque enfrenta de forma coerente as duas causas fundamentais da inflação: a inércia inflacionária e a crise fiscal (...) a sociedade brasileira hoje tem uma noção muito mais clara do que tinha há alguns anos atrás da gravidade da crise, da necessidade do ajuste fiscal e da inviabilidade de conversões de salários ou preços pelo pico. Esta última mudança,...), ainda não foi completa. Hoje **os líderes sindicais** sabem que a conversão dos salários deve ser pela média⁶². Abandonaram a idéia de que o pico é o "verdadeiro" salário e que qualquer conversão abaixo do pico significa perda para os trabalhadores. **Por motivos políticos, (...), conservam uma retórica populista, que poderá ser fatal para o Plano FHC. Será a conversão do salário mínimo o teste fundamental do plano. Se o Congresso aprovar a conversão dos salários pela média (em torno de US\$ 65), o plano terá amplas condições de êxito. Caso se decida por uma conversão por um valor maior**, os demais salários seguirão o exemplo, os custos das empresas aumentarão, estas repassarão esses custos para preços e a inflação residual será elevada. **O plano fracassará. Estaremos condenados a mais alguns anos de inflação e estagnação (...).** (*Folha de S.Paulo*, editoria Brasil: 1-6). (GN).

Na editoria Dinheiro, de 14/07, Luis Nassif discorria em sua coluna sobre as posições de intelectuais que questionavam as teses do Consenso de Washington. O título do texto disposto nesta coluna foi, precisamente, *O "consenso de Washington"*.

O "must" do momento, entre economistas engajados, é criticar o tal "consenso de Washington" (...) [vinculada a esta crítica, afirma-se que] a candidatura (...) Cardoso seria o instrumento teleguiado para levar a termo a conspiração de Washington. Agissem como cientistas isentos, esses economistas engajados acabariam chegando a relações muito diretas entre miséria, mortalidade infantil e o modelo político que eles próprios defendem, (...). **A crítica só é objetiva ao apontar em (...) Cardoso a falta de compromisso com reformas que reduzam os níveis de**

⁶¹ TAVARES, Maria da Conceição. *A novela do Plano Real continua*. Folha de S.Paulo: editoria Dinheiro: 2-5. 31/07/1994. Grifos nossos.

⁶² Calculada com base na média dos doze últimos meses.

exclusão social. Mas onde se encontra esse compromisso? Neles, que defenderam e continuam defendendo o velho modelo fechado, nacional-populista? (...) "Consenso de Washington" e outras abstrações constituem-se em mera desculpa, para não terem que expor claramente o que os assusta: a descentralização, o fim da exploração política do estado, a modernização das práticas políticas. (*Folha de S.Paulo*, Luis Nassif: 2-3). (GN).

Nassif, movido por idéias afins ao *paradigma econômico*, apresentava a noção de *populismo* como um *modelo econômico arcaico*, estruturalmente superado na conjuntura internacional da época. Um dos componentes simbólicos atribuídos ao fenômeno, como se vê, é o *estatismo*. Note-se também que a argumentação do articulista sugere a inexistência de diferenças propositivas concernentes ao combate à desigualdade social. De modo que, restando apenas as estratégias de desenvolvimento econômico a serem avaliadas, evidentemente, os intelectuais e suas propostas que refutam as teses neoliberais são, inapelavelmente, desqualificados pela coluna.

Fazendo coro com a representação do populismo apresentada acima por Nassif, Antonio Kandir escrevia três dias depois (17/07), sobre os rumos a serem escolhidos pelo país na eleição presidencial que se aproximava. Seu artigo *Rumo ao tetra e à conquista do desenvolvimento* (editoria Dinheiro) não deixava margem à dúvida sobre o que se considerava *populismo*.

A caminhada da seleção lembra a vida do país nos últimos cinco anos. A década de 90 tem sido árdua para todos os brasileiros. Mas, que avançamos e vencemos desafios, quem há de negar? Vencemos as resistências à abertura comercial (...). Com a abertura, as empresas daqui tiveram de se haver com um mercado mais competitivo, de consumidores mais exigentes. Resultado: ganhos expressivos de qualidade e produtividade. Vencemos também as resistências ao programa de privatizações (...). Graças a essas mudanças, estamos hoje em condições favoráveis para vencer a luta contra a inflação, consolidar a estabilidade econômica e retomar o desenvolvimento em bases sólidas (...). **O que falta para que a modernização resulte em um novo modelo de desenvolvimento, que combine crescimento e superação da miséria, nos marcos de uma economia internacionalizada?** (...). **Falta reconstruir o Estado.** Por isso, **as próximas eleições são cruciais**, não só para determinar os rumos do país nos quatro anos seguintes, mas nas próximas décadas (...) essas não são eleições quaisquer. **Nelas, vamos escolher o Brasil que teremos nas**

primeiras décadas do século 21, se um país com um projeto nacional moderno ou se um país entorpecido pelo nacionalismo populista (...). (*Folha de S.Paulo*: 2-2). (GN).

Acompanhando essa linha de interpretação, Bresser Pereira abordava o tema das reformas estruturais no mesmo dia, 17/07, pela editoria *Mais!*.

(...) Em ambas as regiões [América Latina e Leste europeu], o ajustamento estrutural - ou seja, a muito necessária reforma do Estado - está sendo realizada. Estas reformas enfrentam obstáculos de todo tipo. Obstáculos originários de uma esquerda retrógrada(...), e de uma direita aproveitadora, que preda o Estado (...) **embora consolidado, o capitalismo latino-americano revela-se capenga, atrasado, produto de uma modernidade incompleta, marcado por desigualdade social selvagem e pelo populismo (...).** (*Folha de S.Paulo*: 6-3). (GN).

Quase dois meses depois, em 04/09, o professor da Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo, Eduardo Giannetti da Fonseca, discorria sobre o que ele considerava como a grande demanda da população brasileira: a estabilidade econômica. Em seu artigo *Eleitorado elege promessa de estabilidade* (editoria Dinheiro), afirmava que,

(...) **A população brasileira está absolutamente ávida por estabilidade.** O eleitorado atribui prioridade máxima ao combate à inflação e está registrando sua preferência pela moeda estável como o grande desafio nacional para o próximo governo. **Mais do que qualquer partido ou candidato, o que está sendo eleito é a promessa de estabilidade do Plano Real. O que está acontecendo no Brasil repete, de certa forma, o padrão observado em outros países latino-americanos.** A vitória folgada de Zedillo no México, apesar da recessão e da revolta de Chiapas, reflete a opção do eleitorado pela continuidade das reformas e pela estabilidade dos últimos anos. **O populismo redistributivista de Cárdenas foi rebaixado para o terceiro lugar nas urnas, com 17% dos votos (...).** **O grande consenso antiinflacionário está determinando os rumos da política na América Latina (...).** **A descoberta não resulta de pressão externa ou golpe ideológico - ela é fruto da experiência amarga com décadas de descontrolado e populismo (...).** (*Folha de S.Paulo*, seção Economia ilustrada: 2-4). (GN).

Como se vê, os artigos que denotavam estreitas afinidades com as avaliações econômicas contidas no *paradigma econômico*, opuseram o *populismo*⁶³ à estabilidade e às

⁶³ Ou, o que se considerava uma importante fonte de instabilidade econômica e do aumento da inflação, advindas de gastos públicos inconseqüentes.

reformas. O signo *populismo* era, assim, alçado à categoria de *símbolo do atraso* na América Latina e no Brasil, em particular, por esse tipo de análise.

Problematizando essas análises informadas por teses econômicas pró-mercado e anti-Estado, então (ou até hoje?) em voga, Luiz Gonzaga Belluzzo e Carlos Heitor Cony dialogavam com os seguidores dessas teses em artigos publicados após a vitória de Fernando H. Cardoso, no 1º turno das eleições. Nesse sentido, a percepção dos articulistas sobre a representação dada por determinados setores políticos e intelectuais às políticas que apresentavam uma efetiva regulação estatal (consideradas populistas), não deixava de revelar um questionamento à desqualificação operada pelos *bem-sucedidos e integrados*⁶⁴, contra as estratégias de desenvolvimento que concediam um importante papel ao Estado. O interessante nas passagens de seus artigos é notar que não escapava aos olhos dos autores a intencionalidade ideológica, marcadamente desqualificatória, que perpassava a utilização hegemônica da noção de populismo em vários discursos da época; inclusive, evidentemente, na própria *Folha*. Com efeito, a construção de uma polaridade entre *políticas voltadas ao mercado e populismo*, é claramente detectada pelos articulistas.

Assim, fazendo coro com Belluzzo, Cony escrevia, em 28/12, o artigo *Cidadãos e patrícios* (editoria Opinião). Abordava tanto a vitória da política neoliberal e os possíveis horizontes que esta vitória oferecia ao país, quanto ironizava o discurso hegemônico.

(...) a partir da próxima semana o Brasil iniciará a nova era, terá afinal o encontro com o futuro que nos foi prometido desde Pero Vaz de Caminha a Stefan Zweig. O populismo será enterrado e, com ele, a preocupação social - que todos sabemos - não é economicamente viável. Foi varrida da história a concepção do Estado paternalista que pretende distribuir a riqueza nacional entre todos os setores da sociedade. Aos competentes, aos aptos, as batatas. Aos excluídos - que continuem excluídos e não façam marola para atrapalhar o crescimento de nosso PIB. Uns 20 milhões de brasileiros terão maior garantia de progredir na vida e, se tudo der certo, poderão comprar Miami inteira (...). Bem, sobrarão uns 120 milhões de brasileiros que não sabem ao certo o que é neoliberalismo, mas terão de se conformar com a cidadania que substituirá o Estado paternalista. Seremos todos cidadãos, como nos tempos da Revolução Francesa. Mais um

⁶⁴ BELUZZO, Luiz Gonzaga. *Reflexões sobre a Era dos Dinossauros*. Folha de S.Paulo: editoria Dinheiro: 2-4. 13/11/1994.

pouco, com o sucesso do Estado neoliberal, voltaremos a ser "patrícios" como nos tempos do Império Romano. Desenvolvimento é isso aí (...). (*Folha de S.Paulo*: 1-2). (GN).

Como vimos, artigos como os produzidos por Belluzzo e Cony constituem-se numa manifestação rara nas seções de opinião. No noticiário político e econômico, e principalmente, nos editoriais, esse tipo de manifestação era escassa, se não mesmo nula. As argumentações de Belluzzo e Cony representavam - além de uma apropriação da noção de populismo destoante da convencional na *Folha* - uma nítida percepção sobre os instrumentos discursivos e simbólicos empregados por atores embebidos ou mesmo representativos da ideologia neoliberal dominante.

Por fim, podemos argumentar que, também, intelectuais identificados com a esquerda política da época, como Francisco de Oliveira e Maria da Conceição Tavares, por exemplo, concebiam o populismo como um fenômeno degenerado e fraudulento, que deveria ser extirpado da sociedade brasileira. Em geral, eram as teses *clássicas* que pareciam mover suas argumentações. Dirigia-se, preponderantemente, o rótulo de *populista* aos seus adversários, em geral, da direita. Entretanto, como temos visto, a *pedra* transformara-se em *vidraça* no discurso jornalístico hegemônico. Foram as bandeiras popular-democráticas, em geral, que sofreram com esse "prestigioso" qualificativo.

1.3 - Posições e atores políticos representados : de quem se diz

Para a presente seção propomo-nos apresentar o uso da noção de populismo, efetuado pela *Folha*, referente a três personagens políticos de relevância nacional, diretamente relacionados com a disputa ocorrida em 1994 à sucessão presidencial. Dois destes encontravam-se na posição de candidatos: Lula (PT) e Brizola (PDT). A outra figura política colocada em destaque na seção é a do, à época, presidente da República, Itamar Franco. Guardadas as diferenças existentes entre esses atores políticos - concernentes aos cargos que ocupavam, aos partidos políticos que pertenciam e às suas respectivas biografias - os aproximava a oposição às teses neoliberais (um tanto relativa no caso de Itamar Franco), oposição esta desqualificada pelo jornal como *atraso populista*.

É importante destacar que independente do fato de Franco ter apoiado seu ex-ministro da Fazenda, Fernando H. Cardoso, o qual, se constituía, também, no candidato preferido da *Folha*, o então presidente fora alvo de constantes críticas desferidas por esse jornal. Suas intervenções ou declarações favoráveis à intervenção em setores econômicos específicos, assim como as concessões de aumentos salariais, motivaram o jornal a questioná-lo freqüentemente em suas páginas. Pode-se perguntar: qual a relevância de analisar as matérias relativas a Itamar, já que não era candidato e apoiava a candidatura defendida pelo jornal? Ensaíamos a seguinte resposta: suas ações e aspirações governamentais revelavam, exatamente, o perfil político indesejado pela *Folha* para ocupar a Presidência da República, ou seja, uma postura desfavorável aos preceitos contidos na agenda reformista. É, nesse sentido, que podemos compreender a posição política do jornal e suas críticas, abertas ou veladas, aos opositores *populistas* da *modernidade* em um marco analítico mais amplo.

Subdividimos, portanto, a seção em *Presidente Itamar Franco, Lula e PT e Brizola e PDT*. Para a interpretação do tratamento dispensado pela *Folha* (e posteriormente pelo *JB*) a esses atores, incluímos editoriais, noticiário cotidiano e seções de opinião e debate, que os designassem como *populistas*. É na presente seção que o caráter desqualificatório dado ao termo apresentará sua face mais nítida, contraposto aos princípios político-ideológicos dominantes da época: "modernizantes", "racionais" e "responsáveis".

1.3.1 - Presidente Itamar Franco

1.3.1.1 - Editoriais

Em um conjunto de 27 editoriais da *Folha* que utilizaram a noção de populismo para interpretar algum fato cotidiano, 11 (onze) foram destinados ao presidente Itamar Franco. Nesse conjunto de editoriais prevaleceram as abordagens afins ao *paradigma econômico*.

Por ocupar o mais alto cargo público, evidentemente, Franco estaria sujeito a ser bastante mencionado pelos editoriais do jornal. Entretanto, a incidência majoritária de seu nome no corpo de editoriais que operavam com a noção de populismo é uma indicação de que os atos presidenciais foram fonte de preocupação e crítica, por parte da *Folha*. Ao

longo do ano críticas a Itamar Franco foram uma recorrência. No entanto, tendo em vista a operacionalização das estruturas redacionais aos fins da dissertação, lançamos passagens de editoriais publicados à partir de junho de 1994, devido a contundência de suas críticas.

No início do mês de junho, Franco havia protagonizado uma grande polêmica nas páginas do jornal. O presidente concedera por intermédio de uma medida provisória (já ultrapassada a fase de conversão de salários para a Unidade Real de Valor-URV) um cálculo para a conversão das mensalidades de escolas particulares favorável aos pais e alunos. Para a *Folha*, tal medida representava um *populismo demagógico e arbitrário*, por ter atingido tanto escolas que haviam aumentado as mensalidades de forma abusiva quanto as que não cometeram esse ato⁶⁵. Nesse ínterim, no domingo 12/06/1994, *De volta para o futuro* era o título do editorial que tanto reiterava o questionamento sobre a conversão das mensalidades escolares, quanto informava a preocupação com os possíveis efeitos para a corrida eleitoral advinda da postura de Franco. A despeito desses fatos que se consideravam negativos, a *Folha* revelava, também, sua posição otimista frente os rumos e horizontes do país.

A coincidência de eleições e plano econômico vem há meses gerando as mais descontraídas avaliações. Parece afinal incerto se a coincidência será positiva ou não. O certo é que a sociedade está enfasiada de soluções milagrosas e profetas de ocasião. As expectativas econômicas, em meio às incertezas criadas nas últimas semanas, revelam uma descrença inquietante e o temor de inflação significativa sob o real. **O pessimismo ainda predomina (...). Talvez consciente dessa dificuldade e, como o homem comum, céptico das argumentações tecnocráticas, veio ninguém menos que o presidente da República exigir providências mais imediatas e claramente populistas na regulamentação das mensalidades escolares.** Nesse momento de paixões acesas,(...), é preciso mais uma vez insistir no que ninguém pode negar (...): raras vezes esteve a economia brasileira tão próxima de uma estabilização duradoura, com condições objetivas tão favoráveis (...). Uma economia na qual aos poucos se promove um ajuste fiscal, crescem a produtividade e a competitividade e existem formas cada vez mais flexíveis de inserção internacional cria (...) condições mínimas para alcançar a estabilidade e retomar o crescimento (...). **Há também desafios enormes que ninguém teve a coragem de enfrentar até agora e cuja vergonhosa perpetuação coloca em xeque (...) a própria convivência social civilizada. É o caso, em especial,**

⁶⁵ Ver Folha de S.Paulo: editorial. *Nota zero*: 1-2. 09/06/1994.

da reforma do Estado e da construção das políticas sociais que ultrapassam a gestão emergencial de Itamar Franco (...) depois da década perdida, temos novamente a esperança de poder encarar de frente a viagem de volta para o futuro (*Folha de S.Paulo*: 1-2). (GN).

Ao menos um aspecto deve ser ressaltado sobre a posição política, ou linha editorial, da *Folha*, a saber, a argumentação introdutória. Percebe-se claramente não só a preferência política do jornal para a eleição presidencial, mas, também, a sua preocupação com a postura de Itamar Franco. Como se pode depreender das linhas introdutórias do editorial, o então presidente poderia gerar dificuldades à vitória eleitoral do candidato comprometido com o aprofundamento das reformas.

Dois dias depois, em 14/06, o editorial *Uma âncora para Itamar*, parecia alertar os membros da equipe econômica do governo federal sobre os possíveis riscos ao combate à inflação provenientes da postura política de Franco.

O presidente Itamar tornou clara desde a sua posse uma atitude de crítica aberta à política de juros altos. Tal atitude ajudou a economia brasileira a sair da recessão provocada pelo Plano Collor em 1990. Entretanto, o reaquecimento em 92 e 93 fez-se acompanhar de uma alta nas taxas inflacionárias. É a esses efeitos desastrosos do populismo que (...) Itamar insiste em dar as costas, invariavelmente no pior momento, como agora (...). O imediato pós-real(...), será no campo da política monetária um processo de aprendizado, de tentativa e erro. Nada pior(...), do que já começar errando, sinalizando antes do plano que o populismo talvez volte a ser prioridade na agenda econômica presidencial (...). Nesse momento de transição o governo poderá se permitir muitas coisas (por exemplo, esperar para ver a intensidade do consumo antes de sufocar o crédito à demanda). Mas que não se permita(...), sequer a hipótese (...) de que o governo não tem empenho máximo em dar à nova moeda a devida proteção contra a inflação. **Juros abaixo da inflação levariam a uma fuga rumo ao dólar, abalando a taxa de câmbio, ou seja, a própria "âncora" da estabilização. Antes que seja tarde, que se lance uma âncora para Itamar.** (*Folha de S.Paulo*: 1-2). (GN).

Similar à preocupação demonstrada no editorial de dois dias anteriores (12/06), este editorial questiona as iniciativas *populistas* de Franco, entendidas como ameaças à estabilização econômica e, evidentemente, à vitória de Fernando H.Cardoso no pleito que se aproximava.

Meses depois, o jornal voltava suas análises contra Itamar Franco utilizando o dispositivo lingüístico/ideológico populismo, só que para contestar ações de maior envergadura. Tratava-se, agora, de combater o aumento salarial concedido aos petroleiros⁶⁶. No dia 15/11, o editorial *Acordo a rever* informava sobre a possibilidade de revisão do acordo entre governo e petroleiros.

O governo tem uma boa oportunidade para rever o lamentável acordo fechado há pouco com os petroleiros. Itamar Franco convocou para amanhã uma reunião sobre o tema com quatro ministros e há informações de que o presidente poderia finalmente estar reconsiderando o resultado da negociação. Como se sabe,(...), **o governo concedeu inoportunas vantagens adicionais a uma categoria que notoriamente já dispõe de uma série de privilégios desconhecidos do cidadão comum. São benefícios particularmente condenáveis num momento em que a estabilização atravessa águas turbulentas (...) o acordo vem mostrar claramente a força do corporativismo no âmbito do Estado e a facilidade com que o governo escorrega para o clientelismo mais populista. Isso num momento em que o país,(...), cobra sinais inequívocos de compromisso com o saneamento e a racionalização do poder público, cruciais para a estabilização (...)** . Pode ser fácil comprar apoio com dinheiro dos outros, mas é também flagrantemente injusto. É toda população que vai pagar pelos **privilégios concedidos à corporação petroleira, (...)**. (*Folha de S.Paulo*: 1-2). (GN).

No último mês de seu governo, em fins de dezembro de 1994, Franco concedeu um aumento de R\$ 15,00 para o salário mínimo. Demonstrando a já recorrente posição contrária a esse tipo de medida, o editorial da *Folha* empreendia críticas contundentes, em título bastante sugestivo: *Troco populista*. Informava, entre outros, que o aumento atingia *os princípios de austeridade essenciais ao sucesso da estabilização*, criando um *rombo de cerca de R\$ 250 milhões na Previdência*⁶⁷.

Como vimos, a dicotomia "populismo" *versus* "reformas/estabilização" era recorrente no discurso da *Folha*. A apropriação da noção em conformidade com o

⁶⁶ O editorial de 12/11 apresentava uma argumentação recheada de símbolos e estereótipos desqualificatórios: *O acordo entre o governo e os petroleiros atropelou a direção da Petrobrás (...)* O desfecho das negociações mostrou claramente uma tendência à acomodação de interesses, se não ao populismo mesmo, por parte do governo. Foi um passo exatamente na direção contrária à das reformas que se esperam para o setor público. Para estabilizar o país é necessário sanear o Estado e, para tanto, combater o corporativismo, privilégios, gastos fisiológicos e clientelistas. Ver *Folha de S.Paulo*: editorial. *Papai Noel irresponsável*: 1-2. 12/11/1994.

⁶⁷ Ver *Folha de S.Paulo*: editorial. *Troco populista*: 1-2. 30/12/1994.

paradigma econômico, ou o ideário neoliberal, é explícita. Franco seria considerado adepto de práticas *populistas* por conceder aumentos salariais e intervir, ou pretender intervir, na economia. Note-se também que, em alguns editoriais, outros estereótipos foram empregados na classificação de medidas tomadas por Franco. O *corporativismo*, entre outros, constituiu-se, por seu turno, em um signo também bastante utilizado para a desqualificação de iniciativas como estas em tela.

No último editorial do ano (31/12), intitulado *Cargo, faixa e esperança*, a *Folha* realizava uma breve avaliação da gestão de Franco, denotando um tom substancialmente menos ácido.

Governo de emergência, mandato-tampão, populismo recalcitrante, a gestão de Itamar Franco à frente da Presidência da República chegou em certos momentos a assustar o próprio titular, que até cogitou de encurtar seu mandato (...). A maior virtude de Itamar Franco foi provavelmente (...) [sua] capacidade eminentemente política de saber responder às circunstâncias ouvindo e mediando pressões. Mas é evidentemente fácil, quando chega o final feliz, diminuir na memória o terror e o espanto das agruras passadas (...) [De qualquer modo] é forçoso reconhecer que aos poucos o presidente amadureceu não apenas um novo relacionamento com a equipe econômica, mas também alguma flexibilização doutrinária. Nesse campo, o maior destaque foi o significativo abandono das táticas de guerrilha psicológica contra setores econômicos. O velho Itamar queria, ou ao menos declarava querer, a repressão direta e implacável contra os remarcadores de preços, contra a indústria farmacêutica, contra o sistema financeiro e outros. O novo Itamar aceitou as regras do mercado e viu sua popularidade crescer com o sucesso de um plano que, na sua essência, foi desde o início um anti-Cruzado, sem qualquer repressão direta aos preços privados (...). Cinquenta e um meses depois, Itamar (...) transmite ao sucessor um cargo, uma faixa e, principalmente, uma enorme esperança. (Folha de S.Paulo: 1-2). (GN).

A mensagem do jornal é clara: as declarações e ações empreendidas pelo presidente no afã de controlar a economia eram *populistas* (ou como alguns outros editoriais do jornal sugeriram, assim como várias matérias e artigos, incorriam num *intervencionismo arbitrário*). No entanto, posições mais próximas à obediência da "lógica do mercado", supostamente racional, são concebidas como uma postura positiva e adequada. Do que se pode depreender do discurso da empresa, portanto, ao fim e ao cabo, o presidente cumprira

a função de promover menor instabilidade para a economia brasileira. Contudo, e evidentemente, o perfil político de Itamar Franco não representaria os rumos e metas a serem perseguidos pelo país na ótica da *Folha*.

1.3.1.2 - Noticiário cotidiano

O número de matérias do cotidiano político e econômico que dedicaram espaço à classificação de Itamar Franco como *populista* foi, proporcionalmente, menor que o dos editoriais: 6 (seis) matérias em um universo de 64 (sessenta e quatro) que utilizaram a noção. Também aqui no noticiário predominaram interpretações fundadas ou comuns às teses do *paradigma econômico*.

Em 25/03/1994, a seção Painel da editoria Dinheiro lançava a seguinte nota:

Questões reais

O boletim UpDate diz que "**declarações presidenciais de cunho populista sobre controle de preços como 'punição para os empresários maus' servem apenas para acirrar os ânimos e desviar a atenção pública das questões reais**". (*Folha de S.Paulo*: 2-2). (GN).

A interpretação demonstra estreita afinidade com o marco teórico do *paradigma econômico*. A nota revela, dessa forma, a concepção de que Franco estava a desconsiderar os chamados mecanismos de mercado, devido aos seus propósitos intervencionistas. Interessante observar que esta afirmação não parte diretamente do núcleo jornalístico da *Folha*. Porém, articulada a outras notas que compunham esta seção Painel, talvez possamos inferir que se constituía numa *representação copresente* (José Pinto; 1999). Ou seja, o jornal apropriava-se de teses ou declarações externas para sustentar sua própria visão. Nesse sentido, vale acrescentar que, em torno da nota sobre Franco, a seção dispunha observações feitas por instituições e membros da comunidade de negócios, como se vê abaixo:

Retórica útil

A Câmara americana [de comércio] diz que "o governo está deslizando para a cômoda retórica de culpar o empresariado pela alta dos preços" (...).

Sem personalismos

Adauto Ponte, da Abifa [Associação Brasileira de Fundição], diz que foi a Brasília terça-feira para exigir reformas institucionais e não para apoiar FHC. "Sem as reformas, o plano é um estelionato eleitoral", diz. (*Folha de S.Paulo*: idem).

Podemos supor que a seção está voltada para atingir um público em particular: a comunidade de negócios. Apresenta, assim, um marco referencial comum entre as informações e mensagens de uma seção - do caderno Dinheiro, que disponibiliza informações econômicas, evidentemente - e o seu respectivo público-leitor. Por outro lado, a figura do trabalhador não se faz presente nesse tipo de editoria. Como avalia Kucinski, aparece somente como um custo de produção (Kucinski, 2000: 187).

Denotando sentido similar ao encontrado acima para o populismo, e claro, para designar a postura de Itamar Franco, quase dois meses depois, em 20/05, uma nota da mesma seção Painel, na editoria Dinheiro, informava o seguinte:

Árbitro ideal

De Juarez Rizzieri, da Fipe [Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas], sobre a polêmica do reajuste dos aluguéis: "**O acerto está entre o populismo de Itamar e o realismo do [Milton] Dallari [então Secretário de Preços do governo federal]. O mercado é quem deve definir os preços**". (*Folha de S.Paulo*: 2-2). (GN).

Em uma reportagem que revelava a existência de divergências entre Franco e sua equipe econômica, a matéria intitulada *Presidente quer tabelamento dos juros e atropela equipe: Planalto pede regulamentação do artigo que fixa taxas em 12% ao ano*, de 11/06 (publicada na editoria Brasil), não deixava margem à dúvida sobre que lado o jornal concebia como correto.

A equipe econômica considera que está perdendo as rédeas do Plano Real. Depois de ter sido atropelada pelo presidente Itamar (...) nos aluguéis, mensalidades escolares e lei antitruste, a equipe encontra-se diante de maior ameaça, o tabelamento de juros. **Itamar pediu ao deputado Benito Gama (PFL-BA) que acelere a preparação de projeto de lei que regulamenta o parágrafo 3º do artigo 192 da Constituição, pelo qual os juros reais (descontada a inflação) não podem ser superiores a 12% ao ano (...).** Ocorre que o deputado havia recebido solicitação exatamente contrária do ministro da Fazenda, Rubens Ricupero, isto é, que atrasasse o máximo possível a apresentação do projeto (...). **Todos os integrantes da equipe econômica, sem exceção,**

consideram o maior absurdo a tentativa de tabelar juros. Acham que isso é teoricamente errado, inviável na prática e incorreto politicamente. Se (...) Itamar sustenta a visão populista de que os juros altos são provocados pela ganância dos bancos e a cumplicidade do Banco Central, os economistas da equipe acham que as taxas elevadas são consequência do estado inflacionário crônico da economia brasileira (...). Para esses economistas, não é preciso prender empresário para baixar preços. Para eles, os preços ficarão estáveis porque o déficit público está sob controle, a economia contida, sem excesso de demanda (...). (*Folha de S.Paulo*: 1-5). (GN).

Meses depois, em 13/11, já concluído o processo eleitoral para a presidência, a editoria Dinheiro publicava uma matéria que discorria, entre outros, sobre as mudanças na economia sinalizadas pelo candidato à presidência que sairia vitorioso das urnas: Fernando H.Cardoso. Itamar Franco não deixou de ser mencionado como um entrave para a antecipação dessas mudanças.

O fim dos indexadores oficiais só deve acontecer no início do próximo governo. Dificilmente **FHC** abandonará a estratégia que adotou enquanto ministro da Fazenda: criar expectativas favoráveis de médio e longo prazos e evitar providências radicais. **Ao invés de anunciar medidas concretas, divulga o compromisso de efetuar uma série de mudanças. Cria, com isso, um ambiente de distensão dos ânimos para o primeiro semestre de 95. A maioria do mercado acha que as alterações deveriam ser feitas já, pois a constatação lamentável é de que nada pode ser, no âmbito restrito da política econômica atual, sacado para amortecer as atuais pressões inflacionárias. Mas a antecipação das mudanças não se mostra exequível politicamente, pois colide de frente com o populismo da dupla Itamar-Ciro⁶⁸ (...).**

As passagens dessas matérias e notas possibilitam-nos a constatação de dois dados básicos, presentes no discurso da *Folha*: (i) o descontentamento da *Folha* com o fato de a Presidência da República, à época, ser ocupada por um *populista*, ou seja, um ator político que não se enquadrava apropriadamente ao que o jornal considerava como requisitos político-ideológicos necessários para a consecução das reformas pró-mercado. Dentro disso, a polarização entre o *populismo/irracionalidade*, de um lado, e o *saber técnico/racionalidade*, de outro, salta aos olhos. É interessante observar, nesse sentido, que uma das matérias chegava a sugerir um antagonismo entre a *irracionalidade* de Franco e o

saber técnico, eficiente, de sua equipe econômica. A "lógica do mercado", desconsiderada por Franco, seria entendida pelos interlocutores da matéria: a equipe econômica. (ii) A posição do jornal enquanto empresa, nitidamente favorável à postura e propostas políticas do presidente eleito, Fernando H.Cardoso.

A partir da análise dos dados apresentados até aqui e ainda com o *reforço* do caso específico de Itamar Franco, parece-nos lícito afirmar que norteavam a representação do populismo, fundamentalmente, algumas teses presentes no corpo do *paradigma econômico*, como também os imperativos abertamente neoliberais. Para sustentar essa afirmação, vale destacar que Bresser Pereira, um dos intelectuais que se coadunavam com as formulações do *paradigma econômico*, possuía livre trânsito nos espaços oferecidos pelo jornal à opinião e debates. No mais, não é difícil considerar este economista como um dos principais ideólogos da *Folha* no ano em questão.

1.3.1.3 - Seções de opinião e debate

De um conjunto de 123 (cento e vinte três) artigos dedicados à opinião formalmente externa ao jornal, cinco interpretaram o presidente Itamar Franco como *populista*. O *paradigma econômico* - ou neoliberal mesmo, como se pode depreender das argumentações de vários textos do jornal - mais uma vez, prevalecia na classificação do presidente como *populista*. O que importa a ser observado nas passagens dos artigos transcritos é a estreita relação existente entre suas interpretações e as presentes nas duas categorias de textos jornalísticos apresentados, anteriormente, para o caso de Franco.

Na abertura do ano de 1994, em 01/01, Roberto Campos, fazia um pequeno balanço político do ano anterior no Brasil, como, também, discorria sobre alguns dos males político-sociais vigentes. Em seu artigo *Um país anedótico* (editoria PAINEL), o então deputado federal pelo PPR do Estado do Rio de Janeiro, argumentava, entre outros, que:

Sim. O que houve de positivo foi uma bolha de crescimento, o auto-expurgo do Legislativo e o saldo comercial de US\$ 13,5 bilhões. Mas a inflação quase dobrou, a privatização se desacelerou, os dinossauros estatais continuam vorazes e o país se tornou cada vez mais anedótico (...). O auto-expurgo do Legislativo é saudável, desde que se tirem as conclusões corretas. A corrupção do Orçamento e das empreiteiras não é apenas uma depravação conjuntural e sim uma deformação

⁶⁸ Ciro Gomes, então ministro da Fazenda. Folha de S.Paulo, editoria Dinheiro: *Não há espaço para um choque de juro* : 2-7. 13/11/1994. Grifos nossos.

estrutural. O principal motivo é o excessivo tamanho do governo, que faz com que muitas empresas não possam sobreviver sem as boas graças do Leviatã. (...) Cassar mandatos de congressistas ou botar uma dúzia de empresários na cadeia satisfaz temporariamente os reclamos de justiça. Mas a corrupção voltará se não aplicarmos um tríplice remédio: (...) redimensionamento do governo, pela privatização e desregulamentação; (...) abertura à concorrência internacional, exatamente o contrário do que se está fazendo em telecomunicações; (...) pontualidade do governo, que gosta de antecipar impostos e postecipar pagamentos. (...) **Itamar é a favor dos monopólios estatais, mas admite que Fernando Henrique queira privatizar ou pelo menos flexibilizar. Com um comandante que não ultrapassou o nacional-populismo dos anos 50**, e um imediato obrigado a pregar hoje as doutrinas que ontem condenava, é escasso o perigo de melhorar. (*Folha de S.Paulo*, seção Tendências/debates: 2-3). (GN).

Cerca de três meses depois, em 02/03, a editoria Opinião apresentava, no texto *Muito longe da euforia*, algumas considerações acerca do plano de estabilização que estava para ser implantado. O receio demonstrado pelo articulista, Gilberto Dimenstein, com relação a possibilidade de Franco promover dificuldades para o êxito do plano (Real) era patente.

Não há motivos para euforia. O plano formalizado anteontem apresenta avanços e boas notícias - mas é apenas o começo. Há uma série de dúvidas cruciais, e a primeira delas é até quando (...) Cardoso fica no Ministério da Fazenda. Nem ele sabe com precisão. As boas notícias são óbvias. Não estamos, agora, diante de um pacote e as regras do jogo mudam lentamente. Priorizou-se o combate aos rombos orçamentários (déficit público). **A equipe técnica, escaldada com o fracasso do Plano Cruzado, tomou uma bateria de precauções. Por exemplo: cautela com os reajustes salariais e os juros, ambos capazes de detonar uma onda de consumo.** Existem ainda etapas delicadas para o plano (...). **E não podemos esquecer que o presidente se chama Itamar Franco (...).** Itamar (...) deu razoável autonomia de vôo para Fernando Henrique - até porque não tinha muita alternativa. Mas **suas intervenções pelos bastidores sempre demonstraram tentação populista, refreadas em parte porque seu ministro da Fazenda teve de jogar por várias vezes o cargo na mesa (...)** [Itamar, um] presidente cuja lucidez não é exatamente o ponto forte (...). (*Folha de S.Paulo*: 1-2). (GN).

Em artigo que ressaltava as, então, recentes mudanças ocorridas no capitalismo brasileiro, sob o título *A reabilitação do empresário*, Luis Nassif afirmava em sua coluna, de 08/05, entre outros, que:

À medida que a grande crise econômica dos países em desenvolvimento vai cedendo lugar a programas de estabilização, aparece uma vantagem comparativa expressiva do Brasil: a vitalidade de sua classe empreendedora, em contraste com a apatia e a falta de criatividade de seus colegas latinos. No entanto, os anos 80 foram marcados pelo mais profundo e radical discurso antiempresarial da história. Generalizou-se a imagem de que todo empresário era desonesto e reduziram-se as características empresariais a um arquétipo bizarro, um misto de malandragem com espírito de jogador (...). Entrando **nos anos 90, ocorre uma reabilitação do espírito empreendedor (...).** O **dinamismo do empreendedor brasileiro** é apontado como fator de esperança. **As reestruturações de empresas tornam-se exemplo de vitalidade, nos quais a parte mais saudável do setor público vai se espelhar (...).** O que deflagrou essa virada espetacular foi a soma de dois fatores: a crise financeira do Estado - esvaziando as burras do BNDES e do Tesouro - e a ação dos três últimos presidentes brasileiros. **Sarney e Itamar, por representarem a preponderância do político atrasado, populista e clientelista sobre a parte moderna da nação. Ambos vêem a economia,(...), não como geradora de riquezas e de emprego, como instrumento de desenvolvimento e de modernização. Mas como álibi para um futuro congelamento de preços que lhes garantissem as próximas eleições. Já Fernando Collor mudou o panorama por razões mais objetivas. Numa ponta, por seu discurso em favor da abertura da economia, com a montagem de Câmaras Setoriais e a implantação do processo de redução de tarifas de importação (...).** Sem o amparo castrador do Estado, [os empresários] tiveram que se virar. E aí tornaram-se gente grande (...). E as empresas que cresceram nos anos 70, movidas a anabolizantes estatais, ou se renovaram ou desapareceram (...). (*Folha de S.Paulo*, editoria Dinheiro: 2-3). (GN).

Duas idéias perpassam significativamente esses artigos: em primeiro lugar, o populismo aparecia como um estágio político-econômico ultrapassado, associado à idéia de intervenção estatal na economia. Distante e estranho ao que os articulistas consideravam necessário na conjuntura de 1994. Em segundo, Itamar Franco encarnava esse símbolo do *atraso*, constituindo-se também e contraditoriamente, numa ameaça ao programa de estabilização de seu governo.

Vale ainda notar a expressão utilizada por Nassif para referir-se à burguesia: *classe empreendedora*⁶⁹. O significado *laborioso* impera nessa construção simbólica sobre a

⁶⁹ NASSIF, Luis. *A reabilitação do empresário*. Folha de S.Paulo, editoria Dinheiro: 2-3. 08/05/1994.

classe, considerada, como se pode depreender do discurso do articulista, o "motor do desenvolvimento e bem-estar sociais".

Tendo por base a preponderância desse conjunto de idéias, tendemos a argumentar que houve uma grande comunhão entre algumas opiniões privadas e as interpretações majoritárias dos editoriais e matérias cotidianas que trataram Franco como *populista*.

1.3.2 - Lula e PT

À *persona* de Lula, ou ao PT, dois editoriais fizeram menção à existência de um suposto *populismo* em suas práticas. Como esses editoriais abordavam mais explicitamente a figura de Leonel Brizola, os dispomos na seção dedicada a esse ator político. Vejamos assim, as abordagens apresentadas pelo noticiário cotidiano e as seções de opinião.

1.3.2.1 - Noticiário cotidiano

Em um universo de 64 (sessenta e quatro) matérias que utilizaram a noção de populismo, 9 (nove) classificaram a candidatura Lula sob este signo. Desse conjunto, houve um relativo equilíbrio na inspiração interpretativa das matérias: 4 (quatro) denotavam afinidade com algumas teses do *modelo clássico* e 5 (cinco) com as do *paradigma econômico*.

Um interessante fenômeno a ser observado é a predominância dessa classificação dirigida ao candidato Lula em um período determinado, a saber, os meses de junho e julho. Sete matérias localizam-se nesse espaço de tempo. Talvez não seja desnecessário lembrar que este período consiste exatamente no momento inicial, de *aquecimento*, da corrida eleitoral, com candidaturas já definidas. Nesse sentido, os dados levantados pelo Datafolha, em 1994, trazem oportunas informações para a reflexão: entre os meses de abril e maio - que marca o início das sondagens realizadas pelo Datafolha à eleição presidencial - Lula encontrava-se numa posição bastante folgada frente os outros candidatos. Porém, entre junho e julho, as pesquisas apresentavam uma queda vertiginosa na intenção de voto para

Lula. Fernando H. Cardoso, por outro lado, crescia rapidamente nesse intervalo de tempo, a ponto de encontrar-se praticamente empatado com Lula em fins de julho⁷⁰.

Evidentemente, não queremos afirmar com isso que a designação de *populista* realizada nesse período tenha apresentado influência de tal magnitude nas intenções de voto. Não cabe uma hipótese desta natureza, entre outros, pelo simples fato de que o público-leitor da *Folha* é extremamente restrito a setores regionais e socioeconômicos específicos. Além disso, não temos instrumentos metodológicos capazes de avaliar o impacto das mensagens nesse público particular. No entanto, mesmo consideradas uma série de possíveis variáveis intervenientes, como a implantação do Plano Real, pode-se argumentar que, no mínimo, essa coincidência é bastante curiosa. Talvez, transcendendo um pouco os estritos fins dessa dissertação, possa-se sugerir que a presença do *populismo* no discurso da *Folha* configura um recorte minúsculo, mas sugestivo sobre a postura de diversas empresas de comunicação. A *Folha*, como outras empresas, contribuiu para a divulgação tanto de uma imagem positiva do candidato que veio a se sagrar vitorioso no pleito, quanto negativa de seus adversários (Lula, em especial)⁷¹.

Iniciamos com a exposição de passagens de matérias que demonstravam argumentos comuns às teses do *modelo clássico*, para concluirmos com as que se aproximavam do *paradigma econômico*.

Em 01/06/1994, a editoria Brasil publicava uma matéria intitulada *Desde criancinha*, abordando um ato da campanha de Lula.

Lula chegou à cidade de Prudente de Moraes, interior de Minas, no sábado passado. **Foi logo assumindo seu lado de animador de auditório, marca registrada de suas caravanas pelo país. Microfone em punho, passou a "entrevistar" pessoas que estavam ali. Tudo no melhor estilo populista (...).** (*Folha de S. Paulo*: 1-4). (GN).

Dias depois, domingo, 05/06, a mesma editoria Brasil, sob a legenda *Não se deixe enganar*, discorria sobre outro ato de campanha do candidato.

⁷⁰ Ver Anexo I.

⁷¹ A análise realizada por Albuquerque, por exemplo, traz à luz fecundas informações sobre a postura da Rede Globo relativa à eleição presidencial, entre os meses de março e maio. Ver ALBUQUERQUE, Afonso de. A campanha presidencial no "Jornal Nacional": observações preliminares.

Asfaltamento de ruas

Na última terça-feira, o candidato do PT à Presidência, (...) Lula (...) prometeu asfaltar as ruas de Samambaia, cidade-satélite de Brasília. "Tem que asfaltar, mesmo com asfalto de qualidade inferior". Asfaltamento de ruas não é atribuição imediata do governo federal, apesar de a Constituição até prever gastos da União para reduzir desigualdades regionais. Também não é possível imaginar que a Presidência possa se ocupar, administrativa ou financeiramente, das ruas de cerca de cinco mil municípios brasileiros. **A promessa, pontual e localizada, tem caráter populista. Um presidente tem que criar condições de desenvolvimento e de saneamento das finanças públicas em geral para permitir que esferas descentralizadas de governo tomem decisões de caráter local** .(Folha de S.Paulo: 1-7). (GN).

Na primeira matéria podemos perceber a classificação de Lula como *populista* a partir da apropriação de uma das premissas mais correntes da matriz teórica *clássica*: a relação pessoal e não mediatizada entre líder e massa. Observe-se, também, que esse tipo de relação é indicada na matéria como uma *marca registrada* de sua campanha.

Quanto a segunda matéria, uma das idéias que percorre a classificação é a *demagogia*. Vale aqui destacar duas coisas: em primeiro lugar, a matéria não desqualifica somente a "promessa" do candidato. É importante observar a argumentação conclusiva do jornal, que não só informa as atribuições de um presidente, como também, sugere, como implicação direta, que Lula não possuía conhecimento (quem sabe preparo?) sobre o papel a ser cumprido pelo mais alto magistrado da nação. Cabe mencionar um dado adicional: nessa mesma matéria do dia 05/06 que qualificava o ato de Lula como *populista*, questionava-se a proposta do candidato Brizola acerca da oferta de acesso especial a negros na universidade. Note-se, portanto, que somente esses dois candidatos foram colocados nesse quadro da editoria Brasil, com título tão eloqüente: *Não se deixe enganar*⁷².

No que se refere às matérias que demonstravam vínculos interpretativos com o *paradigma econômico*, pode-se destacar como traço característico o seguinte: todas, 5 (cinco), fundaram seus argumentos em declarações externas ao marco institucional do jornal. A maioria delas, 4 (quatro), estavam centradas em análises ou declarações de atores

⁷² Interessante e curioso observar que a "enganação populista" proposta por Brizola a respeito de uma política afirmativa para os negros, tornou-se atualmente, independente da controvérsia, uma bandeira de cunho democrático.

políticos estrangeiros (dois intelectuais, um jornalista e um membro da comunidade de negócios), enquanto uma matéria trazia a avaliação política de um intelectual brasileiro, Bresser Pereira. Com base nos editoriais que dispomos anteriormente, podemos afirmar que, se as designações à candidatura Lula como *populista* foram aqui realizadas por pessoas externas ao jornal enquanto instituição, podemos, no entanto, tratá-las como uma espécie de representação copresente - ou seja, matérias e notas que se utilizam do recurso de análises externas ao jornal para sustentar a sua própria interpretação. Observe-se, pois, as passagens das duas matérias que seguem abaixo.

(...) **Efeito Lula**

Thomas Trebat, do Chemical Bank, prevê que, em caso de vitória petista, haverá declínio do nível de investimentos privados e fuga de capitais. Ele acha que essa pressão faria Lula caminhar para o centro do espectro político.

Perda proporcional

O Chemical acredita que os prejuízos à economia brasileira seriam proporcionais ao tempo que Lula levar para adotar medidas pragmáticas de apoio à economia de mercado.

Hiato radical

Segundo a análise de Trebat, o período de política econômica populista seria apenas um "obstáculo temporário" ao processo irreversível de reformas estruturais⁷³ (...).

Como informado anteriormente, essa seção localizada na editoria Dinheiro caracteriza-se, fundamentalmente, como um espaço do jornal dedicado à oferta de informações dirigidas ao público pertencente à comunidade empresarial. A esfera econômica é representada e confunde-se, desse modo, com a posição social e atividades de uma classe específica: a burguesia, ou seus agentes operacionais. Desse modo, até mesmo a informação prestada é fundada em análises de setores dominantes da economia. O fato de Lula ser classificado, nessa seção específica, como um político *populista* - pois contrário às reformas estruturais - é bastante sugestivo para uma reflexão sobre o tipo de imagem transmitida pelo jornal a setores constitutivos dos centros de decisão econômica e política do país.

⁷³ *Folha de S.Paulo* : editoria Dinheiro. Seção Painel S/A : 2-2. 02/07/1994. Grifos nossos.

No dia seguinte, 03/07, a *Folha* publicava uma reportagem onde discutia-se a polarização política estabelecida entre as candidaturas Cardoso (PSDB), de um lado, e Brizola (PDT), Lula (PT) e Quéricia (PMDB), de outro. A reportagem apresentava o seguinte título: *Os dois lados da moeda: o real divide a sucessão e traz à tona o debate sobre a adesão do país ao Consenso de Washington* (editoria Mais!). Diz a matéria:

O real, que desde sexta-feira rege o cotidiano dos brasileiros, é o primeiro passo para estabilizar a economia e viabilizar a retomada do desenvolvimento do país, integrando a massa de miseráveis e desempregados (...)? Ou, pelo contrário, a nova moeda é o (...) embrião de um processo de radicalização do apartheid social que divide o país em dois mundos? (...). **Do lado do real está o senador (...) Cardoso, (...). Do outro, estão os seus adversários, Luiz Inácio Lula da Silva (...), (...) Quéricia (...) e (...) Brizola (...)** Une os três últimos a avaliação comum de que a nova moeda representa, mais do que a materialização de um plano eleitoral, algo muito mais profundo - o início da submissão do Brasil ao chamado Consenso de Washington (...). Não há entre os ideólogos de Lula, Quéricia e Brizola um que não veja na figura de Fernando Henrique a encarnação do Consenso de Washington entre nós. Pior que isso. Para PT, PMDB e PDT, o resultado lógico desse caminho (...) é o aprofundamento do apartheid social no país. Mais recessão, aumento do desemprego e marginalização crescente das camadas mais pobres da população (...). Diante de tais críticas, a resposta pelo lado do PSDB (...) "Trata-se de uma grande sacanagem", diz o economista (...) Bresser Pereira, coordenador financeiro da campanha de Fernando Henrique, "confundir o projeto do PSDB para o país com as teses canceladas pelo Consenso de Washington". **Segundo Bresser, PT, PMDB e PDT representam matizes diferenciadas de um mesmo "populismo arcaico". Todos os três estariam amarrados a uma concepção de Estado nacional-desenvolvimentista que está historicamente esgotada (...).** Adotada em mais de 60 países do mundo inteiro, a bula de Washington se transformou no verdadeiro esperanto da economia contemporânea. Fugir dela, tentar escapar a esse destino (...) talvez signifique cair na rota da "africanização", da exclusão definitiva do país do quadro do capitalismo. Este é o ponto que transcende as candidaturas FHC e Lula e as reduz a tentativas ilusórias de vencer a barreira do apartheid (...) o enorme dispêndio de energia de cada um que se põe a discutir as opções entre Lula e FHC talvez não passe de um esforço vão(...), uma ilusão necessária para driblar o desconforto causado pela idéia de que estamos apenas no início de **um processo inexorável (...).** (*Folha de S.Paulo*: 6-4). (GN).

Estas passagens da reportagem são expressivas. Contribuem para o elucidamento tanto do referencial analítico que a norteia, quanto da apropriação político-ideológica do signo populismo. Em primeiro lugar, o neoliberalismo constitui-se em evidente orientação interpretativa para a análise dos dilemas brasileiros da época. Em segundo, o uso das declarações de Bresser Pereira consiste em uma espécie de narração copresente, ou seja, serve ao propósito de legitimação acadêmico-científica (técnica e racional) para as argumentações conclusivas do autor da matéria. Em terceiro lugar, o populismo aparece como um oportuno dispositivo simbólico para a desqualificação das candidaturas opostas ao Plano Real e a chamada política reformista/modernizante. Uma expressão política arcaica, esgotada. Por último, é interessante notar as afirmações finais da matéria. Argumenta-se que os problemas e soluções para o país são comuns, independente das posturas políticas dos candidatos. Sendo assim, podemos deduzir que se fosse para aplicar a *receita* do ajuste fiscal, supostamente inescapável a qualquer candidato, melhor que o eleitor optasse por aquele que já tinha participado de sua implementação (no caso, Fernando H. Cardoso).

1.3.2.2 - Seções de opinião e debate

Dos artigos de opinião e colunas fixas que dispuseram a noção de populismo em suas análises (totalizando 123), 18 ocuparam-se da classificação de Lula, ou de seu partido, sob este signo, envolvendo em alguns casos, outras candidaturas. Evidentemente, tal fato denota o uso de um artifício generalizante; desqualificando os atores políticos que não estavam comprometidos com as chamadas reformas estruturais.

Integram os dezoito artigos, quatro tipos particulares de análise que conseguimos identificar, a saber: os dois hegemônicos, vistos até o presente momento - o *modelo clássico* e o *paradigma econômico* - que se apresentam, em geral, por intermédio da apropriação de uma e outra de suas teses. Outros dois tipos foram encontrados: um que vincula-se à *ênfase na ideologia*, revelando um laço de afinidade com a abordagem de Laclau. Diga-se de passagem, somente um artigo publicado no ano de 1994 se aproximava dessa matriz interpretativa sobre o populismo. E ele tratava exatamente de uma apologia à candidatura Lula. O outro tipo é o que podemos considerar como *auto-defesa*. Não se trata necessariamente da apropriação de idéias relativas a algum modelo de interpretação sobre o

populismo; mas refletia sim, mais apropriadamente, uma espécie de defesa da posição política do candidato e de seu partido. Formam esse tipo três artigos que demonstram o incômodo de membros do Partido dos Trabalhadores (inclusive o próprio candidato Lula) com a classificação de suas propostas como *populistas*, feita por vários artigos, colunas e o noticiário cotidiano. Dessa forma, do universo de 18 (dezoito) colunas e artigos, 14 (quatorze) possuem uma natureza desqualificatória.

Vejamos inicialmente passagens de um artigo próximo aos postulados do *paradigma econômico* e de dois que denotam alguma afinidade com o *modelo clássico*.

Em 03/07/1994, Eduardo Giannetti da Fonseca, no artigo *Mandela mostra o caminho para Lula*, abordava a incerteza econômica gerada pelo quadro sucessório do país. Com argumentos afins ao *paradigma econômico*, o articulista sugeria que Lula seguisse o exemplo de Nelson Mandela, abandonando o *populismo* em prol de propostas mais "realistas" e "frutíferas" para a sociedade brasileira.

(...) A maior fonte de incerteza sobre o futuro do real, (...), é a total indefinição dos demais candidatos à Presidência quando se trata de assumir uma posição clara e coerente frente ao desafio número um do país que é erradicar de uma vez por todas da praga inflacionária (...). A inflação cria uma atmosfera de desconfiança (...) [que inviabiliza] qualquer programa de ação de longo prazo. Mas a julgar pelo andamento das campanhas, é como se o problema já estivesse resolvido ou pudesse ser alegremente esquecido. Salta aos olhos, nesse sentido, a espantosa omissão do PT de Lula. O programa econômico do PT faz proezas incríveis quando se trata de prometer a geração de milhões de empregos e aumentos generosos do salário mínimo (...). O fato é que o PT não tem (...) mesmo a mais pálida idéia sobre como enfrentar o maior problema nacional. É pena que a liderança do PT não tenha aproveitado sua recente visita à África do Sul para aprender, como o recém-eleito presidente (...) Mandela, a mais relevante lição contemporânea - a arte de combinar racionalidade macroeconômica com iniciativas ousadas de política social. Não faz muito tempo, o partido liderado por Mandela era bem parecido com o PT de Lula. Pregava o repúdio da dívida externa,(...), bradava contra o neoliberalismo e hostilizava o capital externo com pérolas tão grotescas quanto essas que Lula continua espalhando por aí: "O capital é covarde e só vai para onde pode ganhar". Já no final da campanha presidencial, no entanto, o tom do discurso começou a mudar. Mandela percebeu que a chave do sucesso de seu governo,(...), estava na criação de um clima de estabilidade propício à

realização de novos investimentos. O elemento crucial para isso era assegurar que o livre mercado seria respeitado (...). **O que mais surpreende nisso tudo é que Mandela, com 27 anos de prisão nas costas e ampla maioria parlamentar, tinha todos os pretextos do mundo para embarcar numa orgia insana de populismo, vingança e distributivismo inconseqüente (...). Prevaleceu o bom senso e o respeito à lógica da situação econômica.** De certa forma, a conversão de Mandela à ortodoxia financeira e fiscal repete a trajetória percorrida pelo PRI mexicano nos anos 80 e pelo Partido Justicialista argentino após a eleição de Menem. O passado nem sempre condena. **É até provável que Lula (...), também chegue lá. Talvez seja uma questão de tempo. Para o Brasil, é claro, quanto antes melhor.** (*Folha de S.Paulo*; editoria Dinheiro, seção Economia ilustrada: 2-4). (GN).

Meses antes, em 10/04, o artigo *Militância e participação*, de José Arthur Giannotti, publicado na editoria Mais!, discorria também sobre uma inexorável sujeição às reformas a qual Lula deveria incorrer, com vistas à obtenção de governabilidade para sua gestão. Como desdobramento direto de sua argumentação, a candidatura Cardoso apresentava melhores atributos para a consecução destas reformas. Para além disso, Giannotti tecia críticas ao PT no que dizia respeito também a concepção de democracia presente nesse partido. Sua crítica coadunava-se, pois, com uma tese constitutiva do marco teórico *clássico*: a relação direta entre líder e massas.

(...) [O PT] nega qualquer autonomia do processo representativo como tal. Lembremos do calvário por que passaram os parlamentares petistas durante os primeiros anos de existência do partido. E até hoje a Direção Nacional se permite determinar o comportamento deles no Congresso (...). O que está por trás dessas restrições? Que a direção representa a suprema unidade ideológica e prática, que a democracia interna é capaz de constituir uma vontade geral, separada dos partidos como um todo. No fundo, para muita gente permanece a utopia da democracia direta. E como isto é impossível numa sociedade de massa, **a proposta é uma relação direta do governo Lula com o povo. Remeto à página 11 do Programa, quando a partir do princípio de que a participação popular só existirá quando houver transparência dos processos de decisão e ampla informação, propõe que o Governo Democrático Popular promoverá, já nos cem primeiros dias, normas de acesso dos cidadãos a toda sorte de informação, assegurando mecanismos permanentes que ponham a população ao alcance dos conhecimentos indispensáveis para o pleno exercício da cidadania (...). Note-se a ambigüidade da proposta. De um lado, propõe acertadamente difusão de informações, o que, como se sabe, é a melhor arma contra a fossilização burocrática; mas, de outro, procura uma relação direta do chefe e do governo com a própria sociedade, o que abre**

as portas para o populismo e o autoritarismo (...). São evidentes os perigos dessa forma de democracia (...). Sejam francos. Lula na presidência, seu governo provavelmente dependerá de uma guinada para a direita, a fim de conquistar a base parlamentar para as reformas sem as quais não conseguirá governar. Fernando Henrique na presidência, a guinada provavelmente será para a esquerda, pois somente assim poderá manter-se coerente com seu próprio programa social-democrata (...). (*Folha de S.Paulo*: 6-8-9). (GN).

A publicação deste artigo gerou uma significativa polêmica, em que se envolveram, posteriormente, nas seções de debates e idéias da *Folha*, Paul Singer⁷⁴ e Marilena Chauí. Arnaldo Jabor, por seu turno, apropriara-se do discurso de Giannotti para também criticar o PT em sua coluna⁷⁵. Na exposição do tipo de abordagem que chamamos de *auto-defesa*, reproduzimos algumas passagens da contestação aos argumentos de Giannotti realizada por Chauí.

Já concluído o processo eleitoral para a presidência, Luís Nassif apresentava algumas características que, para ele, marcavam a estrutura interna do PT e conduziram Lula à derrota. A idéia de manipulação, exercida por lideranças *populistas*, é imputada às práticas endógenas dessa organização partidária. Em 21/10, sua coluna na editoria Dinheiro - sob o título *O PT e a síndrome do escorpião* - afirmava, entre outros, que,

(...) Na base, o PT é evangélico, passional, facilmente ludibriável pelos populistas de plantão. No meio campo, dispõe de cidadãos consequentes, mas sem espaço de atuação. No topo, de dirigentes que ascenderam manipulando as bases e que passam a instrumentalizar o partido em seu próprio benefício (...). **O partido pagou a conta de ter substituído o discurso da cidadania pelo do corporativismo. Mas os dirigentes garantiram o seu. No fundo, as práticas políticas internas do PT são filhas diretas da mesma estrutura mental que gerou coronéis nordestinos e toda a tradição corporativista brasileira.** (*Folha de S.Paulo*: 2-3) . (GN).

Vistos os dois padrões preponderantes de utilização do signo *populismo* para Lula e seu partido, em 1994, observemos agora algumas passagens de três artigos que possuíam um caráter abertamente favorável a esses dois atores políticos.

⁷⁴ Ver SINGER, Paul. *Liberalismo e mobilização*. Folha de S.Paulo: editoria Mais! : 6-7. 17/04/1994.

⁷⁵ Ver JABOR, Arnaldo. *Intelectuais querem casar esquerda e direita*. Folha de S.Paulo: editoria Ilustrada: 5-10. 19/04/1994.

Em 20/06, Florestan Fernandes fazia, em sua coluna fixa de segunda-feira, uma apreciação da postura política de Lula, observando alguns traços da relação que esta liderança estabelecia com as camadas populares. É relevante destacar que este artigo, intitulado *O discurso de Lula*, constituiu-se no único exemplar de uma análise política que se apropriara da noção de populismo nas páginas da *Folha*, com elementos argumentativos muito afins à ênfase na ideologia e à abordagem de Laclau, em especial. Aquilo que Laclau considera como um dos elementos constitutivos do populismo - a articulação entre as interpelações de classe e as interpelações popular-democráticas⁷⁶ - não deixa de atravessar a argumentação de Fernandes, mesmo que de forma indireta.

Nada é mais revelador que o discurso de um candidato à Presidência. Ele pode esconder ou revelar o candidato - sua integridade, sua devoção às causas que propõe, sua identidade com os que ouvem. O discurso pode ser um ato de reciprocidade, apesar de a pessoa que fala ficar em um palanque e distante da maioria dos ouvintes. **O discurso do dia 12 deste mês colocou Lula diante de uma massa compacta, calculada em 50 mil pessoas.** Ele já perdeu os ares toscos do início da carreira. **É competente no manejo da linguagem e da forma de compartilhar os sentimentos, estados de espírito e esperanças com aqueles que buscam em suas palavras razões para acreditar que não são párias rejeitados nem vítimas do "inferno da terra". Como João Batista, propaga acusações que fazem estremecer os que são puros ou perseguem a purificação. Como Cristo, oferece a outra face e prega aos "malditos da terra". Esse circuito esgota o substrato do seu compromisso íntimo com o populismo dos de baixo (...)** há o Lula irônico, que não perdoa os seus detratores e os denuncia com aparente serenidade. As elites políticas das classes dominantes recebem o seu quinhão de respostas ácidas ou polidas, mas sempre devastadoras: experimentam o punho forte do adversário e vêem-se lançadas ao ridículo, que o povo espera e aplaude (...) **[Lula] Pretende que [o povo forme] o seu partido de esquerda (a sua proposta está no PT) e, através dele, se tornem aptos a ir da revolta surda ou do sofrimento complacente às reformas necessárias e, destas, às transformações profundas,** que modificam os agentes humanos e expurgam as civilizações da carga de barbárie. **Esse contraste no falar, combinando o cotidiano, o prosaico, o complexo e o grandioso,(...), projeta-o como um catalizador na imaginação popular** . (*Folha de S.Paulo*, editoria Opinião: 1-2). (GN).

⁷⁶ Articulação que o autor sugere ser estabelecida entre um projeto e discurso classista com os valores, experiências e discurso dos setores populares. LACLAU, Ernesto. *Política e ideologia na teoria marxista : capitalismo, fascismo e populismo*. P. 179.

Como quarta e última categoria de apropriação da noção em torno das figuras de Lula e de seu partido, vejamos a *auto-defesa*. Como o anterior, corresponde a uma tentativa de exaltação do candidato e do projeto e práticas internas do PT. Mas não só. Também refletia, como assinalado anteriormente, uma resposta, ou defesa, às críticas recebidas.

Na seção Opinião de 18/01, Gilberto Dimenstein discorria em seu texto, *Fernando Henrique não está bem*, sobre a preocupação do PSDB e de Cardoso, em especial, em desqualificar a capacidade do PT para administrar o país. Visava-se com essa desqualificação abrir um campo político distinto e polar à candidatura Lula, com vistas à campanha presidencial que estava por iniciar-se. O que mais chama a atenção no texto é, pois, o fato do autor ter aberto espaço à opinião de Lula. Este, por seu turno, não deixou de alfinetar o então ministro da Fazenda e pré-candidato à presidência, assim como as pessoas e instituições que definiam sua posição política como *populista*.

A sucessão presidencial não está fazendo bem ao ministro (...) Cardoso. E a prova disso estava estampada ontem nos jornais: resolveu duelar com (...) Lula (...), chamando-o, em essência de despreparado. Ao cutucar o PT, provocou mais um atrito desnecessário - o partido tem demonstrado a disposição de dar apoio ao plano contra a inflação. **Em contato com Lula, óbvio, reagiu:** "Ele deveria ter a consciência de que, antes de ser candidato, é ministro". Acrescentou: "E, como ministro, tem um fracasso a administrar, que é a inflação de 40%". **Sobre o fato de Fernando Henrique participar de distribuição de cestas básicas em Pernambuco, ironizou: "Se fosse o Lula, iam dizer que era populismo e demagogia" (...).** (*Folha de S.Paulo*: 1-2). (GN).

Respondendo às críticas feitas por Giannotti ao PT, no artigo intitulado *É o lado professoral autoritário que se vê no ataque ao PT* (editoria Mais!), de 26/04, Marilena Chauí discorria tanto sobre as razões que identificava para a difusão de críticas no seio da intelectualidade, quanto questionava o rótulo de *populista* empregado por Giannotti. O embate político e simbólico fica nítido nesta polêmica, pois a autora trás para a discussão o mesmo referencial adotado no texto de Giannotti para a noção. Referencial este que se fundamenta em uma tese *clássica*, a saber, o caráter autoritário do populismo. Percebe-se, dessa forma, o desconforto que este signo proporciona(va) ao destinatário; ao menos, tal como ele fora construído na abordagem de Giannotti.

Sem dúvida, a política brasileira sempre careceu(...), da verdadeira prática da representação, na medida em que a tradição partidária sempre operou com a relação de favor (partidos conservadores), de tutela (partidos populistas), de cooptação dos setores organizados da sociedade (partidos de centro) e de substituição pedagógica (partidos vanguardistas de esquerda). Sem dúvida, a primeira modalidade se concretiza no PFL, a terceira, no PSDB, enquanto a quarta espreita o PT. Mas se a prática da representação é um problema geral, caberia aos intelectuais analisá-lo por inteiro, em lugar de exigir apenas do PT que o resolva sozinho e para todos. Por que a discussão não é trazida a estes pontos? Por que a desqualificação política do PT parece prioritária? (...) [Há uma ambigüidade que] consiste no fato de que aquilo que é apresentado sob a forma de um elogio converte-se, imediatamente, numa crítica. Alguns exemplos (...)

-diz-se o elogio: "o PT é o único partido político que, inegavelmente, possui bases sociais organizadas e luta para que a auto-organização social e popular, sob a forma de associações, entidades de categoria e movimentos, seja ampliada". Donde a crítica imediata: "portanto, é basista e populista, incapaz de operar com a idéia moderna de representação".

(...) Percebe-se,..., que embora se fale em "totalitarismo",(...),"corporativismo", "basismo populista",(...), há o sentimento difuso de que o PT existe verdadeiramente como sujeito político democrático numa relação (...) de reciprocidade com que a sociedade lhe diz através da opinião pública. Mas, se assim é, como explicar a desqualificação do PT por alguns intelectuais? É [O] (...) lado professoral que aparece nos artigos dos intelectuais - e não só nos últimos dias, mas em todas as campanhas eleitorais - quando nos ensinam o que é verdadeiramente política e como o PT está despreparado para ela. Do tom professoral à desqualificação do interlocutor só há um passo. E tem sido dado. Afinal, um partido cuja modernidade é irrecusável, uma vez que sua ação dirige-se prioritariamente para a criação da sociedade civil como pólo instituinte de direitos, (...), para o reforço dos movimentos sociais, (...), é **um partido que não poderia receber o adjetivo "atrasado", a menos que seus adversários não aceitem a modernidade política (...)**. (Folha de S.Paulo: 6-9). (GN).

Vê-se, assim, que mesmo para rebater a crítica dos oponentes políticos, que usam e abusam da noção de populismo - invariavelmente empregando o rótulo aos atores políticos que se encontra(va)m na esquerda do espectro político - o populismo, em si mesmo, é descartado. A força do *modelo clássico* impele o próprio *ofendido* a tratá-lo como um símbolo do atraso e do autoritarismo.

Interessante notar, por fim, que a articulista ilustrava, na introdução do texto, os partidos que viriam a compor os tipos de organização partidária por ela descritos. Entretanto, a segunda modalidade que Chauí indicava (*partidos populistas*, marcados pela tutela dos setores sociais) não fora mencionada. Será que este(s) partido(s) não existia(m) no país, ou -em vista de um processo eleitoral que se aproximava- era estrategicamente impróprio destacá-lo(s)? Com base no marco teórico que a autora fundamentava sua argumentação, talvez não seja difícil imaginar quem (ou que partido) representava esse perfil político...

1.3.3 - Brizola e PDT

1.3.3.1 - Editoriais

Do conjunto de 27 (vinte e sete) editoriais, 3 (três) definiram o então governador do Estado do Rio de Janeiro como populista. As idéias que percorrem essas estruturas redacionais coadunam-se, em geral, com algumas teses, fragmentadas, do *modelo clássico*. São ressaltadas fundamentalmente as seguintes idéias: debilidade organizacional dos partidos; prevalência do líder sobre as regras e normas internas ao partido; nacionalismo; e modelo de desenvolvimento historicamente marcado (anos 50) e, com efeito, superado. Em alguma medida, essa última idéia associada a outra, o *estatismo*, também destacada em um editorial, pode, por outro lado, aproximar-se das análises do *paradigma econômico*. Contudo, como estes supostos traços característicos do fenômeno encontram-se nos dois modelos de interpretação sobre o populismo - tendo sido dispostos nos editoriais sem maiores desenvolvimentos argumentativos - parece-nos prevalecer o *modelo clássico* na interpretação do jornal sobre a posição política de Brizola. De qualquer modo, e genericamente, imputava-se um caráter *atrasado* a esse ator político. Ultrapassado no âmbito econômico, devido ao fato de Leonel Brizola se opor aos preceitos hegemônicos privatizantes e no âmbito político, onde é salientada sua desconsideração à democracia partidária interna.

Há que se ressaltar que nas duas oportunidades em que o PT foi incluído em editoriais que operavam com a noção de populismo era associado à *persona* de Leonel Brizola, como veremos nas passagens do segundo editorial posto em destaque.

Sob o título *Liquidificador eleitoral*, o editorial de 08/04/1994 abordava a questão das prévias eleitorais e dos debates em torno da formação de alianças partidárias para a disputa eleitoral à presidência. Criticava-se veementemente a forma com que estava sendo conduzido o processo no PMDB -caracterizado, segundo a *Folha*, por uma restrição do eleitorado participante das prévias-, e a aliança aventada pelo PDT de Brizola. A crítica ao sistema partidário brasileiro é o traço marcante desse texto jornalístico. No mais, Brizola não deixava de ser desqualificado politicamente.

(...) A salada eleitoral, já apontada por esta Folha, continua a ser misturada no prato algo indigesto das coligações. **Agora, Brizola quer emendar seu PDT ao PPR de Maluf -colcha de retalhos de resto fora de moda, pois inspirada em modelo populista dos anos 50 (GN).** Até outubro chegar, é possível que o liquidificador eleitoral reduza a trapos o que hoje pomposamente se chama de sistema partidário brasileiro. Resta saber se acordos de ocasião continuarão a ser uma rotina da política brasileira ou se, ao contrário, em nome da transparência e dos interesses dos eleitores, as legendas políticas irão ganhar mais consistência a partir da posse dos eleitos, no ano que vem (*Folha de S.Paulo*: 1-2).

Dois dias antes de realizar-se e decidir-se a eleição presidencial em 1º turno, o editorial *Espólios à vista* (01/10) discorria sobre os resultados da pesquisa Datafolha. O jornal analisava, entre outros, a quem se destinaria o legado *populista* de Brizola.

A mais recente pesquisa do Datafolha, concluída ontem e que se publica hoje, reforça a hipótese de que o pleito presidencial se decida já no primeiro turno (...) convém até deter-se menos na questão do primeiro turno e mais no cenário que se repete, por trás dos sucessivos retratos: **a política nacional pode mergulhar num vácuo de lideranças entre os partidos derrotados. Parece claro que nem (...) Quéricia (PMDB) nem (...) Brizola (...) escaparão de um naufrágio eleitoral de graves conseqüências políticas. No caso de Brizola, pela idade e por ser a segunda derrota consecutiva em pleitos presidenciais, a lógica manda dizer que terá sido a sua última tentativa. Tende a abrir-se, portanto, o espólio, se não do PDT, (...), pelo menos do populismo.**

O populismo, de que Brizola é a expressão acabada no Brasil, sempre teve uma presença importante na América Latina e, por mais que os estudiosos periodicamente o dêem por morto,

sempre ressurge com alguma força mais adiante. **Difícil é determinar, por antecipação, quem herdará tal espólio e com base em quais apelos. O PT seria um candidato natural, pelos seus componentes nacionalistas e estatizantes, a incorporar o ideário e as bases brizolistas, semelhantes a certas fatias do PT (...).** (*Folha de S.Paulo*: 1-2). (GN).

1.3.3.2 - Noticiário cotidiano

As oito matérias que integram a classificação do discurso e ações políticas de Brizola e seu partido como populistas são, predominantemente, marcadas pelo signo do *atraso*. Algumas destas matérias, devido a uma menção breve desses atores no corpo dos textos, não possibilitam identificar de forma mais clara a fonte interpretativa que atravessa as argumentações. Como a idéia de *atraso* pode percorrer tanto as interpretações tipificadas pelas teses das abordagens do *modelo clássico* quanto as do *paradigma econômico*, tendemos a considerar que, no geral, a ideologia dominante, neoliberal, presente no discurso jornalístico também contribuiu substantivamente para tal designação. Não obstante, os traços fragmentados das análises *clássicas* detém grande força na abordagem dos textos. Convém destacar, ainda, que uma matéria apresentou uma natureza particular, de teor favorável a Brizola, guardando, no entanto, um vínculo estreito com um elemento do populismo apontado pelo *modelo clássico*: o carisma.

Ademais, faz-se necessário salientar duas coisas: em primeiro lugar, a maioria das matérias (cinco) apresentavam a classificação deste ator político por intermédio de interlocutores externos ao marco institucional da *Folha* - quatro explicitamente, com base tanto na fala de dois membros do PT quanto de dois membros do *campo intelectual*, Bresser Pereira (esse identificado abertamente com o PSDB) e Boris Fausto, e uma matéria apresentada de modo vago e abrangente. Em segundo, duas matérias associavam tanto o PDT de Brizola quanto o PT de Lula ao campo do *nacionalismo populista*. Uma de forma explícita, exatamente a que estabelecia Bresser Pereira como interlocutor (já vista anteriormente) e outra de maneira indireta, como veremos mais abaixo.

Em 03/07/1994, publicava-se uma entrevista, pela editoria Mais!, com Mangabeira Unger, então membro da campanha de Brizola à presidência. Vejamos as notas introdutórias à entrevista - intitulada *O ideólogo da terceira via: Mangabeira Unger, do PDT, expõe projeto alternativo a Lula e FHC* - para percebermos como o jornalista, através

de uma difusa (e difundida) construção simbólica externa ao jornal, concebia a figura de Brizola.

"A ladainha brizolista das perdas internacionais nunca foi tão atual, justamente agora que saiu de moda". Quem fala é o cientista político Roberto Mangabeira Unger,(...). Correndo por fora no debate sobre a sucessão presidencial, Mangabeira continua sendo o maior ideólogo do candidato Leonel Brizola e o consultor preferido do presidenciável do PDT. Na entrevista que segue,(...), **Mangabeira (...) diz que Brizola é o presidenciável "menos suscetível de conformar-se ao Consenso de Washington", que ele vê representado na figura de Fernando Henrique (...).**

Brizola, apesar de ser considerado à esquerda e à direita um representante do velho populismo que a história atropelou (...). (*Folha de S.Paulo*: 6-5). (GN).

Analisando a perda de expressão política de Brizola no reduto político-eleitoral do início de sua carreira política, a matéria *Brizola vive o caso na região Sul*, de 07/08, apresentava alguns argumentos para a ocorrência desse fenômeno. Em um deles, vemos, nitidamente, uma idéia, fragmentada, do *modelo clássico*.

(...) [O] ambiente político que se respira nesses Estados talvez seja (...) expressivo. "Brizola deixou de ser um mito e tornou-se apenas um candidato", diz o deputado federal e ex-ministro da Previdência Antônio Britto (PMDB), candidato favorito até agora ao governo gaúcho. Reforça o principal adversário de Britto, o ex-prefeito de Porto Alegre **Olívio Dutra (PT): "O discurso dele envelheceu, como todos os discursos tradicionais"**. Olívio atribui o ocaso do brizolismo também ao desgaste inevitável de quem exerceu dois mandatos no Rio, "um Estado complicado" (...). **Outro petista, o prefeito porto-alegrense Tarso Genro, prefere uma análise mais sociológica e que, como é natural, favorece o PT.**

Tarso acha que o fato de o PT ter criado em Porto Alegre o chamado "Orçamento participativo" cortou a jugular do populismo, característica central do brizolismo (...). Na teoria, ao menos, Tarso tem razão. Uma das fontes em que bebe o populismo é a intermediação, pelos caciques políticos, de serviços e/ou obras. **O que é dever do Estado vira benesse obtida graças a um determinado dirigente local, regional ou nacional do partido no poder (...).** Se o ocaso do brizolismo até aqui antevisto se concretizar nas urnas, fica difícil adivinhar quem herda o espólio. **O PT gaúcho conta ficar pelo menos com os quadros mais ideológicos.** Cita o fato de o vice de Olívio ser o deputado federal Éden Pedroso, eleito pelo PDT (...). (*Folha de S.Paulo*, Caderno Especial: 7). (GN).

Percebe-se como a apropriação de um discurso externo ao jornal pode servir à sustentação da própria visão do emissor da mensagem. Além disso, note-se que o autor da matéria, numa operação discursiva, relativamente, similar a realizada em editorial visto anteriormente, associa, ao final do texto, elementos do brizolismo com o PT. A partir dos dados apresentados, não é difícil considerar que estes elementos são o *nacionalismo* e o *estatismo*, a despeito do próprio tom crítico apresentado nos discursos dos membros do PT gaúcho ao "populismo brizolista".

Guerrilha urbana. Este é o título de uma matéria publicada em 08/06, que representava a única que dispôs a designação de *populista* para Brizola sob um formato discursivo favorável. Mas, uma tese do *modelo clássico* faz-se presente: o carisma do líder.

(...) O último populista

Digam o que disserem, Leonel Brizola sabe das coisas da política. O último dos grandes populistas do Brasil participou ontem da série de encontros com presidenciais na Associação Comercial do Rio (...). Em tudo um grande orador. De uma oratória à antiga, mas que agora, depois de cinco anos e depois de Collor, não parece mais tão atrasada. Ele sabe como dar um jeito de falar o que deseja, mesmo quando não perguntado (...) coisas como dizer que o seu governo não foi pior do que o de ninguém. "Até Tasso Jereissati pegou dengue", lembrou, rindo.

E o grande golpe, o maior. Perguntado, obviamente, sobre a violência carioca e a sua responsabilidade por ela, começou lendo um texto de imprensa em que alguém descrevia o horror dos crimes no Rio de Janeiro, com todos os detalhes de hoje. Ao final, deu a data: "Isso foi no dia 7 de janeiro de 1981." **Aquela mesma platéia, formada por empresários nada satisfeitos com o seu governo, rendeu-se - e aplaudiu a esperteza.** (*Folha de S.Paulo*, editoria Brasil: 1-8). (GN).

1.3.3.3 - Seções de opinião e debate

Dezesseis (16) artigos de opinião, e/ou colunas fixas, interpretaram as ações e perspectivas políticas de Brizola e de seu partido como *populistas*. A maioria fora publicada no período correspondente aos meses de setembro a dezembro, ou seja, iniciou-se a partir da proximidade das eleições. Talvez três razões possam ser sugeridas para a compreensão desse fato: em primeiro lugar, a eleição presidencial foi marcada por uma polarização entre Lula e Fernando H.Cardoso. Em segundo, ressalte-se que no ano de 1994

realizaram-se, também, eleições para os governos dos Estados. Os artigos demonstravam, dentro disso, uma preocupação com a situação do Estado do RJ, criticando-se, com efeito, a administração de Brizola. O seu *populismo*, assim, era tido como um risco no restrito âmbito estadual. Por último, passadas as eleições, alguns artigos discutiam o futuro de Brizola e de seu *populismo*.

Quanto aos tipos de abordagem verificados nesse conjunto de artigos, podemos categorizá-los do seguinte modo:

- i. Nítida influência do marco teórico *clássico*. As abordagens que apropriavam-se de uma e outra de suas premissas foram preponderantes na classificação de Brizola e seu partido como *populistas*, totalizando 9 (nove) artigos.
- ii. Estreita afinidade com as análises do *paradigma econômico*, totalizando 4 (quatro) artigos.
- iii. Outros três artigos não apresentavam uma fonte interpretativa muito clara, mas, de qualquer modo, o símbolo do *atraso* é marcante. Nesses últimos casos, a dificuldade em se identificar mais precisamente a fonte interpretativa deve-se ao fato de que esses artigos não apresentavam um desenvolvimento argumentativo capaz de propiciar tal identificação. Contudo, não é desnecessário lembrar que o *atraso populista* pode ser um símbolo imputado a algum fenômeno, ou ator político, por qualquer análise que parta de teses concernentes a esses dois modelos de interpretação, a despeito das razões e motivações político-ideológicas do analista.

É importante ainda destacar que um artigo, não localizado nesse conjunto de textos, constituía-se numa espécie de resposta às classificações de *populista* imputadas a Brizola, classificações estas fundadas, principalmente, no *modelo clássico*. Essa resposta fora realizada pelo próprio Brizola.

Vejamos, pois, passagens de quatro artigos: um que demonstra afinidade com o *modelo clássico*; outro com o *paradigma econômico*; um que podemos chamá-lo de *misto*, onde a fonte interpretativa mostra-se obscura, mas a idéia de *atraso* é bastante nítida; e por fim, a *auto-defesa* empreendida por Brizola.

Constituindo-se num tipo preponderante de análise, remetendo o leitor à idéia clássica de demagogia, o artigo de Hélio Jaguaribe, intitulado *O Rio dominado pelo crime*, questionava a gestão de Brizola à frente do governo do Estado do Rio de Janeiro. Publicado em 01/11/1994, na editoria Painei, o artigo afirmava, entre outros, que:

As favelas cariocas de hoje apresentam certa analogia com o acampamento de Canudos. **A mais inequívoca e ostensiva característica do Grande Rio de Janeiro, presentemente, é o fato de se encontrar sob o domínio do crime organizado (...). O crime regula a vida da cidade, impondo, a seu arbítrio, interdições no uso de determinadas áreas.** Tiroteios se tornaram parte da rotina urbana, não-somente nas favelas, mas no próprio centro urbano, em Ipanema, nos túneis, na Linha Vermelha. Crescem em escala geométrica os assaltos, sequestros e assassinatos (...). Nenhuma cidade com pretensões à condição civilizada(...), esteve submetida, tão ampla e impunemente, como o Rio, ao domínio dos bandidos. **Como se pode chegar a tal situação? Como sair dela? O domínio do Rio pelo crime, como todos os fenômenos sociais mais complexos, decorre da conjugação de muitos fatores** e requer, para sua análise, que se diferenciem distintas camadas de profundidade (...) (*Folha de S.Paulo*, seção Tendência/debates: 1-3).

Após discorrer sobre algumas razões para tal fenômeno, o articulista argumenta que:

Mencione-se, finalmente, o fenômeno do brizolismo, que tem, direta ou indiretamente, controlado a política do Estado nos últimos 12 anos, o qual, independentemente das boas intenções sociais de seu líder, resultou num populismo das massas marginais, no âmbito das quais opera o crime organizado, gerando, assim, situações em que a repressão a este suscita naquelas efeitos negativos (...). (*Folha de S.Paulo*: idem). (GN).

Alguns meses antes, em 10/07, inserido no contexto das campanhas à presidência, Bresser Pereira questionava a concepção político-econômica dos opositores do candidato do PSDB, Fernando H.Cardoso. Publicado na editoria Painei, seu artigo *Consenso do atraso*⁷⁷ apresentava argumentações afins ao *paradigma econômico*:

Transformou-se em moda, entre certos intelectuais que apóiam Lula, Brizola e até Quércia, afirmar-se que a candidatura Fernando Henrique representaria o Consenso de Washington no Brasil (...). Nesta Folha, no caderno Mais!, esta perspectiva foi apresentada com grande estardalhaço. Não apenas (...) **Cardoso seria um conservador neoliberal, mas seu plano de estabilização - o Plano Real - também seria uma manifestação daquele consenso. Minha**

⁷⁷ Diga-se de passagem, detentor de um título bastante sugestivo à reflexão sobre o teor das críticas.

primeira reação, quando li tais sandices, foi ignorá-las. Revelam um tal desconhecimento do que seja o neoliberalismo e indicam um tal apego a idéias arcaicas, a um nacional-desenvolvimentismo esquerdista dos anos 50, que não pude evitar a sensação de **estar diante de um consenso do atraso.** Atraso misturado a razões eleitorais. Entretanto, é preciso admitir que a identificação que **esse tipo de esquerda, populista e fora do tempo,** vem fazendo de políticas e reformas econômicas sensatas,(...), com o neoliberalismo, é um fenômeno generalizado. Transformou-se,(...), em uma estratégia retórica dessa visão nacionalista, para a qual tudo o que não estiver de acordo com seu velho figurino é neoliberal (...). Neoliberalismo não é ser a favor de disciplina econômica e reformas orientadas para o mercado, mas acreditar que o mercado possa ser o único coordenador da economia (...). **O Brasil** jamais se deixou levar por semelhante dogmatismo de direita, mas **não pode (...)** continuar vítima de um nacional-populismo tacanho e arcaico, que **quer condenar o Brasil ao atraso (...).** (*Folha de S.Paulo*, seção Tendências/debates: 1-3). (GN).

Numa abordagem que, única e exclusivamente, podemos considerar o uso do signo populismo como *atraso*, sem maiores possibilidades de identificação de alguma fonte interpretativa específica que inspirasse tal uso, Candido Mendes discorria em seu artigo, *Centro-esquerda órfã*, sobre os possíveis riscos políticos para o PSDB advindos da aliança com o PFL. O articulista procurava, entre outros, distinguir o PSDB de outros partidos da esquerda brasileira. O PT, explicitamente, e o PDT de forma velada. No entanto, considerando-se que o PDT possuía tanta, ou mais, expressão político-representativa que o PT na época, não é difícil imaginar a quem destinaria o signo *populista* presente em seu texto. Publicado em 30/05, na editoria Paineis, dizia o artigo que,

(...) FHC [na convenção realizada pelo PSDB] fala-nos com a convicção de quem encarna um dever público,(...), para definir os rumos da campanha e o que vê, estritamente, como as suas alianças táticas. Ou o ônus histórico de deixar vazia a liderança da centro-esquerda do país para a qual nasceu a social-democracia, que não quer saltar do muro para perder o futuro. Sob a meia-máscara do PFL, os tucanos arriscam-se a privar o país desta oportunidade única para a mudança, de escolhermos entre "duas esquerdas", como ganhadoras mais prováveis das eleições de 94. Privamo-nos, no PSDB, do termo médio na gama das decisões políticas de quem quer virar a página, sem jogar o país nos braços do PT. **Os tucanos defendem como neopartido de massa uma esquerda diferenciada, ao lado dos socialismos de grife e dos fósseis do populismo (...).** (*Folha de S.Paulo*, seção Tendências/debates: 1-3). (GN).

Por fim, vejamos alguns argumentos apresentados por Brizola, que tinham por centro contestar, entre outros, o rótulo de populista imputado a ele e aos governos e movimentos populares do pré-64. Seu artigo fora publicado sob o título *Como a direita gosta*, na editoria Painel, em 27/02. Dentro de sua argumentação contestória, questionava algumas práticas e concepções políticas da cúpula do PT. Desse modo, além de revelar um embate político-partidário entre as duas agremiações pertencentes ao campo popular-democrático, o líder do PDT apresentava um profundo desconforto frente a algumas teses *clássicas* bastante generalizadas na interpretação do processo histórico brasileiro, apresentada por substantivos segmentos do PT. Não é desnecessário recordar que Weffort - assim como intelectuais relativamente afinados com sua visão histórico-política sobre o país - possuíam significativo espaço de atuação e, provavelmente, de persuasão no interior dessa estrutura partidária.

(...) vamos aos fatos e às inequívocas conclusões. **Ninguém pode negar o caráter autêntico, democrático e popular dos movimentos grevistas do ABC, dos quais surgiram Lula e alguns dos fundadores do PT (...). Desde aqueles primeiros momentos, formou-se uma espécie de redemoinho à volta dos sindicalistas. A eles juntaram-se intelectuais e grupos religiosos (...) que, progressivamente, foram emprestando ao conjunto uma orientação elitista e pretensiosa, ao mesmo tempo em que revestiam de sofisticações a imagem do movimento e iniciavam o que seria um processo de tutela ideológica sobre aqueles trabalhadores (...). Nós, que voltávamos do exílio, víamos com esperança e admiração o que se passava no ABC. Para nós, a resistência dos trabalhadores e o surgimento de lideranças eram sinais de que o trabalhismo,(...), estava vivo nos sentimentos e na consciência de nosso povo. Nada poderia nos surpreender mais,(...), que a atitude hostil e presunçosa com que passou a se comportar a cúpula do que viria a ser o PT. Renegavam as lutas sociais do passado ("populismo, pelegos do Ministério do Trabalho etc.etc."), pretendendo que começasse ali e com eles o movimento das forças do trabalho no Brasil, como quem tenta cortar com uma tesoura o fio da história (...).** (*Folha de S.Paulo*, seção Tendências/debates: 1-3). (GN).

2 - JORNAL DO BRASIL

2.1 - Sobre o leitor

O perfil do público-leitor do *Jornal do Brasil* é bastante similar ao da *Folha de S.Paulo*. Em relação a esse jornal, levantamos alguns dados relativos ao próprio ano de 1994. Ressaltamos, entretanto, que esses dados referem-se exclusivamente ao perfil de seus assinantes. De acordo com o levantamento feito pelo *Sistema Jornal do Brasil*, o perfil dos assinantes é assim caracterizado: faixa etária acima de 36 anos (77%); 74% com título universitário; e a faixa de renda de 53% dos assinantes superava o valor de R\$ 2000,00. Na faixa de R\$ 1.000,00 a R\$ 2.000,00, encontravam-se 22% dos assinantes⁷⁸.

2.2 - A representação : o quê e como se diz

2.2.1 - Editoriais

Vinte e três editoriais do *JB* operaram com a noção de populismo. As aplicações interpretativas a que o jornal submeteu a noção apresentam dois traços marcantes:

i. A utilização freqüente de alguns clichês típicos do *modelo clássico* sobre o fenômeno, a saber: demagogia, assistencialismo e irracionalidade.

Fundamentalmente, o atraso político-econômico era a idéia mais geral imputada à noção, ou a algum ator político e fenômeno da realidade social classificado sob este signo. Como em muitas situações encontradas no discurso jornalístico da *Folha*, o populismo era associado a estas idéias sob um formato discursivo nitidamente conservador. A partir da leitura que empreendemos sobre o conjunto de editoriais, tendemos a afirmar que, na maioria dos casos, a noção fora construída por esse espaço jornalístico com base em uma e outra tese do marco teórico *clássico*. Contudo, o explícito teor conservador apresentado sugere-nos uma apropriação fragmentada dessas teses. Destacam-se os aspectos mais exteriores indicados pelos estudos dos decênios de 1950 e 60. Evidentemente, havendo uma apropriação das interpretações desses estudos, pode-se argumentar que os editoriais não se

coadunavam com o referencial político e teórico (marxista) que norteava os consagrados trabalhos de Ianni e Weffort. Extraíam-se, portanto, algumas idéias com fins notadamente políticos, onde a desqualificação do interlocutor era o mote da designação de *populista*.

ii. A recorrente referência a Brizola e ao seu partido como *populistas*.

Em alguns momentos a referência era explícita, em outros velada. De qualquer modo, a referência ao "populismo brizolista" era constante⁷⁹. Do conjunto de 23 editoriais, 19 (dezenove) o designaram por intermédio deste signo. Consubstanciando um pequeno recorte analítico dos editoriais publicados em 1994, esses dados talvez possam nos levar a sugerir que a preocupação predominante dos editoriais do *JB* dirigia-se à política estadual, enquanto que os editoriais da *Folha* apresentavam uma preocupação maior com a política nacional. Não que Leonel Brizola não fosse uma referência política nacional. Era e talvez ainda o seja. Mas, importa, sim, destacar que Brizola e seu partido governavam o Estado do Rio de Janeiro à época. As críticas atingiam, portanto, a figura de seu governo, desqualificando Brizola e o PDT no cenário político nacional, mas, principalmente, na esfera do Estado do RJ, que era (ou é) o seu centro privilegiado de ações. Vemos, assim, que a análise dos editoriais do *JB* apresentavam uma característica muito particular quando comparada aos editoriais da *Folha*. O presidente Itamar Franco, por exemplo, não sofreu sequer uma menção dessa natureza nos editoriais do *JB*. Na *Folha*, ao contrário, Franco constituía-se numa destacada fonte política de preocupação e crítica.

Ressaltada a especificidade marcante dos editoriais do *JB*, vejamos passagens de alguns desses textos que possibilitem uma apreciação sobre o tipo de representação simbólica construída para o populismo. Seleccionamos um que se referia a política nacional e outro que abordava problemas relativos à cidade do Rio de Janeiro (que representa o corpo majoritário de editoriais, preocupados com os dilemas e mazelas do Estado).

⁷⁸ Ver Sistema Jornal do Brasil - Clube JB. *Perfil do assinante*. Novembro de 1994.

⁷⁹ A despeito de transcender em muito os objetivos da dissertação, talvez não seja desnecessário salientar que a expressão *brizolismo* fora quase tão utilizada nas edições do *JB* quanto o próprio populismo. Nas oportunidades em que nos deparamos com esse símbolo, o perfil das interpretações era bastante similar ao construído na representação do populismo. Evidentemente, tal fato constitui-se, por si só, em matéria de análise específica. Parece-nos lícito afirmar, assim, que o caso particular do brizolismo representa uma importante variável interveniente na representação jornalística, ao menos carioca, do signo populismo. De qualquer forma, a fim de não fugir aos objetivos do trabalho, evitamos a inclusão de estruturas redacionais que operavam única e exclusivamente com essa categoria, como nos casos relativos ao *quervismo* e ao *malufismo* para a *Folha de S.Paulo*.

Pretendemos com isso, além de apresentar a forma com que o signo populismo aparecia no discurso, empreender um breve exercício reflexivo que nos possibilite mapear alguns elementos constitutivos do referencial político-ideológico do jornal. A representação demonstrará, claro, sua feição mais nítida e eloqüente nos editoriais que questionavam o discurso e práticas brizolistas.

Demonstrando uma explícita distinção do tratamento concedido a Itamar Franco pela *Folha*, o editorial *Riscos reais*, publicado na edição do *JB* de 07/07/1994, destacava o papel exercido pelo presidente no processo de estabilização da economia. De qualquer modo, a despeito da inexistência de críticas ao presidente, o jornal fazia coro com a *Folha* no que diz respeito às medidas políticas consideradas pertinentes para o país. O populismo, por seu turno, não deixava também de ser representado como uma ameaça à estabilidade econômica.

Apesar do coro dos descontentes, cujo estoque de argumentos eleitorais vem baixando com a inflação, o real está fadado ao sucesso (...). Em linhas gerais, boa parte do sucesso deve ser creditado a Itamar (...). Quando todos o acusavam, ora de inércia ora de atitudes emocionais em relação à condução da economia, o presidente da República demonstrava agudo senso político (...). Mesmo incomodado com a inflação, os abusos de preços e as altas taxas de juros, o presidente resistiu às tentações populistas. Optou pela paciente construção do programa de estabilização que os economistas das mais diversas tendências hoje reconhecem como o melhor já feito no país (...). Há instrumentos administrativos que podem e devem ser acionados com rigor contra os que promoveram remarcações em excesso e abusos (...). Eles são mais eficazes, pela dissuasão do efeito demonstração, do que qualquer medida genérica inspirada em experiências passadas e que provaram ser impotentes para debelar a inflação. O controle de preços nunca funcionou no Brasil (...). É possível que os juros reais estejam muito altos, mas a prudência recomenda até o exagero inicial, para quebrar todas as apostas contra o real - no mercado financeiro e no setor real - antes do arrefecimento (...) das taxas de juros (...). A estabilização depende do sacrifício de toda a sociedade e, sobretudo, da firmeza dos governos no combate à inflação (...). (*Jornal do Brasil*: 10)⁸⁰. (GN).

⁸⁰ Nas linhas introdutórias do texto o *JB* parecia *dialogar*, entre outros, com os editoriais da *Folha*, salientando as virtudes do presidente e *pedindo calma* aos editorialistas do jornal paulistano. Afinal de contas, o programa governamental e o candidato oficial à presidência encontravam-se afinados com a linha editorial desses respectivos jornais da grande imprensa.

Como se vê, o consenso antiinflacionário caracterizava o discurso dos dois jornais. Muito mais importante do que isso, há uma afinidade estreita no que tange as medidas que deveriam ser adotadas pelo governo. O populismo, no único editorial que guardava uma proximidade interpretativa mais nítida com o *paradigma econômico*, aparecia associado à idéia de intervencionismo econômico.

Dois dias depois, em 09/07, discorrendo sobre o diálogo estabelecido entre membros de uma equipe de técnicos de um departamento da prefeitura do Rio de Janeiro e a associação de moradores do bairro de Ipanema, o editorial *Vozes do Povo*, questionava a ação de representantes públicos que se submetiam aos interesses das associações de moradores. De acordo com o jornal, muitas obras e ações públicas deixavam de ser realizadas por essa sujeição à voz da sociedade. O *JB* informava, indiretamente, tanto sua concepção de democracia, quanto sua satisfação com a postura adotada pela prefeitura.

Depois de discutir com os moradores, a prefeitura decidiu reconstruir a Praça General Osório, em Ipanema, segundo o projeto original. Os moradores consideraram o projeto (...) muito complicado, descaracterizador. Todo diálogo com a população é bom, e é nisto talvez que se fundamenta o exercício da política. Mas o que é realmente importante neste episódio é que a prefeitura, além do diálogo, ou apesar do diálogo, vai tocar a obra em frente. Esta, sim, é a verdadeira Política, com P maiúsculo. **Muitas administrações fracassam porque exageram em sua função popular, ou populista. Obras importantes são abandonadas a meio caminho, ou antes mesmo de encetar o caminho, por excesso de escrúpulo, em busca de uma vox populi que tente conciliar os interesses da comunidade com os interesses da política menor que vê em tudo oportunidade de colher votos, acima das necessidades técnicas (...).** Administradores são eleitos para tomar decisões que resultem em benefício da comunidade. **A eleição dos políticos já é uma opção do eleitorado, de acordo com os programas apresentados por eles por ocasião das campanhas eleitorais. No poder, os políticos não necessitam retornar ao povo plebiscitariamente sempre que se acham na iminência de tomar decisões administrativas (...).** (*Jornal do Brasil*: 10). (GN).

Vale observar duas coisas: *primeira*. A noção que o jornal tem sobre a atividade política é informada por uma evidente prevalência da *competência técnica* sobre o *político*; este considerado, como se depreende da argumentação do editorial, um exercício espúrio e

distante dos reais interesses da sociedade civil organizada⁸¹. Seguindo a segunda alternativa (a prevalência do *político*), as autoridades públicas incorreriam na demagogia e na "irracionalidade populista". Como vimos na *Folha*, esse olhar sobre o campo político era, também, recorrente em seu discurso. *Segunda*. Como desdobramento, compreendia-se a democracia sob um formato significativamente conservador. O estímulo à participação das associações civis, na definição e implementação de políticas públicas, era tido como uma prática desnecessária e, claro, "populista", já que os cidadãos participam, segundo o jornal, do procedimento de escolha e decisão democrática através do voto.

2.2.2 - Noticiário cotidiano

O noticiário político e econômico cotidiano produziu 66 (sessenta e seis) matérias que operavam com a noção de populismo. Semelhante ao fato verificado na *Folha*, preponderaram as construções simbólicas afins às teses do *modelo clássico* e do *paradigma econômico*, com uma não desprezível superioridade na difusão das primeiras. Temos, portanto, uma noção fundada em significados políticos relativamente similares à representação veiculada pelo jornal paulistano. Algumas das idéias mais frequentes que atravessavam a aplicação do signo populismo na interpretação de eventos cotidianos foram as seguintes: estatismo, assistencialismo, personalismo, paternalismo, autoritarismo, demagogia, irracionalidade, irresponsabilidade e intervencionismo econômico. Enfim, práticas políticas consideradas degeneradas e arcaicas, que requeriam ser superadas a fim de consolidar as instituições democráticas e retirar o país do *subdesenvolvimento* socioeconômico. Como ilustração dessa representação simbólica, vejamos trechos de duas matérias que apresentam conteúdos argumentativos comuns ao *paradigma econômico* e duas que demonstram um *eco* de teses presentes na matriz interpretativa *clássica*.

Em 21/10/1994, a matéria *Mínimo de US\$ 100 será vetado*, discorria sobre a oposição do então presidente eleito Fernando H. Cardoso a um projeto de aumento do salário mínimo, que tramitava na Câmara dos Deputados. A definição da proposta como *populista* fora realizada por Cardoso, não podendo ser considerada objetivamente como a interpretação do jornal.

⁸¹ Sociedade civil organizada que, de acordo com as entrelinhas do editorial, possuiria, ela própria, uma noção equivocada de seus interesses e necessidades de bem-estar.

(...) **Cardoso chamou de demagógico o projeto de lei aprovado anteontem na Comissão de Trabalho da Câmara, que aumenta para US\$ 100 o valor do salário mínimo.** E afirmou que, se o projeto, de autoria do deputado petista Paulo Paim (PT-RS), for aprovado no Congresso, ele, como presidente, irá vetá-lo (...). **"Se ele passar pela Câmara, eu veto.** A não ser que o Congresso me dê os recursos para gerir a Previdência", afirmou, (...) **"Isto é pura demagogia. Uma ação irresponsável de quem não quer ajudar a reconstruir o país (...).** Se querem aumentar salário, discutam então o financiamento da Previdência, porque sem isso **o que vai acontecer é a volta da inflação, que vai comer de novo os salários", insistiu. "O povo do Brasil já está cansado de populismo"** (...). (*Jornal do Brasil*, editoria Política: 9). (GN).

Vale destacar que essa concepção sobre o populismo, externa ao marco institucional do *JB*, ilustra, inequivocamente, uma das construções simbólicas mais presentes no discurso do jornal. Nesse sentido, pode-se sugerir que houve, também no *JB*, uma interação no processo de produção jornalística entre as análises do jornal e os pontos de vista de atores externos (principalmente, aqueles pertencentes às forças políticas hegemônicas). É o que se verá nas passagens da próxima matéria que reproduzimos.

Meses antes da publicação da matéria acima, em 12/07, o jornal abordava as características dos candidatos eleitos à presidência da Ucrânia e da Bielorrússia. A sintonia com as teses do *paradigma econômico* (como visto nas declarações acima, de Cardoso) é grande. Publicada na editoria Internacional, a matéria *Ucrânia e Bielorrússia elegem opositoristas*, afirmava, entre outros, que:

Dois anos após o fim da União Soviética, duas de suas ex-repúblicas - a Ucrânia e a Bielorrússia - elegeram no fim de semana presidentes de oposição ao governo (...). **Na Bielorrússia, venceu o populista Alexander Lukashenko,** derrotando o primeiro-ministro conservador Vyacheslav Lebach. **Tanto na Ucrânia quanto na Bielorrússia, os vencedores beneficiaram-se do profundo descontentamento popular com a crise de suas economias. Durante a campanha, Lukashenko, (...), prometeu reduzir o preço dos produtos na Bielorrússia, restabelecer maior controle estatal da economia e combater a corrupção (...)** (*Jornal do Brasil*: 9). (GN).

Representando dois exemplos típicos e constantes no jornal de uma construção simbólica que compreende o populismo como sinônimo de demagogia, oportunismo e assistencialismo, transcrevemos passagens das matérias abaixo.

Em 28/02 publicava-se uma matéria, entre muitas, que referia-se ao perfil de atuação política de Anthony Garotinho, então pré-candidato à sucessão do governo estadual do Rio de Janeiro. Apesar do fato de Garotinho ser, à época, um membro do PDT, não incluímos essa matéria no item destinado a Brizola e PDT, por designar particularmente a sua pessoa. Idéias fragmentadas dos estudos *clássicos* sobre o populismo, bastante correntes e poderosas no imaginário político brasileiro, atravessam abertamente a interpretação do autor da matéria: a oferta de benesses, o oportunismo e o contato direto, não-mediado por instituições políticas, entre o líder e as camadas populares.

O secretário estadual de agricultura, (...) Garotinho,(...), não esconde de ninguém o trunfo que o fez pular nas pesquisas de 9%, em maio de 93, para 15%, em fevereiro de 94: o rádio. Garotinho,(...), mantém desde de 15 de março do ano passado duas horas de um programa ultrapopular na Rádio Tupi, das 7h às 9h. (...). O programa do secretário, batizado de Show do Garotinho, com 400 mil ouvintes, é líder de audiência na Tupi e detentor do maior número de anunciantes e cartas. Nele, Garotinho dá um show de populismo: sorteia passagens para outros estados, dá brindes para taxistas, receitas para donas de casa, simpatias para segurar-homem (...). Com as cartas que recebe, monta sua mala-direta e, com os brindes dados pelos patrocinadores, manda junto uma foto colorida autografada e um jornalzinho de campanha⁸² (...).

Um bairro de luto sem a presença de Castor. Esse é o título de uma notícia publicada em 10 de abril, na editoria Cidade. Constituída pela apresentação de um conjunto de situações que envolviam um fato pitoresco da realidade de um bairro da cidade do Rio de Janeiro, não representa, entretanto, uma matéria voltada ao campo político, *stricto sensu*. Independentemente disso, consideramos que a interpretação contida na matéria traz à luz alguns dos símbolos mais representativos da noção de populismo. Capaz, assim, de contribuir à compreensão de seu uso no noticiário, efetivamente, político e econômico.

Bangu está órfã de pai. O desaparecimento do banqueiro de bicho Castor de Andrade, há 10 dias, abalou muita gente no bairro. Embora ultimamente sua presença ali se resumisse às missas na Igreja de São Lourenço, Castor manteve fama e prestígio - quase uma devoção - inabalados (...). Mas **a face mais populista de Castor (...)** continua sendo facilmente observada nas conversas pelas esquinas de Bangu. "Ele é o homem que ajuda os pobres", diz Manoel Martins, dono de

um botequim de Bangu. "O pessoal me pedia cachacinha e dizia que iria pegar o dinheiro com o Castor. Minutos depois, eles voltavam e pagavam", conta Manuel. "Castor colocou seguranças na estação do trem e nunca mais houve assalto", garante Braulino Tavares, aposentado da Marinha. Em Bangu, 10 mil moradores vivem direta ou indiretamente da contravenção (...). (*Jornal do Brasil*: 26). (GN).

As idéias acentuadas por essas duas últimas matérias apresentam elementos simbólicos extremamente relevantes para a identificação do modo com que o *populismo* fora representado no discurso do *Jornal do Brasil*. Em princípio, dentro de um panorama de análise mais geral dessas duas matérias, pode-se observar a atribuição de conteúdos marcadamente populares ao *populismo* de Garotinho e Castor de Andrade. Fato este que, pensamos, não denota, em si, qualquer tipo de desqualificação do *acusado* de tal atributo, nem de uma imputação negativa à noção. Pelo contrário, pode muito bem ser entendido como algo bastante positivo. Estar investido de uma capa popular e assim sê-lo considerado, é um elogio, não uma ofensa. Entretanto, vale acrescentar algumas observações:

- i. Ao político e radialista (Garotinho), paralelo a indicação de características populares, afirmava-se o seu oportunismo, materializado no envio de produtos de campanha junto aos brindes oferecidos pela estação de rádio.
- ii. Ao *banqueiro do jogo do bicho* (Castor de Andrade) é indicada a pecha de pai e protetor dos pobres. Mas, evidentemente, por sua fonte de renda, também a de contraventor.

Vale informar que não nos interessa aqui contestar, ou reificar, se um e outro desses personagens estão corretos ou errados. Os atos de cada um deles, por si só, indicados nas matérias, são, evidentemente, fonte de uma natural crítica. O que interessa é identificar os símbolos e padrões de comportamento, público e privado, associados pelo jornal à noção de populismo. É, portanto, nesse sentido, levando em conta o processo de seleção e combinação de estereótipos e de ações concretas operado pelo jornal, que podemos afirmar que o populismo fora considerado uma prática política degenerada e atrasada, representativa de um país e um Estado-membro que deveriam passar por mudanças

⁸² Jornal do Brasil: editoria Política. *'Estilo trator' de Garotinho assusta os concorrentes* : 3. 28/02/1994. Grifos nossos.

urgentes. Nas esferas política e da sociedade civil, mas, também, no âmbito econômico, como visto em editorial e matérias anteriores que demonstram afinidades argumentativas com o *paradigma econômico*.

2.2.3 - Seções de opinião e debate

A noção de populismo fez-se presente em dezoito (18) artigos, incluindo as publicações das seções de Opinião e as das colunas fixas (a *Coluna do Castelo*, por exemplo). Em termos quantitativos, portanto, foi publicado um número muito inferior ao verificado na *Folha*, que totalizou 123 textos. Talvez, uma das razões para essa comparativamente baixa utilização do *populismo* como recurso interpretativo deva-se ao uso da noção de *brizolismo*, com cerca de 100 incidências distribuídas por diferentes espaços do jornal. Devido a alguns fatores já indicados, é possível que esta última noção tenha consubstanciado-se em um dispositivo lingüístico e político explicativo de alguns fenômenos da realidade política, mormente a do Estado do Rio de Janeiro⁸³.

Quanto as categorias de análise encontradas, mais uma vez, prevaleceram as abordagens que revelam alguma afinidade com as teses do *modelo clássico* sobre o fenômeno. Ao lado desse tipo de representação simbólica da noção, apareceram, em quantidade pouco expressiva, os seguintes tipos de abordagens: uma identificada com o *paradigma econômico*; duas que denotam a presença de um nítido marco interpretativo *neoliberal-conservador* (em artigos produzidos por Roberto Campos)⁸⁴; e uma que *problematizava as teses clássicas* (problematização esta realizada por Angela de C.Gomes). Portanto, no geral, ao populismo era imputada à idéia de *atraso*. Nos casos, digamos, mais condescendentes, consideravam-no como expressão de uma etapa histórica superada ou a ser superada. Cumprira seu papel politicamente integrador e economicamente

⁸³ Sobre a tendência desqualificatória à figura de Brizola - e ao que, se supunha, ele representava para o Estado e o país - discutimos no item reservado a esse ator político.

⁸⁴ Fazemos uma distinção entre o *paradigma econômico* e a abordagem *neoliberal-conservadora*, provavelmente, num sentido mais formalístico do que devido aos seus contrastes gerais de análise. Por não encontrarmos nos artigos de Roberto Campos referências explícitas ao *populismo econômico*, e devido a existência de algumas nuances que distinguem as abordagens de autores afinados com esse paradigma (como Bresser Pereira) e a concepção política de Campos, preferimos não abarcá-los sob a mesma categoria de interpretação. Contudo, há que se salientar que suas representações acerca do populismo e da esquerda brasileira, denotam grandes laços de identidade. Talvez, o que diferencie Campos de Bresser Pereira, por exemplo, seja mais propriamente a eloqüência no tratamento concedido ao populismo e à esquerda.

modernizador. Mas seria incapaz de responder às exigências e aos dilemas socioeconômicos do país no período em tela.

Ademais, faz-se necessário observar que a maioria substantiva desse conjunto de artigos, 14, foram publicados no segundo semestre de 1994. Caracterizavam-se por referências às opções eleitorais para a presidência do país e ao governo do Estado do RJ, como também, findo o processo eleitoral, abordavam-se os horizontes e rumos a serem seguidos pelo país e o Estado, com a definição dos novos representantes no Executivo e no Legislativo.

Vejamos inicialmente passagens de artigo que apresenta estreitos laços de interpretação com o *modelo clássico*. Reproduzimos, posteriormente, alguns trechos do artigo de Angela de C.Gomes, que marca uma clara contestação de algumas idéias que percorrem a argumentação clássica do primeiro. Por fim, transcrevemos passagens do artigo de Roberto Campos.

Como ilustração de consonâncias com o marco teórico *clássico*, veja-se as passagens do artigo *Vargas e o novo pacto nacional: a nação em busca de um Estado*. Publicado pela editoria Opinião, em 14/08, o artigo, de Aspásia Camargo, discorria sobre o legado de Vargas e as mudanças pelas quais o Brasil deveria passar.

Que sentido pode ter, no momento atual, discutir a importância e o legado de (...) Vargas,(...) quando, de fato, seu ciclo de hegemonia e influência se encerrou desde a campanha presidencial de 1989, com Collor e Lula representando novas alternativas para uma era pós-Vargas (...). Olhando para o passado, podemos constatar que Vargas foi para nós, brasileiros, (...), aquela sólida peça central que sustenta as arcadas das grandes catedrais. Foi o ponto de construção do Estado-nação (...). Vargas ajudou a constituir, de maneira original, a difícil convergência da nação com o Estado, mesmo que sob tutela,(...), organizando um sindicalismo que embora manipulado e de proveta, pelo menos teve o mérito de dar ao trabalhador o status de cidadão (...). Nesse projeto,(...), a democracia - que não pode existir sem uma sociedade plural e autônoma e uma diversificada economia de mercado - foi a grande esquecida. Na época, ninguém a rigor se importava muito com ela. Uns, com sabor elitista, sonhavam apenas com uma democracia limitada. Outros, de vocação populista, viam no voto o meio mais fácil de criar clientelas e de aprisionar

autoritariamente as massas (...) à falta de uma sociedade civil dinâmica e organizada, o Estado getuliano regulamentou tudo (...).

Após ressaltar uma e outra virtude das ações empreendidas por Vargas, a articulista afirmava que:

O grande desafio é reconstruir o Estado brasileiro em novos moldes, não mais tutelando a nação mas sendo tutelado por uma sociedade dinâmica, agora fortalecida (...). Colocando a vontade política como instrumento transformador e estruturador de um novo pacto, mais solto e mais aberto, da nacionalidade. (*Jornal do Brasil*: 11). (GN).

Em artigo publicado meses depois, em 26/12, Angela de C.Gomes discorria sobre o passado (a República de 45) e o presente do sistema político brasileiro. Vale observar que este artigo representa o único exemplar de uma *abordagem contestatória às teses clássicas*, publicada nas páginas dos dois jornais. Ao mesmo tempo que a articulista sugeria a existência de tendências inovadoras no curso das formas de representação política - com *preferências mais ancoradas em siglas e programas partidários*⁸⁵ -, ela problematizava algumas teses bastante difundidas sobre a *República populista*, como as encontradas no artigo anterior, de Aspásia Camargo. Discutia-se, portanto, e fundamentalmente, alguns traços de similaridade entre o passado e as eleições de 1994, apontando à necessidade de vigência de uma continuidade no exercício dos processos eleitorais, de modo que o fortalecimento dos partidos e das escolhas eleitorais fossem engendrados.

(...) a República do pós-45 foi batizada e é chamada, até hoje, de República "populista". Designação problemática, pois carrega consigo a idéia de uma população manipulada (...), aliada a um sistema partidário sem maiores bases ideológicas ou organizacionais (...). Contudo, estudos mais recentes sobre a experiência eleitoral realizada de 1945 a 1960 têm demonstrado que **as coisas não seguiram de perto este figurino. Os partidos políticos consolidavam-se e cresciam em votos e prestígio junto aos cidadãos, que multiplicavam mecanismos de participação política (associações de moradores, uniões estudantis, ligas camponesas, etc.)** (...). As eleições de 1994 podem, nesta perspectiva específica, ter trazido algumas novidades. Talvez se possa dizer, (...), que o eleitorado não deu mais sinais evidentes de sensibilidade aos tradicionais apelos "populistas" e que **pode estar começando a transitar, mais**

⁸⁵ GOMES, Angela de Castro. *As eleições e o plenário*. *Jornal do Brasil*: editoria Opinião : 11. 26/12/1994.

uma vez como nos anos 50, para preferências mais ancoradas em siglas e programas partidários⁸⁶ (...).

Numa perspectiva distinta, localizada no campo conservador do espectro político nacional, Roberto Campos abordava em seu artigo *A burrice coletiva*, publicado em 30 de novembro, as mazelas que considerava estarem arraigadas na sociedade brasileira. O populismo, claro, não poderia escapar à crítica.

Ficou moda. Precisamos de alguém para culpar (...). E, é claro, tem de ser um sujeito bem abstrato e genérico: as elites (...) todos [os países] evoluíram no mesmo sentido dos Estados Unidos, tornando-se (depois de algumas peripécias) sociedades de massa, democracias de base ampla, e desenvolvendo uma formidável classe média (...) conseguiram fazê-lo porque, de modo geral, souberam manter em funcionamento **a economia de mercado, mecanismo ao mesmo tempo essencialmente democrático -e particularmente "antielitista" (porque é um plebiscito permanente das preferências da população) -e maximizador da eficiência econômica (...).** **O nacional-populismo, o sindical-radicalismo (...)** e o **baixo clero da intelectualidade subdesenvolvida, cujo traço marcante é o ressentimento contra tudo e todos, são enormes pedras no caminho do país (...).** **Esses obstáculos impedem o desenvolvimento do país (...).** Não, a culpa não é das nossas elites - é da burrice com que temos nos comportado coletivamente, é da nossa atitude servil e sabuja diante do Estado Papai Noel e delegado de polícia. **É a passividade de súcubos diante das invasões da liberdade, do estupro da economia de mercado pelos clones do totalitarismo estatizante (...).** (*Jornal do Brasil*, editoria Opinião: 11). (GN).

Como se vê, a imputação de um caráter *estatizante* e *irracional* ao populismo é disposta na argumentação de Campos. Por oposição, o livre mercado estaria investido de grandes atributos viabilizadores do desenvolvimento. A despeito do tom empregado, um tanto distante de diversos textos publicados pela *Folha* e o *JB*, essa dicotomia entre o *presente* e o *futuro que se anunciava* no país fora um traço característico e poderosíssimo nos respectivos discursos jornalísticos.

⁸⁶ Idem. Grifos nossos.

2.3 - Posições e atores políticos representados : de quem se diz

2.3.1 - Presidente Itamar Franco

O nome do presidente não é associado ao signo populismo em nenhum editorial. Somadas as matérias do cotidiano e as colunas ou seções de opinião, três estruturas redacionais jornalísticas classificaram a postura política de Itamar Franco como *populista*. Dessa forma, iremos concentrá-las num único item de análise, que segue abaixo.

2.3.1.1 - Noticiário cotidiano e seção de opinião e debate

Duas matérias e um artigo compõem o quadro de textos publicados pelo *JB* em que se classificavam o perfil e as medidas políticas adotadas por Franco como *populistas*. Em termos quantitativos, portanto, há um contraste razoável entre a produção jornalística do *JB* e a da *Folha*. A *Folha* reservou uma importância maior ao ator político em destaque. Este jornal dispôs uma quantidade maior de textos que questionavam a figura do presidente por intermédio do populismo, como recurso rotulatório.

É importante salientar que, aqui, no noticiário e numa seção de opinião do *JB*, encontramos a caracterização de uma relativa contradição entre os argumentos de um editorial (visto em 2.2.1)⁸⁷ e as mensagens veiculadas pelos textos tipificados no presente item do trabalho. Enquanto no editorial afirmava-se que o presidente não estava a ceder às tentações *populistas*, nos dois textos do noticiário e em um da *Coluna do Castelo*, criticava-se, veementemente, as ações e intenções do presidente. Provavelmente, pelo número substantivamente menor de estruturas redacionais que utilizaram o signo populismo no *JB*, perante a *Folha*, as contradições existentes entre esses dois marcos normativos do jornal -o editorial e o noticiário- puderam ser identificadas de forma mais nítida. De qualquer modo, as diferenças aparecem no que tange a figura pessoal de Itamar Franco e não propriamente às medidas e rumos que deveriam ser buscados por seu governo, como um todo.

Vale destacar que as idéias que percorreram os textos na designação de Franco como *populista* apresentaram uma estreita afinidade discursiva com as teses do *paradigma*

⁸⁷ Ver página 124.

econômico. Vejamos, assim, as ilustrativas passagens de uma matéria e de uma coluna fixa de opinião.

A matéria *Críticas à intervenção de Itamar*, publicada em 10/06/1994, pela editoria Economia, abordava as concepções de quatro economistas sobre a atuação do presidente Itamar Franco em face de algumas dificuldades surgidas na economia. Mais uma vez, uma poderosa idéia atravessava a argumentação de uma matéria jornalística -e que marcava, também, um dos traços fundamentais da ideologia dominante presente no discurso jornalístico-, a saber: a consideração de uma necessária prevalência do *saber técnico* sobre o *fazer político*. Quanto ao populismo, não é difícil supor em que pólo está localizado.

A Medida Provisória que estabeleceu a conversão das mensalidades escolares pela média em cruzeiros reais é um risco para o plano econômico. Não pelas consequências imediatas, mas por comprovar, inequivocamente, a volta da intervenção populista do presidente Itamar (...) na economia. E se essa intervenção resvalar para áreas nevrálgicas, como taxas de juros ou medidas de força na área de preços, o plano econômico nascerá desvirtuado (...). Dionísio Carneiro [economista da PUC-RJ] não mede palavras para expressar sua preocupação: "É assustador que na fase final de transição ocorram tumultos como esse, com o presidente querendo virar ministro da Fazenda, é preocupante que se politizem questões absolutamente técnicas", diz ele (...). **Para Carneiro, não faz sentido o presidente entrar nessas questões técnicas e, muito menos, criticar as altas taxas de juros (...).** (*Jornal do Brasil*: 76) . (GN).

Meses depois, em 10 de novembro, a *Coluna do Castelo* discorria acerca de alguns atritos que pairavam no relacionamento do ministro da Fazenda, Ciro Gomes, com a equipe técnica do ministério, assim como, junto a alguns setores do empresariado. Sob o título *A crise não está em Ciro, mas na inflação*, a coluna tinha o aumento da inflação como centro de sua argumentação. O autor do texto, Marcelo Pontes, informava, por outro lado, sua preocupação com uma possível influência de Franco nas ações do ministro para combater a inflação.

(...) Ainda não se pode provar que, no atacado, a agressividade de Ciro causa instabilidade e aumento da inflação. Também é difícil sustentar que esse seu estilo rompedor seja absolutamente indispensável para segurar preços. Ricupero seguiu sem brigar com ninguém, agindo como um monge. **O único perigo visível no horizonte é que Ciro se entusiasme com idéias novas, exóticas**

ou populistas do presidente que desagradem à equipe econômica (...). (*Jornal do Brasil*, editoria Opinião: 11) . (GN).

Como se vê, a despeito da distinta percepção dos presentes textos sobre o tipo de atuação política de Franco (em face do que fora colocado pelo editorial), a posição do jornal e do colunista - no que diz respeito às medidas que deveriam ser implementadas para alcançar a estabilidade - convergem no essencial. Note-se, também, que percorrem nesses textos uma elevada afinidade com a postura dos técnicos que integravam a equipe econômica, afinidade esta também encontrada no discurso da *Folha*.

2.3.2 - Lula e PT

Ao candidato Lula e ao seu partido nenhum artigo das seções de opinião dirigiu o signo populismo. Aliado a esse fato, apenas três matérias do cotidiano e um editorial assim os classificaram. Portanto, concentramos essas estruturas redacionais em um único item, como realizado anteriormente, para Itamar Franco.

2.3.2.1 - Editorial e noticiário cotidiano

A despeito da reduzida quantidade de textos publicados pelo *JB* a designar as figuras de Lula e do PT como *populistas*, observamos um interessante fenômeno: as argumentações que marcavam essa designação apresentavam profundos laços de identidade com as interpretações prevaletentes no discurso da *Folha*. Ou seja, atrevessava, inequivocamente, a idéia de um "populismo lulista/petista" em oposição à estabilidade econômica e às chamadas reformas estruturais. O *paradigma econômico*, pois, fora uma grande fonte de inspiração teórica para a definição de Lula como *populista*.

Outro dado a ser salientado é o fato de que no noticiário cotidiano a imputação de uma natureza *populista* ao PT ou a Lula, fora realizada, em todos os casos, com base em declarações externas ao jornal, notadamente, de atores estrangeiros (em duas matérias). Uma destas reproduzia uma interpretação do estadunidense *Wall Street Journal* sobre os horizontes e dilemas do combate à inflação no Brasil. Publicada em 15/10/1994, após a

definição do novo presidente, sob um título bastante sugestivo - *Nuvens sobre o Real: os problemas do plano segundo o Wall Street Journal* - a matéria informava, entre outros, que:

"Nuvens estão se formando sobre o Plano Real. O setor privado vacila em sua autodisciplina no controle dos preços, agora que a ameaça populista passou; trabalhadores pressionam por aumentos que podem significar o retorno à indexação; e consumidores arriscam-se num boom de compras e reaquece a espiral dos preços". **Este é o trecho de uma matéria publicada ontem pelo Wall Street Journal, o mais influente jornal econômico dos EUA (...).** (*Jornal do Brasil*, editoria Economia: 76) . (GN).

Nessa breve passagem, duas coisas merecem ser destacadas: em primeiro lugar, a informação inicial. O jornal estadunidense sugere, indiretamente, que o controle de preços, antes da eleição, fora fruto de um arranjo entre os setores empresariais, com o fim de gerar credibilidade ao plano econômico, contribuindo, assim, para a vitória de Fernando H.Cardoso. Espantado o *risco populista* - tratava-se, fundamentalmente, de Lula, pois este polarizara com Cardoso as intenções de votos - o empresariado estaria a afrouxar o controle. Em segundo, a matéria informava que a interpretação introdutória fora extraída do jornal econômico mais influente dos EUA. Pelo que vimos até aqui, talvez seja lícito afirmar que o seu raio geográfico de influência era (ou é) bem mais amplo.

Outra matéria fundada em uma declaração de um ator estrangeiro que apresentava Lula como *populista*, constituía-se numa entrevista com o economista Rudiger Dornbusch. Como vimos no capítulo I, este intelectual produzira ao menos um trabalho sobre o *populismo econômico* na América Latina. Evidentemente, seria desnecessário reproduzir aqui passagens de sua entrevista em que se imputa a Lula o rótulo de *populista*. No entanto, o título da entrevista, publicada meses antes das eleições, pode ser ilustrativo para a identificação da posição do jornal com a análise do entrevistado: *Dornbusch diz que plano dependerá de Cardoso*⁸⁸. Como se sabe -e se tem visto, aqui, no curso da apresentação de alguns textos jornalísticos- a defesa do Plano Real era um dos imperativos políticos hegemônicos à época. Decorre daí que a seleção do título da matéria sugere a preferência político-eleitoral do *JB*.

⁸⁸ Ver *Jornal do Brasil*, editoria Economia : 83. 01/07/1994.

Talvez não seja demasiado ainda transcrever um breve trecho de uma matéria que demonstra a visão do próprio candidato do PSDB sobre as opções que se apresentavam à sucessão presidencial. Fernando H. Cardoso - considerado uma espécie de representante do "anti-populismo" neste pleito - classificou Lula da forma que se vê abaixo:

(...) Para Fernando Henrique, nenhum partido, a não ser o PSDB, está tomando conhecimento do que acontece no mundo. "Estão totalmente fora da realidade o nacionalismo desenvolvimentista do PMDB, o nacionalismo autoritário do Brizola e o nacionalismo populista do Lula", criticou⁸⁹.

Por fim, para vermos de modo bem nítido a articulação dessas declarações e título de entrevista com a concepção política do jornal, reproduzimos as eloqüentes passagens do editorial *Segunda leitura*. Interessante notar, por outro lado, que há grande afinidade entre as avaliações desse editorial e o artigo de Eduardo Giannetti da Fonseca, publicado pela *Folha* em 03/07⁹⁰. Publicado em 23 de junho, o jornal discorria sobre a viagem de Lula à África do Sul. Ressaltava-se uma necessária aprendizagem que o líder popular do PT deveria obter com as ações empreendidas por Mandela. Seu *populismo* deveria ser revisto em prol de promessas "realistas e exequíveis, para o bem do país".

(...) Lula (...) se reuniu com (...) Mandela para sinalizar o paralelismo entre a liquidação do apartheid sul-africano e o eventual fim da exclusão social em que vive o enorme contingente de pobres do Brasil - processo que supõe implícito em sua eleição (...). Esta, porém, não é a única leitura do encontro. Há uma outra, menos eleitoreira e messiânica: basta deslocar o foco do voluntarismo do candidato para as dificuldades reais enfrentadas por Mandela, depois de eleito - e que Lula deve levar em conta antes da eleição (...). Como se sabe, a política não é a arte do impossível: quanto maior a utopia apregoada, quanto mais enganosa a panacéia proposta, mais intensa e dolorosa será a frustração popular subsequente (...). O paralelismo deve ser procurado no terreno das dificuldades. Esta é a lição de Mandela (...). Mandela tem de manter os compromissos de campanha com a economia de mercado e o pluralismo político (...). Como satisfazer moradia para 7 milhões de favelados e eletricidade para mais de 20 milhões que vivem sem energia elétrica e água limpa, sem quebrar as finanças públicas? Taxar abusivamente os brancos prósperos pode produzir o efeito oposto ao que se pretende. Estará Lula consciente

⁸⁹ Jornal do Brasil, editoria Política. *Discurso de professor: Cardoso aposta que cultura será sua arma na TV* : 3. 19/07/1994. Grifos nossos.

destes riscos? Mandela sabe que não pode fazer milagre, se a população aumenta a uma velocidade bem superior à do crescimento da economia. **Precisa agora descobrir como manter a disciplina em face de demandas tão urgentes e esperançosas, sem sucumbir à tentação populista, sem cair nas nacionalizações demagógicas, nas explosões de consumo, na inflação, na fuga de capitais?** Como explicar ao povo que o novo regime não conseguirá resgatar mais do que 25% da dívida social que jurou resgatar? **Estará Lula esclarecendo seus eleitores que - como Mandela - terá de rolar boa parte da dívida social que jura saldar num passe de mágica?** (*Jornal do Brasil*: 10). (GN).

2.3.3 - Brizola e PDT

2.3.3.1 - Editoriais

Como informado anteriormente, os editoriais do *JB* que operaram com o recurso simbólico populismo na interpretação de eventos políticos, apresentaram uma expressiva particularidade: direta ou indiretamente, a maioria substantiva referia-se às ações e concepções políticas de Brizola e seu partido. De um conjunto de 23 (vinte e três) editoriais, cerca de 19 (dezenove) remetiam o leitor a esses atores políticos. A ampla maioria desses textos, referentes a Brizola e ao PDT, fora publicada no segundo semestre do ano. Tal dado, talvez, possa levar-nos a sugerir que a proximidade das eleições, principalmente no Estado do RJ, e o resultado advindo desta, a consagração da vitória de Marcello Alencar (PSDB) no segundo turno, tenham constituído-se em fatores importantes para as freqüentes críticas desferidas pelo jornal. Combinadas a esses fatores, o jornal apresentava suas expectativas com o novo governo que viria suceder a gestão Brizola/Nilo Batista⁹¹. Os editoriais, por outro lado, denotavam um fenômeno de grande relevo à época (mas, com alguma força simbólica ainda nos dias presentes) no tratamento dispensado a Brizola e seu partido: a associação do brizolismo⁹² com a criminalidade. Assim, a própria

⁹⁰ Ver item 1.3.2.2.

⁹¹ Vice-governador de Leonel Brizola. Ocupou o cargo de titular do governo a partir de 02/04/1994, com a desincompatibilização de Brizola à disputa da Presidência da República.

⁹² Como o brizolismo, enquanto fenômeno particular, ultrapassa os propósitos de análise dessa dissertação, uso a expressão no sentido corrente indicado por nossa cultura política, principalmente carioca. Ou seja, como um fenômeno marcado por um certo conjunto de ações, propostas, idéias e tradições políticas, encarnadas na figura de Brizola e, em alguma medida, em seu partido. Para uma discussão dos conteúdos objetivos e subjetivos que marcam esse fenômeno ver SENTO-SÉ, João Trajano. *Brizolismo : estetização da política e carisma*.

presença preponderante de fragmentos das teses *clássicas*, na representação do "populismo brizolista", é caracterizada por um uso nitidamente político, um recurso disponibilizado para o embate e a desqualificação política. Revela, pois, em alguma medida, um certo uso vicioso e distante do centro de argumentação do *modelo clássico*.

Vejamos alguns trechos de editoriais bastante representativos do tipo majoritário de designação e desqualificação de Brizola e do PDT, perpetrados pelo jornal.

Publicado em 5 de fevereiro de 1994, o editorial *A ameaça das favelas*, discorria sobre a convivência dos *políticos populistas* com a favelização da cidade do Rio de Janeiro. As administrações de Brizola, a despeito de não serem mencionadas explicitamente, atravessam o referencial *populista* sobre um certo tipo de política que considerava-se imperar na cidade e no Estado do Rio de Janeiro. Note-se também, que o editorial apresenta uma clara feição de tribuna política, convocando, ou *interpelando*, no dizer de Althusser (1998), o leitorado do *JB* à *dar um basta* nesta situação no pleito eleitoral.

A situação das favelas no Rio atingiu um ponto explosivo, extremamente ameaçador. Só a demagogia assistencialista e o oportunismo populista ainda não enxergaram a triste realidade que é a progressão resistível da marginalidade numa cidade que em poucos anos ficou estrangulada entre a lei, não cumprida, de um lado, e a ilegalidade, florescente, do outro (...). Os favelados são hoje um terço da população. Em breve, serão a metade, e a médio prazo, maioria, se o fluxo de favelização não for detido, a sério (...). Dos 180 morros do Rio, 68 estão ocupados pelas favelas. É impressionante como elas se reproduzem, apesar de muitas já terem chegado ao ponto de saturação (...). **Os cidadãos que moram na cidade que está no mapa já não suportam submeter-se à outra população, armada, em contínua expansão, acasalada sob o guarda-chuva protecionista dos traficantes, dos bicheiros e dos políticos populistas (*Jornal do Brasil*: 10).** (GN).

Meses depois, dias antes do 2º turno da eleição (realizado em 15/11), o editorial *Batalha final*, publicado em 03/11, apresentava a expectativa, positiva, do jornal com relação a intervenção militar federal na segurança pública do Estado. Talvez não seja desnecessário observar que, só no mês de novembro, cinco editoriais que utilizaram a noção de populismo para os atores em tela tratavam dessa questão. Concomitantemente criticava-se o que o *JB* considerava como leniência do brizolismo com a ilegalidade.

(...) **A insegurança no Rio é o resultado da incompetência da polícia e do populismo governamental que criou barreiras psicológicas no combate ao crime.** A relação promíscua de traficantes, bicheiros, policiais e políticos esboçou o cenário de decadência que se estendeu aos outros setores. **A ação conjunta tardou, mas veio. Com "dosagem correta" (...), mas energia, trata-se agora de fazer girar ao contrário a roda do infortúnio que atrasou por vários decênios o destino do Rio.** (*Jornal do Brasil*: 10) . (GN).

Três dias após a eleição do novo governador, Marcello Alencar, em 18/11, o *JB* publica o editorial intitulado *A grande mudança*. O título, por si só, já é sugestivo o bastante para identificar-se a preferência política do jornal na concluída eleição estadual. Em contraposição à esperança de mudanças sinalizadas para a próxima gestão, o editorial apontava de modo contundente as circunstâncias geradoras das, então, consideradas mazelas do Estado.

(...) **A política do Rio ficou destroçada por anos de dilapidação moral. A aliança dos políticos com o crime organizado, azeitada pelo assistencialismo populista, percorreu todos os caminhos do atraso (...).** A polícia corrupta é o resultado de longa leniência com o crime organizado. De tanto ceder aos contraventores, **a sociedade fluminense acordou um belo dia anestesiada por brutal corrupção que** passou incólume pelos morros, escolas de samba, clubes de futebol e **chegou ao palácio governamental de braço com o populismo demagógico (...).** A crise do Rio é, portanto, uma crise política (...). (*Jornal do Brasil*: 10) . (GN).

Mudança de guarda, é o título de editorial publicado na edição do jornal de 20 de dezembro. Portanto, já nos estertores do governo pedetista. Discutia-se, entre outros, os benefícios engendrados pela intervenção federal na segurança pública. Interessante notar a argumentação dicotômica empreendida pelo texto: de um lado, a passividade do governo que saía no tocante ao banditismo. De outro, a firmeza no combate ao crime e a tranquilidade social proporcionada pela ação federal.

(...) Na cabeça da polícia do Rio jamais entrou um mínimo de bom senso, capaz de assimilar a verdade elementar de que a criminalidade se expande quando a polícia encolhe. **O policial, nos bons tempos da política populista que se limitava a passar a mão na cabeça de traficantes e dos bicheiros (...),** sempre argumentou que não tinha recursos para subir os morros. **As favelas se tornaram santuários da bandidagem, porque a polícia lavava as mãos. O exército demonstrou que o mito da inexpugnabilidade dos morros é falso. Basta subir (...).** Hoje o Rio está mais

tranquilo, com a redução drástica dos tiroteios. Já não há mais balas perdidas ceifando vidas nos bairros adjacentes às favelas. É por isto que a população saúda a permanência dos militares nas áreas conflagradas e espera que a polícia descruze os braços e comece finalmente a trabalhar em benefício da segurança (*Jornal do Brasil*: 10)⁹³.

Após a análise de editoriais que primam pela construção de uma imagem extremamente negativa de Brizola e seu partido - vinculada à desordem e ao caos urbanos, como, também, relacionada a tolerância com a atuação de criminosos -, vejamos o "populismo brizolista" sob um outro prisma: um projeto de desenvolvimento econômico historicamente superado.

Abordando a eleição à presidência, o editorial *O tom do futuro*, de 16/08, informava ao leitor sobre as novidades políticas esboçadas naquele pleito. Entre as principais, figuravam as presenças de Lula e Fernando H. Cardoso como os dois grandes pólos da disputa. O jornal os considerava como dois exemplos políticos modernos, a despeito de suas diferenças ideológicas e partidárias. De acordo com o texto, por outro lado, esgotara-se o espaço para determinados tipos de lideranças e propostas. Lideranças *carismáticas* e *outsiders*, como Jânio e Collor, perdiam expressão. O estilo político de líderes como Ademar de Barros também estaria perdendo espaço no corpo do eleitorado: *a honradez e a austeridade passaram a ser requisitos da modernização política. É preciso fazer, sem roubar* (*Jornal do Brasil*: 10). Imerso em uma série de denúncias de corrupção, talvez não seja difícil imaginar que esse perfil político era atribuído a Quéricia. Quanto a Brizola, argumentava-se o seguinte:

(...) O populismo e o corporativismo de base varguista ficaram para trás. Tanto o processo de substituição de importações como a modernização autoritária dos caudilhos gaúchos cumpriram suas missões históricas. O mundo globalizado deste final de século não comporta nacionalismos sombrios, teorias conspiratórias ou sonhos autárquicos. A socióloga Celina Vargas do Amaral Peixoto, neta de Getúlio, diz com todas as letras em entrevista ao JORNAL DO BRASIL: **é necessário desmontar o Estado Novo (...). O Brasil e o mundo se transformaram**

⁹³ Grifos nossos. Vale destacar que essa imagem *paradisiaca* construída pelo editorial, com base na ação do Exército, talvez não correspondesse, como sugere Sento-Sé, *ao comportamento dos indicadores, que chegaram a indicar um aumento expressivo, durante o período da realização da Operação Rio, pelo Exército, do número de homicídios dolosos* (Luiz Eduardo Soares *apud* Sento-Sé, 1999: 292).

consideravelmente desde a eleição passada. O eleitor brasileiro está se mostrando sensível a essa mudança para melhor. (*Jornal do Brasil*: 10) . (GN).

Vê-se, pois, com todas as letras, a representação do populismo como uma expressão política e econômica arcaica, superada (ou a ser superada) pelo *motor da modernidade globalizante*. Vê-se, também, a utilização de um poderoso símbolo que viria a se consolidar, no curso dos anos posteriores, no discurso jornalístico hegemônico: *globalização*. Processo inexorável, inescapável, "trem do desenvolvimento e da modernidade".

2.3.3.2 - Noticiário cotidiano

Oito (8) matérias referiram-se direta ou indiretamente às figuras de Brizola e do PDT, em um conjunto de 66 incidências da noção de populismo no noticiário cotidiano. Em 5 oportunidades, o candidato pedetista à sucessão estadual, Anthony Garotinho, fora designado como *populista*. Como quatro dessas referências foram destinadas a esse candidato em particular, não incluímos nas observações da presente análise.

Prevaleceu, aqui, a apropriação de algumas idéias comuns à matriz teórica *clássica*. Reproduzimos, assim, passagens de duas matérias publicadas no mês de setembro.

Em 11/09/1994, o *JB* publicava matéria que discorre sobre alguns traços característicos da forma de atuação política do candidato Garotinho. A matéria intitulada *Garotinho inaugura um novo trabalhismo*, é relevante para a identificação do que o jornal classifica como características do brizolismo.

(...) Símbolo - "**Populismo científico**", expressão do vereador campista Antônio Carlos Rangel (PT), talvez seja a definição mais aproximada do estilo com que Garotinho, usando e abusando do marketing e dos meios de comunicação de Campos, virou símbolo do bem que luta contra o mal e derrotou os velhos coronéis da política (...). "**Hoje questionamos se valeu trocar o coronelismo empírico pelo populismo científico**", diz Rangel, do movimento Muda Campos, que elegeu Garotinho aos 28 anos (...).

Receitas - No meio de um dia de campanha na Baixada, **Garotinho** define a linha divisória que vê na política. "De um lado, o Garotinho e seu compromisso com o povão. Do outro, o resto, financiado pelos banqueiros e grandes grupos. O pau vai comer no lombo deles", **discursa, sobre um banquinho e no mais puro estilo brizolista** (...). Assim como Brizola e seus Cieps, **Garotinho**

privilegiou os setores populares na administração de Campos (...). Estimulou hortas populares, construiu 40 escolas e 30 postos de saúde (...), saindo com mais de 90% de aprovação popular (...) **como Brizola, Garotinho direciona o discurso ao "povão" (...).** (*Jornal do Brasil*, editoria Cidade: 8) . (GN).

Vale salientar um interessante dado que se pode extrair da leitura desse texto: ele revela alguns componentes conflitivos no interior de sua argumentação. Este conflito é relativamente natural, tendo em vista os primados de "isenção" e "neutralidade" que norteiam a atividade jornalística, como, de algum modo, também pôde ser notado no noticiário da *Folha*. Nas linhas introdutórias, o autor da matéria afirmava coadunar-se com a visão crítica do vereador que cunhara a expressão *populismo científico*. Evidentemente, a interpretação da matéria sobre o então candidato estava clara desde o início. Contudo, no curso do texto, o jornalista vai traçando paralelos entre o perfil de Garotinho e Brizola, destacando-se o discurso e ações governamentais voltadas para os setores populares. Esse segundo elemento discursivo contido na matéria, em si mesmo, não apresenta, evidentemente, nenhuma natureza desqualificatória. Pelo contrário. Então, pode-se afirmar, num primeiro momento, que, a esse conflito argumentativo e sua respectiva interpretação, caberia uma boa margem de autonomia à leitura empreendida pelo receptor da matéria. Entretanto, caberia também indagar: a recepção já não poderia estar *viciada*, ao menos no que tange a segmentos dos assinantes do jornal, devido a leitura de textos como os explicitamente desqualificatórios encontrados nos editoriais? Se consideramos que, como argumenta José Pinto, os editoriais desnudam o que se encontra oculto no noticiário (José Pinto, 1996: 173), a produção da imagem dos atores aqui postos em relevo, não conduziria expressivos contingentes dos leitores a uma recepção já relativamente negativa? Qual seria a percepção sobre os *políticos brizolistas/populistas* que privilegiam seus esforços aos setores populares? E mais: como seriam representados os próprios *setores populares* ?

Essas são indagações que se pode alçar à reflexão. Como, no geral, transcendem nossos objetivos e recursos metodológicos, podemos sugerir, unicamente, que o perfil das políticas populares pedetistas, à época, não encontrava respaldo no discurso do *JB*. Seu discurso apresentava correspondências, sim, com as posições de adversários políticos de

Brizola e seu partido; como se vê na afirmação abaixo, de Ronaldo Cezar Coelho (então vice-presidente nacional do PSDB), publicada na edição de 13 de setembro:

(...) **Ronaldo Cezar Coelho (...) conversou com Gustavo Heck** [coordenador da campanha do então candidato ao governo do Estado do RJ, Newton Cruz - PSD/PPR] **entre "vários encontros que teve com outros setores para expulsar o populismo selvagem do PDT"**⁹⁴.

2.3.3.3 - Seções de opinião e debate

De um conjunto de 18 (dezoito) artigos de opinião que operaram com a noção de populismo, 3 (três) classificaram especificamente o governo Brizola. Mais uma vez, apareceram fortes consonâncias interpretativas com algumas idéias do *modelo clássico*, tais como: demagogia, paternalismo e irracionalidade. Outro dado a ser destacado é a associação das ações de Brizola e seu partido com a ilegalidade e o caos urbano. Como vimos, um fenômeno recorrente no *JB*. Há que se ressaltar, por outro lado, que um artigo - caso raro entre os textos de diferentes espaços desse jornal - criticava a ênfase dada, entre outros, pela mídia, à atuação do crime organizado no Rio de Janeiro e à crucificação da gestão Brizola, em particular⁹⁵.

Publicado na edição de 17/11, o artigo *Rua e cidadania* representa significativamente a primeira abordagem tipificada acima. Vale acrescentar que, a despeito do tom mais brando, o texto guarda estreitos laços de afinidade com o perfil da representação do "populismo brizolista" encontrado nos editoriais. Produzido por Gilberto Velho, o texto afirma que,

(...) **a presença de camelôs, pedintes e menores desassistidos, (...), nos espaços públicos aumentou consideravelmente nos últimos anos, também devido a uma concepção específica no que concerne às camadas mais pobres da cidade. O governo brizolista, dentro da lógica populista, deu a essas categorias acesso quase irrestrito às ruas, sustentado por uma visão de cidadania e direitos humanos.** São situações distintas que merecem análises específicas, mas que tomadas em conjunto produzem um quadro urbano particularmente tumultuado. **Existem ligações**

⁹⁴ Jornal do Brasil, editoria Cidade. *Cruz garante que Marcello propôs acordo* : 7. 13/09/1994. Grifo nosso.

⁹⁵ Discorrendo sobre o problema do crime organizado, o articulista advertia que este fenômeno fazia-se presente em diversos Estados da federação, assim como envolvia diferentes instâncias do Estado brasileiro. Portanto, diz o autor, *é inaceitável pretender satanizar a situação carioca ou lapidar simplesmente a administração atual*. Ver PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Conluio e convivência*. Jornal do Brasil: editoria Opinião : 11. 12/04/1994.

claras entre ambulantes, pedintes e meninos de rua com o mundo do crime em diversos níveis (...) seja como carrascos, seja como vítimas, ou às vezes nos dois papéis, estão envolvidos em atividades ilegais (...) é fundamental incluir no projeto de controle à violência no Rio a reorganização do espaço público, convulsionado por políticas populistas. A heterogeneidade de experiências e estilos de vida não deve ser usada para legitimar o caos e a insegurança das ruas (...). (*Jornal do Brasil*, editoria Opinião: 11) . (GN).

CONCLUSÕES

O populismo é uma noção extremamente controversa no *campo intelectual*. Munidos por instrumentos teóricos e filiações políticas diferentes, o conjunto de trabalhos que apresentamos no curso do capítulo I revela a marca contraditória e polêmica que envolve a noção. As décadas que se sucederam após os anos 50 do século passado foram caracterizadas tanto por tentativas de investigação do fenômeno e operacionalização da noção, quanto pela problematização de teses consagradas em diversos centros acadêmicos. Nesse ínterim, estudiosos latino-americanos *confrontaram-se* num verdadeiro embate intelectual.

Por outro lado, a controvérsia que é marca registrada nos usos e definições do populismo no *campo intelectual*, não se apresenta, ao menos sob o mesmo formato e força, nos usos apresentados pelo discurso jornalístico analisado. Por mais difusas, múltiplas e fragmentadas que fossem, as idéias imputadas à noção de populismo giravam, em geral, em torno de uma idéia básica: o atraso. *Atraso* no plano político, pois considerava-se que o *populismo* não se coadunava, entre outros, com a agenda política em vigor: o fortalecimento da sociedade civil e a crítica ao controle do Estado sobre as ações e movimentos de distintas associações sociais; crítica ao personalismo político; transparência na definição das propostas dos políticos, requerendo-se a informação dos objetivos e fontes financeiras para a execução das promessas de campanha; transparência também no uso dos recursos públicos, por parte dos governos, e conseqüentemente, uma crítica aberta à corrupção. Mas a incongruência do *populismo* com a *modernidade* não se restringia às instâncias da sociedade civil e do sistema político. Como vimos, ele fora representado também como um *atraso* no campo econômico. E, é exatamente aí que a eloqüência no questionamento ao populismo mostrou-se expressiva no discurso jornalístico. Em um cenário econômico marcado pelo aprofundamento das relações internacionais capitalistas, por uma grave crise financeira do Estado e por anos de espiral inflacionária, dizia-se que o *populismo* não tinha mais espaço para responder a esses dilemas e aos imperativos da *modernização econômica*. O *estatismo*, o *nacionalismo*, o *proteccionismo*, a *autarquização* e

os gastos inseqüentes, estariam ou deveriam ser superados e, com isso, o *populismo* não representava nada mais do que o símbolo de um mundo identificado com o passado. Ou seja, um *obstáculo* que deveria ser varrido das práticas e metas dos diferentes atores do espectro político-partidário.

Considerando, portanto, que essa representação do fenômeno populista não podia ser obra, única e exclusiva, de uma invenção da mídia impressa, dedicamo-nos à análise das seções de opinião e debate oferecidas pelo *JB* e pela *Folha* à publicação de textos produzidos, entre outros, por indivíduos ligados ao campo acadêmico. Entendemos que essas seções do jornal foram valiosas para nossa análise, pois tendem a constituir-se num espaço de interação entre as produções científicas e jornalísticas. Nesse sentido, talvez seja possível argumentar que esse espaço constituía-se numa fonte analítica aberta à identificação do deslocamento da noção do *campo intelectual* para o *jornalístico*. Contudo, por mais plural que sejam essas seções de opinião, interpretações e definições particulares dadas por alguns articulistas alcançaram uma grande ressonância nos discursos dos editoriais e do noticiário cotidiano. Na *Folha*, é provável que tenhamos conseguido identificar o seu ideólogo mais destacado: Bresser Pereira. A interpretação do jornal sobre as dificuldades e os rumos a serem seguidos pelo país apresentou laços estreitíssimos de afinidade com a concepção do Estado e da economia dada por Bresser; evidenciados, inclusive, em passagens de textos jornalísticos que mencionavam seu nome como referência explícita. Quanto ao *JB*, não foi possível precisar o intelectual que conformou o referencial científico-ideológico apropriado pelo jornal - se é que, por outro lado, devesse existir. Mas de qualquer modo, não é difícil considerar que idéias como as defendidas por Bresser e, mesmo, Roberto Campos, tiveram bastante ressonância no discurso do jornal.

O estudo dos casos da *Folha* e do *JB* trazem questões interessantes para a análise das similaridades e distinções existentes nos jornais da grande imprensa. Seus respectivos discursos denotam afinidades muito grandes no que diz respeito aos problemas, horizontes e reformas pró-mercado que deveriam ser operadas no país. A ideologia neoliberal constituía-se em um nítido referencial para as interpretações do cotidiano político em seus textos. Em linguagem althusseriana, a *interpelação* realizada por essa ideologia era evidente, entre outros, no combate aos *populistas*. Em linhas gerais, os símbolos do *atraso*

e do *estatismo* consubstanciaram a representação geral da noção de populismo, construída, direta e indiretamente, por esses jornais.

Se tratarmos o estudo realizado por essa dissertação, também, como um recorte de análise da posição desses jornais na campanha presidencial de 1994, podemos afirmar que os jornais apresentavam uma postura abertamente favorável à candidatura de Fernando H. Cardoso. Esta seria considerada, em última instância, representativa da "necessária modernização"⁹⁶. Aos atores e candidatos que se distanciavam desse figurino restavam a desqualificação - a pecha de *populismo*, entre outros rótulos e estereótipos.

Quanto à distinção, ou, melhor, à especificidade evidenciada no discurso dos dois jornais, no que tange especificamente a construção simbólica do populismo, podemos assinalar que a *Folha* dirigia essa expressão, preponderantemente, à análise da política nacional, apropriando-se, em geral, das teses chanceladas pelo *paradigma econômico*. O *JB*, por seu turno, operava com a noção, na maioria dos casos, na interpretação da política do Estado do Rio de Janeiro, notadamente de sua capital. Algumas idéias concernentes aos estudos *clássicos*, pois, vigoravam em sua *concepção geral* do fenômeno. O brizolismo aparecia, assim, como uma relevante variável interveniente em sua construção simbólica. É possível que tal situação tenha ocorrido devido ao seguintes fatos:

- i. A *Folha* possuía e possui uma circulação nacional superior ao *JB*. Procura(va)-se, com efeito, tentar abranger mais as realidades que transcendessem a política estadual, a fim de contemplar o público exterior a São Paulo.
- ii. O brizolismo, então uma relevante expressão de um matiz da esquerda brasileira, representava um fenômeno muito distante das práticas, idéias e metas político-econômicas defendidas pelo *JB*. Talvez seja lícito argumentar, então, que a identificação das figuras de Brizola e do PDT com o *atraso populista*, serviriam à desqualificação desses atores tanto na eleição à presidência quanto à estadual (e quem sabe da esquerda como um todo, para o leitorado do jornal). Combatia-se uma

⁹⁶ Vale acrescentar que essa preferência não foi, evidentemente, uma marca apenas da campanha de 1994. Durante anos de governo Cardoso os mais diversos recursos argumentativos e técnicas de redação foram disponibilizados para a defesa das políticas implementadas por seu governo. Ver BIONDI, Aloysio. *Mentira e caradurismo (ou : a imprensa no reinado FHC)*.

importante expressão política identificada com a esquerda (e, provavelmente, com o *povo*), detentora de um sólido enraizamento no imaginário político da população do Estado do Rio de Janeiro.

Em todo caso, os discursos dos respectivos jornais evidenciaram uma identidade geral na representação da noção de populismo: *atraso, estatismo, instabilidade, irresponsabilidade e irrealismo*. Um contraponto e entrave à *modernidade, à flexibilidade produtivo-econômica, à estabilidade, à responsabilidade* e ao *pragmatismo*, requeridos, segundo os jornais, pela *sociedade brasileira*. Requerido, como se sabe, também, ou principalmente, pelo capital financeiro internacional.

Enfim, de uma categoria trabalhada no *campo intelectual*, com fins de análise científica de fenômenos presentes nas sociedades e nos sistemas políticos latino-americanos, o populismo metamorfoseou-se no discurso do *Jornal do Brasil* e da *Folha de S.Paulo* em uma *ferramenta* ideológica importante e generalizante para a desqualificação de projetos e atores políticos que, em 1994, buscavam alternativas aos cânones neoliberais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Perseu. *A ética do jornalismo*. Página eletrônica da Fundação Perseu Abramo. Documento consultado em agosto de 2002. Disponível na INTERNET via http://www.fpabramo.org.br/perseu/etica_jornalismo.htm

_____. *Significado político da manipulação na grande imprensa*. Página eletrônica da Fundação Perseu Abramo. 1988. Disponível na INTERNET via <http://www.fpabramo.org.br/perseu/manipulacao.htm>

ADORNO, Theodor e HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro. 1985.

ALBUQUERQUE, Afonso de. A campanha presidencial no "Jornal Nacional": observações preliminares. *Comunicação & política* I, n. 1, ago-nov. de 1994. Disponível na INTERNET via <http://www.cebela.org.br/Revista/V1n1-1994.htm>

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de estado*. Ed. Graal. Rio de Janeiro. 7ª ed. : 1998.

ALVES FILHO, Aluizio. O noticiário da mídia e a "velhinha da motocicleta". PUC: Rio de Janeiro. *Alceu* 3, n.2; jul/dez. 2001. P. 54-77.

_____. A ideologia como ferramenta de trabalho e o discurso da mídia. *Comum* 15, n. 5. Faculdades Integradas Hélio Alonso: Rio de Janeiro. Ago/dez. 2000. P. 86-118.

_____. *Um estudo comparativo sobre a identidade da América Latina nos jornais A Folha de S.Paulo e O Clarín, de Buenos Aires*. Tese de doutorado, Flacso-Universidade de Brasília: Brasília. Dez. de 1996.

AMARAL, Roberto. Imprensa e controle da opinião pública (informação e representação no mundo globalizado). In: MOTTA, Luiz Gonzaga. *Imprensa e poder*. Ed. UnB: São Paulo. 2002. P. 75-101.

BANDEIRA, Moniz. *Brizola e o trabalhismo*. Ed. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro. 2ª edição. 1979.

BIONDI, Aloysio. *Mentira e cara-durismo (ou: a imprensa no reinado FHC)*. Página eletrônica da Faculdade Cásper Líbero. 1999. Disponível na INTERNET via <http://www.fcasper.com.br/jo/anuario/1999/biondi.htm>

BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Editora da UFRGS: Porto Alegre. 1992.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Ed. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro. 4ª ed.: 2001.

_____. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro. 1998.

_____. *Sobre a televisão*. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro. 1997.

BRESSER PEREIRA, L. C. *Populismo econômico: ortodoxia, desenvolvimentismo e populismo na América Latina*. Ed. Nobel: São Paulo. 1991. Cap. 4: Populismo e política econômica no Brasil.

CANITROT, Adolfo. A experiência populista de redistribuição de renda. In: BRESSER PEREIRA, L. C. *Populismo econômico: ortodoxia, desenvolvimentismo e populismo na América Latina*. Ed. Nobel: São Paulo. 1991. P. 11-36.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Populismo latino-americano em discussão. In: FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua história: debate e crítica*. Ed. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro. 2001. P. 125-165.

CARDOSO, Eliana e HELWEGE, Ann. Populismo, ganância e redistribuição. In: BRESSER PEREIRA, L. C. *Populismo econômico: ortodoxia, desenvolvimentismo e populismo na América Latina*. Ed. Nobel: São Paulo. 1991. P. 201-232.

CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Ed. LTC: Rio de Janeiro. 7ª edição. (Ano ?).

CARDOSO, Fernando Henrique. *Mensagem ao Congresso Nacional*. Brasília: fev.1995. Disponível na INTERNET via <http://www.planalto.gov.br>

CAROS AMIGOS. *Esse governo fez do país uma província do capital mundial*. Edição 58. Jan. 2002. Disponível na INTERNET via http://www.ecomm.com.br/carosamigos/da_revista/edicoes/ed58/entrevista.asp

CASASÚS, Josep Maria. *Ideologia y análisis de medios de comunicación*. Editorial Mitre: Barcelona. 3ª edição. 1985.

CHAUÍ, Marilena. Raízes teológicas do populismo no Brasil : teocracia dos dominantes, messianismo dos dominados. In: DAGNINO, Evelina. *Anos 90 : política e sociedade no Brasil*. Ed. Brasiliense: São Paulo. 1994. P. 19-30.

DATAFOLHA. *Evolução da intenção de voto para a Presidência da República - Eleições 1994*. Disponível na INTERNET via http://uol.com.br/folha/datafolha/eleicoes1994/eleicoes_1994.shtml

DEBERT, Guita Grim. A questão do populismo : populismo e participação política. In: DE MELO, José Marques. *Populismo e comunicação*. Cortez editora: São Paulo. 1981. P. 53-59.

DE IPOLA, Emilio. Peronismo y populismo: una nueva propuesta de interpretación. Universitat Autònoma de Barcelona, ICPS: Barcelona. 1991. Disponível na INTERNET via http://www.diba.es/icps/working_papers/docs/Wp_i_35.pdf

DEUTSCHE WELLE. *Efeito tango no Brasil depende de Lula*. 27/09/2002. Disponível na INTERNET via <http://dw-world.de/dwelle/cda/detan/dwene.cda.detan>

DI TELLA, Torcuato S. El futuro de los partidos políticos en la Argentina. *Revista de la CEPAL*: Santiago. Out. 1998. Disponível na INTERNET via <http://www.eclac.cl/cgi-bin/getProd.asp?xlm=publicaciones/xlm/5/4415/P4415.xlm&xsl=/tpl/p9f.xsl>

_____. Os processos políticos e sociais da industrialização. In: COSTA PINTO, L. A., e BAZZANELLA, W. *Processos e implicações do desenvolvimento*. Zahar Editores: Rio de Janeiro. 1969. P. 73-105.

DORNBUSCH, Rudiger e EDWARDS, Sebastian. O populismo macroeconômico na América Latina. In: BRESSER PEREIRA, L. C. *Populismo econômico: ortodoxia, desenvolvimentismo e populismo na América Latina*. Ed. Nobel: São Paulo. 1991. P. 151-190.

ECO, Umberto. *Tratado geral de semiótica*. Ed. Perspectiva: São Paulo. 3ª ed.: 2000.

FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua história : debate e crítica*. Ed. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro. 2001. O nome e a coisa : o populismo na política brasileira. P. 59-124.

FOLHA DE S. PAULO. Edições de 1994.

FOLHA ONLINE. *Saiba mais sobre o ex-presidente da Venezuela Hugo Chávez*. 12/04/2002. Disponível na INTERNET via <http://www.uol.com.br/folha/mundo/ult94u39887.shl>.

GERMANI, Gino. *Política e sociedade numa época de transição*. Ed. Mestre Jou: São Paulo. 1973.

GOMES, Angela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil : notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua história: debate e crítica*. Ed. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro. 2001. P.17-57.

_____. *A invenção do trabalhismo*. Ed. Relume Dumará: Rio de Janeiro. 2ª ed.: 1994.

GRACIARENA, Jorge. *Poder y clases sociales en el desarrollo de America Latina*. Ed. Paidós: Buenos Aires. 1967.

IANNI, Octavio. O príncipe eletrônico. *Cuestiones constitucionales*: UNAM. México. Jan/jun. 2001. Disponível na INTERNET via <http://www.ejournal.unam.mx/cuestiones/ccconst04.html>

_____. *A era do globalismo*. Ed. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro. 4^a ed.:1999.

_____. *A formação do estado populista na América Latina*. Ed. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro. 2^a ed.:1991.

_____. *O colapso do populismo no Brasil*. Ed. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro. 3^a ed.:1975.

IBOPE. *Perfil da penetração por jornal : Grande São Paulo e Grande Rio de Janeiro*. Trimestre março/maio de 1996.

INTERNATIONAL HERALD TRIBUNE. *Brazilians want change*. 11/10/2002. Disponível na INTERNET via <http://www.iht.com>.

JAGUARIBE, Helio. *Brasil : crise e alternativas*. Zahar Editores: Rio de Janeiro. 1974.

JORNAL DO BRASIL. Edições de 1994.

JOSÉ PINTO, Milton. *Comunicação e discurso : introdução à análise de discursos*. Hacker Editores. 1999.

_____. *O indivíduo e as mídias*. Diadorim Editora Ltda. 1996. Contextualizações. P. 162-176.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalismo econômico*. Edusp: São Paulo. 2^a edição: 2000.

LACLAU, Ernesto. *Política e ideologia na teoria marxista : capitalismo, fascismo e populismo*. Ed. Paz e Terra: Rio de Janeiro. 1979.

LAGE, Nílson. *Ideologia e técnica da notícia*. 3^a ed.: Disponível na INTERNET via <http://www.jornalismo.cce.ufsc.br/nilivri.html>. Documento consultado em 2002.

_____. *A bolha ideológica e o destino do jornalismo*. PUC: Rio de Janeiro. *Alceu* 3, n. 2, jul/dez. 2001. P 40-53.

_____. *Jornalismo e linguagem na era da produção simbólica*. Monografia apresentada ao concurso para professor titular na Universidade Federal de Santa Catarina: Rio de Janeiro. Dez. de 1991. Disponível na INTERNET via <http://www.jornalismo.ufsc.br/nilson.html>

LENIN, V.I. *El desarrollo del capitalismo en Rusia*. Editorial Progreso: Moscou. 1979.

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. Zahar Editores: Rio de Janeiro. 2ª ed.: 1972.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Martins Fontes Editora: São Paulo. 2ª ed.: 2001.

MAYORGA, Fernando. Compadres y padrinos : el rol del neopopulismo en la consolidación democrática y la reforma estatal en Bolivia. *Cuadernos de Ciencias Sociales*: Costa Rica. Flacso. Janeiro de 1997. Disponível na INTERNET via <http://ladb.unm.edu/econ/content/cuadcienc/1997/january/compadres.html>

MOTTA, Luiz Gonzaga. *Imprensa e poder*. Ed. UnB: São Paulo. 2002. Ideologia e processo de seleção de notícias. P. 125-148.

NOVARO, Marcos. Crisis de representación, neopopulismo y consolidación democrática. *Revista Sociedad* 6. Facultad de Ciencias Sociales, UBA: Buenos Aires. Março de 1995. Disponível na INTERNET via http://www.politica.com.ar/Filosofia_politica/Nuevos%20Filopol/novaro_rep_pilotos.html

OLIVEIRA, Isabel de Assis Ribeiro de. *Trabalho e política : as origens do Partido dos Trabalhadores*. Ed. Vozes: Petrópolis. 1988.

PALERMO, Vicente. Populismo temperado : uma interpretação política do plano de conversibilidade argentino de 1991. *Dados* 40, n. 1: Rio de Janeiro, 1997. Disponível na INTERNET via <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci>

PESSANHA, Elina G.F., e MOREL, Regina L.M. Classe trabalhadora e populismo: reflexões a partir de duas trajetórias sindicais no Rio de Janeiro. In: FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua história : debate e crítica*. Ed. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro. 2001. P. 273-317.

PRADO, Maria Lígia. *O populismo na América Latina*. Ed. Brasiliense: São Paulo. 7ª ed.:1995.

QUIJANO, Aníbal. Populismo y fujimorismo. *Cuadernos de Ciencias Sociales*: Costa Rica. FLACSO. Janeiro de 1997. Disponível na INTERNET via <http://www.cholonautas.edu.pe/pdf/QUIJANO-POPULISMO%20Y%20FUJIMORISMO.pdf>

REIS FILHO, Daniel Aarão. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua história : debate e crítica*. Ed. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro. 2001. P. 319-377.

RIBEIRO, Darcy. *O dilema da América Latina : estruturas de poder e forças insurgentes*. Ed. Vozes: Petrópolis. 1978.

ROBERTS, Kenneth. Populism and democracy in Latin America. University of British Columbia, *IIR* : Canadá. 2000. Disponível na INTERNET via <http://www.iir.ubc.ca/pwiasconferences/threatstodemocracy/abstractpapers/roberts.pdf>

_____. Neoliberalism and the transformation of populism in Latin America : the peruvian case. *World Politics* 48, n.1. Center of International Studies, Princeton University: outubro de 1995. Disponível na INTERNET via <http://muse.jhu.edu/demo/wp/48.1roberts.html>

ROSTOW, W.W. *Etapas do desenvolvimento econômico : um manifesto não-comunista*. Zahar Editores: Rio de Janeiro. 4ª ed.: 1971.

SACHS, Jeffrey D. Conflito social e políticas populistas na América Latina. In: BRESSER PEREIRA, L. C. *Populismo econômico : ortodoxia, desenvolvimentismo e populismo na América Latina*. Ed. Nobel: São Paulo. 1991. P. 123-149.

SAES, Décio de Azevedo M. A reemergência do populismo no Brasil e na América Latina. In: DAGNINO, Evelina. *Anos 90 : política e sociedade no Brasil*. Ed. Brasiliense: São Paulo. 1994. P. 41-48.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização : do pensamento único à consciência universal*. Ed. Record: Rio de Janeiro. 9ª ed.: 2002.

SANTOS, Theotônio dos. *A teoria da dependência : balanço e perspectivas*. Ed. Civilização Brasileira : Rio de Janeiro. 2000.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Reforma contra reforma*. Ed. Tempo Brasileiro: Rio de Janeiro. 1963.

SENTO-SÉ, João Trajano. *Brizolismo : estetização da política e carisma*. Ed. FGV: Rio de Janeiro. 1999.

SISTEMA JORNAL DO BRASIL-CLUBE JB. *Perfil do assinante*. Novembro de 1994.

SODRÉ, Néelson Werneck. *O populismo : a confusão conceitual*. (Ed. ?). (Ano ?).

STALINGS, Barbara. International Influence on economic policy : debt, stabilization, and structural reform. *The politics of economic adjustment*. Mimeo.

TAVARES DE ALMEIDA, Maria Hermínia. Negociando a reforma : a privatização de empresas públicas no Brasil. *Dados* 42, n. 3. Rio de Janeiro: 1999. Disponível na INTERNET via <http://www.scielo.br>

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa : a árvore da liberdade*. Vol. I. Ed. Paz e Terra: Rio de Janeiro. 3ª ed: 1997.

_____. *A formação da classe operária inglesa : a força dos trabalhadores*. Vol III. Ed. Paz e Terra: Rio de Janeiro. 2ª ed: 1989.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna : teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Ed. Vozes: Petrópolis. 5ª ed.: 2000.

VACS, Aldo. Convergence and dissension : democracy, markets, and structural reform in world perspective. *Latin American political economy in the age of neoliberal reform*. Mimeo.

VERBETES SOBRE FERNANDO COLLOR E ITAMAR FRANCO. *Dicionário histórico biográfico brasileiro-DHBB*. CPDOC/Fundação Getúlio Vargas-FGV. 2001. Disponível na INTERNET via <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/>

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira* . Ed. Paz e Terra: Rio de Janeiro. 4^a ed.: 1989.

WORSLEY, Peter. O conceito de populismo. In: TABAK, Fanny. *Ideologias-populismo*. Livraria Eldorado Tijuca: Rio de Janeiro. 1973. P. 23-67.

III CICLO DE ESTUDOS DA INTERCOM (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação). Documento básico : estado, populismo e comunicação no Brasil. In: DE MELO, José Marques. *Populismo e comunicação*. Cortez editora: São Paulo. 1981. P. 17-24.

ANEXO I

Eleições 1994 : Evolução da intenção de voto para a Presidência da República

Categorias	04 e 05/04/94	02 e 03/05/94	23 e 24/05/94	13/6/1994	5/7/1994	13/7/1994	25 e 26/07/94	08 e 09/08/94	16 a 18/08/94	22/8/1994	29 e 30/08/94	5/9/1994	9/9/1994	13 a 15/09/94	20 a 22/09/94	27 e 28/09/94	30/09 e 01/10/94	Boca de urna votos válidos
Fernando Henrique	21	16	17	19	21	25	29	36	41	43	45	44	44	45	47	47	48	55
Lula	37	42	40	41	38	34	32	29	24	23	23	23	23	21	22	23	22	28
Enéas	//	//	//	2	2	3	2	3	4	4	4	4	4	5	5	6	6	7
Quércia	8	7	8	6	7	7	7	6	5	4	5	5	5	6	6	5	5	5
Brizola	10	8	7	7	7	7	7	6	5	5	5	4	4	4	4	3	4	3
José Eduardo Andrade Vieira	3	//	//	//	//	//	//	//	//	//	//	//	//	//	//	//	//	//
Espiridião Amim	3	3	3	3	3	3	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Flávio Rocha	//	1	1	1	1	1	1	1	//	//	//	//	//	//	//	//	//	//
Carlos Gomes	//	//	//	//	//	//	//	//	//	//	//	//	1	*	*	*	*	*
Em branco/Nulo/Nenhum	12	14	13	11	11	9	7	7	8	7	6	6	6	7	5	5	5	-
Não Sabe	7	9	11	9	10	11	11	10	11	12	10	12	11	10	9	8	8	-

Legenda:

* - Não atingiu 1%

// - Não foi incluído na pesquisa.

** - Outros candidatos somam 0,39%

Fonte: Datafolha.

ANEXO II

Notas sobre a grande mídia em 2002 : o mesmo símbolo, os mesmos significados

A análise do discurso jornalístico abarcado por essa dissertação contempla exclusivamente o ano de 1994. Mas não é desnecessário lembrar que o símbolo populismo é ainda demasiado candente, bastando um momento propício para ser retirado da *gaveta*. Nesse sentido, o dia 12 de abril de 2002 foi exemplar. Refiro-me à tentativa de golpe na Venezuela, sobre o presidente Hugo Chávez. A *Folha de S.Paulo* assim caracterizou o presidente: *falante, sonhador, populista, nacionalista (...)*⁹⁷.

Há de se convir que a combinação de adjetivos não é das mais favoráveis ao então deposto presidente. No mínimo, seu *populismo* é representado como uma manifestação de irracionalidade e irrealismo (*falante e sonhador*). A seqüência da matéria não dá margem à dúvida: *a insatisfação contra Chávez cresceu devido* [entre outras razões mencionadas] (...), *à agenda de esquerda*⁹⁸. O posicionamento político-ideológico do jornal é evidente, como também a mensagem: metas e atores *populistas/esquerdistas* são uma péssima opção política, causam insatisfação "popular" e o caos.

A televisão não abdicou, por seu turno, do dispositivo populismo para explicar o fato, no mesmo dia. Nos telejornais noturnos da Rede Globo (*Jornal da Globo*) e da Rede Brasil/TVE (*Edição Nacional*), seus respectivos comentaristas políticos destacavam, entre outros, que o presidente venezuelano não havia aprendido uma lição histórica: *a de que o "populismo" não tem mais espaço na América Latina*. Para o comentarista do *Jornal da Globo*, especificamente, era positiva a deposição de Chávez, pois *seu "populismo" trazia, ou recuperava, ao subcontinente latino-americano sua antiga face atrasada, de "república de bananas"*.

⁹⁷ Folha Online. *Saiba mais sobre o ex-presidente da Venezuela Hugo Chávez*; 12/04/2002. Extraído da INTERNET na página www.uol.com.br/folha/mundo/ult94u39887.shl.

⁹⁸ Idem.

No que se refere ao Brasil, também a imprensa internacional operou com o signo populismo para classificar um ator político presente no processo eleitoral que se realizou no país, no ano passado: o atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Com evidentes inspirações no *paradigma econômico*, ou abertamente fundado na ideologia neoliberal, o noticiário de jornais e semanários estrangeiros, notadamente norte-americanos, constantemente apontavam suas preocupações com relação a possível vitória de um *populista* no país. O jornal estadunidense *International Herald Tribune*, por exemplo, informava, pouco depois da conclusão do 1º turno, entre outros, que o sucesso do carismático líder *esquerdista/populista* não agradaria a administração Bush. Esta deveria, segundo o jornal, encaminhar uma mensagem ao eleitorado brasileiro, informando a necessidade de se assegurar as reformas de livre mercado no país, independente do candidato que se sagraria vitorioso no pleito⁹⁹.

Pouco antes de iniciar o 1º turno das eleições a agência alemã de notícias *Deutsche Welle*, informava, a partir de uma declaração externa ao seu marco institucional, feita pelo diretor da Agência de Comércio Exterior da Alemanha-Bfai, Wolfgang Potthast, que,

(...) se eleito, Lula poderia levar a economia brasileira à ruína e prejudicar a conjuntura internacional, caso siga um rumo populista de esquerda, ao contrário da intenção anunciada de cumprir os compromissos do presidente Fernando Henrique (...) e de empreender uma política econômica sólida. Uma mudança radical, de populismo de esquerda, segundo o especialista (...), levaria a uma onda de fuga de capital estrangeiro, a crise se propagaria então por toda a América Latina e poderia influenciar uma recessão não só regional, mas também internacional¹⁰⁰.

Os conteúdos discursivos presentes nas passagens dessas matérias são tão claros que é desnecessário fazer qualquer tipo de comentário. O tom dramático já fala por si mesmo. Interessante notar, sim, que a dicotomia "populismo/instabilidade" *versus* "políticas pró-mercado/estabilidade" atravessam suas argumentações. Fato muito similar ao que encontramos em diversos textos publicados pelo *JB* e pela *Folha* em 1994.

⁹⁹ International Herald Tribune. *Brazilians want change*. 11/10/2002. Extraído da página eletrônica do jornal, via www.iht.com.

¹⁰⁰ Deutsche Welle. *Efeito tango no Brasil depende de Lula*. 27/09/2002. Extraído da página eletrônica da agência, via dw-world.de/dwelle/cda/detan/dwene.cda.detan

Vale acrescentar, por fim, que a despeito da veiculação de mensagens de análises e matérias como estas, que podem e, efetivamente, são traduzidas pela televisão, as camadas populares da Venezuela e do Brasil deram suas respectivas respostas.

Na Venezuela, o dia 14/04/2002, que marca o retorno de Hugo Chávez sob um grande apelo e mobilização populares, demonstrou aos analistas da mídia brasileira um fato elementar: as camadas populares não são tão desmobilizadas e inertes quanto as elites econômicas supõem (ou desejam). Nem tão *cegas* para deixar de perceber operações anti-democráticas promovidas por essas elites - no caso as venezuelanas, com um suspeitíssimo respaldo do governo dos EUA.

Aos analistas da imprensa internacional - notadamente da grande mídia impressa, imersa nos interesses das estruturas de poder dos países centrais do capitalismo -, as camadas trabalhadoras brasileiras demonstraram, para usar um jargão disponibilizado na campanha de um adversário de Lula, que *não têm medo*. *Não têm medo* de avaliações negativas formuladas por setores que possuem largo acesso ao consumo, renda e bem-estar. Acesso aos frutos de uma produção que é coletiva, mas apropriada e acessível a uma minoria.

A despeito do desprezo dos setores dominantes para com os setores populares (tão explícito nesses tempos neoliberais), eles configuram-se como um ator que deve ser reconhecido e contemplado pelas políticas governamentais. Possuem aspirações e exercem, mesmo que em grande parte, em períodos de crise acentuada, um papel político central. Não é difícil imaginar, assim, que seja precisamente esse componente popular que tanto incomoda a muitos que se referem ao *populismo*.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)